



Errata ao Relatório de Gestão e Contas 2011

Indicam-se as situações em que os dados apresentados no relatório de Gestão e Contas do CHLO 2011 carecem de correção, procedendo-se à sua retificação:

1 - A informação de 2011 constante no quadro da página 27, não apresentava os valores corretos, pelo que se procede à sua substituição:

4.2. DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

A taxa média anual de financiamento verificada no CHLO foi de 7,2%, 5,1%, 8,4% e 1,8% em 2009, 2009, 2010 e 2011, respetivamente:

TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

(milhares de euros)

	2008	2009	2010	2011
Passivo Remunerado	1.611,9	587,8	164,3	144,6
Custos e Perdas Financeiras	115,7	30,2	13,9	2,6
Taxa média Anual de Financiamento	7,2%	5,1%	8,4%	1,8%

2 - A linha relativa à “Evolução do PMP a fornecedores” no quadro, constante na página 28, não apresentava a informação correta, pelo que se procede à sua substituição:

5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão:					
Evolução do PMP a fornecedores				X	Ver Anexo 5

Relatório de Gestão Contas 2011



RELATÓRIO DE GESTÃO E CONTAS 2011

CENTRO HOSPITALAR DE LISBOA OCIDENTAL, E.P.E.

Índice	Pág.
1. MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	05
2. BREVE APRESENTAÇÃO	06
2.1. Área de Influência do CHLO	07
2.2. Especialidades e valências existentes	08
3. ESTRUTURA ORGANIZACIONAL	10
3.1. Regulamento Interno	10
3.2. Organograma	10
4. BOM GOVERNO DA SOCIEDADE	12
4.1. Governo da Sociedade	12
4.1.1. Missão Objetivos e Políticas da Empresa	12
4.1.2. Regulamentos Internos e Externos a que a empresa está sujeita	13
4.1.3. Informação sobre as transações relevantes com entidades relacionadas	13
4.1.4. Informação sobre outras transações	14
4.1.5. Identificação do Modelo de Governo e identificação dos membros dos órgãos sociais	14
4.1.6. Remuneração dos membros dos órgãos sociais	17
4.1.7. Análise de sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental	19
4.1.8. Viabilidade do cumprimento dos princípios de Bom Governo	25
4.1.9. Existência do código de ética	25
4.1.10. Divulgação de Informação	26
4.2. Descrição da evolução da taxa média anual de financiamento	27
5. CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS	28
6. ACTIVIDADE GLOBAL EM 2011	30
6.1. Taxa de Execução 2011 face ao Plano de Desempenho e Contrato Programa 2011	30

6.2 Indicadores Globais por Linha de Atividade	31
6.2.1 Internamento	34
6.2.2 Bloco Operatório	38
6.2.3 Bloco de Partos	40
6.2.4 Consulta Externa	41
6.2.5 Urgência	43
6.2.6 Hospital de Dia	45
6.2.7 GDH's Médicos de Ambulatório	46
6.2.8 Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica	47
6.3. Desempenho Económico-Financeiro	48
6.3.1. Análise Económica	48
6.3.2. Análise Financeira	65
6.3.3. Execução Orçamental	70
6.3.4. Investimento	72
6.4. Recursos Humanos	73
6.4.1. Evolução dos Recursos Humanos por Grupos Profissionais	73
6.4.2. Mobilidade de Pessoal	75
6.4.3. Absentismo	76
6.4.4. Estrutura Etária	77
6.4.5. Formação	79
6.4.5.1. Formação Pré-Graduada	80
6.4.5.2. Formação Pós-Graduada - Internato	80
6.4.5.3. Formação em Enfermagem	80
6.5. Sistemas e Tecnologias de Informação	81
6.6. Investigação Clínica	82
6.7. Comissão de Humanização e Qualidade dos Serviços	82
6.8. Comissão de Ética	85
6.9. Comissão de Controlo da Infecção Hospitalar	85
6.10. Serviço Social	86

7. FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO 2011	88
8. CONSIDERAÇÕES FINAIS	95
9. PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS	96
10. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	97
10.1. Balanço	98
10.2. Demonstração de Resultados por Natureza	100
10.3. Demonstração de Resultados por Funções	101
10.4. Demonstração de Fluxos de Caixa	102
10.5. Mapa dos Fluxos Financeiros e do Controlo do Orçamento Económico	104
11. ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS	112
12. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS	136
13. RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO	139

Siglas utilizadas:

ACSS – Administração Central do Sistema de Saúde
ARSLVT – Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo
CHLO – Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental
CIPE - Classificação Internacional para a Prática de Enfermagem
CES – Comissão de Ética para a Saúde
EPE – Entidade Pública Empresarial
GDH – Grupo de Diagnóstico Homogêneos
HEM – Hospital Egas Moniz
HOSA – Hospital de Sant’Ana
HSC – Hospital de Santa Cruz
HSFX – Hospital de São Francisco Xavier
MCD – Meios Complementares de Diagnóstico
MCDT – Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica
ORL – Otorrinolaringologia
POCMS – Plano Oficial de Contas do Ministério da Saúde
SAPE - Sistema de Apoio à Prática de Enfermagem
SIGIC – Sistema Integrado de Gestão de Inscritos para Cirurgia
SNS – Serviço Nacional de Saúde
TAC – Tomografia Axial Computorizada
UCI – Unidade de Cuidados Intensivos

1 MENSAGEM DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2011 foi particularmente difícil para o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental (CHLO) pelo necessário ajustamento financeiro à situação conjuntural do país, conjugado com a exigência de prestação de cuidados de saúde especializados e de elevada qualidade que a medicina moderna impõe.

Na âmbito da Saúde, o “fazer mais com menos” requer um esforço coletivo e individual de todos os grupos profissionais nas instituições, com a adoção e reforço de práticas que integrem o conhecimento claro da missão e dos objetivos pretendidos, o empenho profissional, o esforço de aperfeiçoamento técnico contínuo, a valorização do trabalho em equipa, a humanização dos cuidados prestados, o combate ao desperdício, o discernimento pratico entre o essencial e o acessório e até a criatividade.

Os profissionais do CHLO têm-se mostrado à altura deste desafio, verificando-se que os resultados de 2011 melhoraram em comparação com o ano de 2010.

Na área assistencial verificou-se um aumento nas principais linhas de produção, com uma taxa de execução do Contrato Programa na ordem de 98%, a par da manutenção de bons indicadores de qualidade e do contínuo desenvolvimento nas áreas da investigação e da formação.

No plano económico-financeiro, observou-se uma melhoria dos Resultados Operacionais em relação ao ano de 2010, obtendo-se um resultado do final mais favorável no valor de -29,1 milhões de euros, quando comparado com os 38,5 milhões negativos do ano anterior.

No futuro próximo antevêm-se enormes exigências e desafios, os quais só poderão ser ultrapassados se persistir esta atitude empenhada de todos os profissionais do CHLO .

É indispensável manter a confiança de que todos juntos poderemos ultrapassar estas dificuldades, focados no prioritário interesse dos doentes e norteados pela nobre missão de garantir os melhores cuidados de saúde às populações que nos estão confiadas.

Lisboa, 31 de Maio de 2012



Maria João Pais

Presidente do Conselho de Administração

2 BREVE APRESENTAÇÃO

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde, dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial, criado pelo Decreto Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, resultante da integração, por fusão, do Hospital de S. Francisco Xavier, SA, do Hospital de Egas Moniz, SA e do Hospital de Santa Cruz, SA.

O presente Relatório e Contas foi elaborado em obediência a princípios de clareza e suficiência, objetividade e comparabilidade que permitam ajuizar da eficácia da gestão e da evolução da atividade da empresa.

A contabilidade do Hospital obedeceu aos princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, no sector público da saúde e às regras estabelecidas no POCMS.

2.1. ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO



O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., tem como área de influência as freguesias de São Francisco Xavier, Santa Maria de Belém, Ajuda, Alcântara e Santo Condestável, do concelho de Lisboa, e os Concelhos de Oeiras e Cascais, abrangendo ainda a prestação de serviços diferenciados aos habitantes dos concelhos da Amadora e de Sintra, prestando cuidados de saúde, de acordo com os censos de 2011 (resultados provisórios), a uma população de cerca de 993.000 habitantes.

ÁREA DE INFLUÊNCIA DO CHLO

	área (ha)	habitantes
Concelho de Oeiras	4.600	172.120
Concelho de Cascais	9.710	206.429
Concelho de Lisboa:	1.404	61.331
Freguesia da Ajuda	315	15.584
Freguesia de Alcântara	439	13.943
Freguesia de St. Maria de Belém	339	8.529
Freguesia de Sto. Condestável	101	15.255
Freguesia de S. Francisco Xavier	210	8.020
Total linha directa	15.714	439.880
Concelho da Amadora	2.300	175.135
Concelho de Sintra	31.650	377.837
Total cuidados diferenciados	49.664	992.852

É a referência para a área de Saúde Mental do concelho de Cascais e constitui-se como hospital de primeira linha para as freguesias do concelho de Lisboa e do concelho de Oeiras identificadas no quadro anterior.

Constitui para as especialidades Cardiológicas e Nefrológicas a última linha de referência não só para as Unidades C e D da Sub-Região de Lisboa, onde se insere, mas também de âmbito nacional.

Para a especialidade de Infeciologia, não tem área de influência definida, abrangendo toda a população. É ainda referência direta para o Centro Hospitalar Conde Castro Guimarães (Cascais), e para o Hospital Dr. Fernando da Fonseca (Amadora – Sintra), na área da Neurocirurgia. Articula-se diretamente com os seguintes Centros de Saúde: Ajuda, Alcântara, Carnaxide, Cascais, Oeiras, Parede e Santo Condestável.

2.2. ESPECIALIDADES E VALÊNCIAS EXISTENTES

A lotação média no Internamento em 2011, no CHLO foi de 862 camas, não considerando as camas de Berçário (28 berços). Nesta lotação estão ainda incluídas 10 camas por protocolo estabelecido com o HOSA.

As 862 camas acima referidas encontram-se distribuídas pelas seguintes valências/ especialidades:

LOTAÇÃO MÉDIA 2010/2011

Especialidades	2010	2011	Especialidades	2010	2011
Medicina Interna	166	173	Urologia	23	23
Ortopedia	43	43	Endocrinologia	6	6
Cirurgia Geral	118	114	Gastroenterologia	10	12
Cirurgia Cardiorácica	37	36	Hematologia	13	13
Cirurgia Vascular	13	15	Infeciologia	25	26
Pediatria	26	27	Neurologia	16	16
Unid. Cuid. Esp. Pediátricos	2	2	Pneumologia	12	18
Ginecologia	14	16	Reumatologia	4	4
Obstetrícia	38	38	Oftalmologia	3	3
Psiquiatria (Agudos)	36	36	Otorrinolaringologia	9	9
Psiquiatria (Crónicos)	24	22	Unidade Oncológica	3	3
Nefrologia	28	26	U.C.I.C	17	17
Cardiologia	38	36	U.C.I.P	24	21
Cardiologia Pediátrica	8	7	Unid. Cuid. Intens. Coronária	6	6
Cirurgia Plástica	24	24	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	14
Neurocirurgia	24	25	Unid. Cuid. Intens. Cardiobracicos	12	12
Neurotraumatologia	19	19			
Sub-total	658	659		197	203
TOTAL GERAL 2010			855		
TOTAL GERAL 2011			862		

A unidade de Oncologia do CHLO tem ainda a responsabilidade técnica da Oncologia médica do HPP Cascais

Além dos Serviços de Internamento acima referidos, o Centro Hospitalar dispõe também dos seguintes Serviços:

- *Dermatologia*
- *Estomatologia*
- *Saúde Ocupacional*
- *Anestesiologia*
- *Anatomia Patológica*
- *Imuno Hemoterapia*
- *Medicina Física e de Reabilitação*
- *Medicina Nuclear*
- *Patologia Clínica*
- *Imagiologia*

Os Serviços de Urgência do Centro Hospitalar abrangem:

- *Urgência Geral*
- *Urgência Obstétrica*
- *Urgência Pediátrica*
- *Urgência de Oftalmologia*
- *Urgência de Otorrinolaringologia*

De acordo com o plano em curso de metropolização das Urgências da área de Lisboa, a Urgência Pediátrica funciona diariamente até às 22 horas e as Urgências Oftalmológica e de Otorrinolaringologia funcionam até às 20 horas (encerram aos fins-de-semana e feriados). As restantes Urgências funcionam de forma ininterrupta ao longo de todo o ano.

3 ESTRUTURA ORGANIZACIONAL

3.1. REGULAMENTO INTERNO

O Regulamento Interno do CHLO, E.P.E., foi homologado por Sua Ex.^a o Secretário de Estado da Saúde, em 27 de Junho de 2006.

3.2. ORGANOGRAMA

A estrutura organizacional é a que resulta do Regulamento Interno do CHLO, de acordo com o previsto no art.º 22º do Decreto - Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro.



O CHLO adotou um modelo de gestão participada que compreende os níveis de gestão estratégica, intermédia e operacional e que assenta na contratualização interna de objetivos e meios, competindo ao Conselho de Administração (CA), ao nível estratégico, estabelecer objetivos da instituição, controlar e assegurar a sua execução e definir as estratégias e políticas de gestão internas.

Cada um dos hospitais do CHLO tem um Diretor Executivo (Vogal do CA), um Diretor Médico (na dependência hierárquica da Direção Clínica) e um Enfermeiro Diretor (na dependência hierárquica da Direção de Enfermagem).



Ao nível de cada Departamento, as responsabilidades de gestão englobam, a coordenação e articulação das atividades e recursos dos Serviços e Unidades Funcionais que o integram.

Ao nível da gestão operacional, compete aos Serviços e Unidades Funcionais, a prestação direta de cuidados de saúde e as atividades de suporte necessárias, de acordo com objetivos e metas integradas em planos de atividade aprovados pelo CA.

4 BOM GOVERNO DA SOCIEDADE

4.1. GOVERNO DA SOCIEDADE

4.1.1 – MISSÃO, OBJETIVOS E POLITICAS DA EMPRESA

O CHLO tem como **missão** a prestação de cuidados de saúde a todos os cidadãos no âmbito das responsabilidades e capacidades das Unidades Hospitalares que o integram, dando execução às definições de política de saúde a nível nacional e regional, aos planos estratégicos e decisões superiormente aprovados.

Intervém de acordo com as áreas de influência e redes de referenciação, cumprindo os contratos – programa celebrados, em articulação com as instituições integradas na rede de prestação de cuidados de saúde.

O CHLO desenvolve ainda atividades complementares como as de ensino pré e pós-graduado, investigação e formação, submetendo-se à regulamentação de âmbito nacional que rege a matéria dos processos de ensino - aprendizagem no domínio da saúde, sem prejuízo da celebração de contratos para efeitos de organização interna, repartição do investimento e compensação dos encargos que forem estipulados.

Os **objetivos** a prosseguir pelo CHLO são os seguintes:

- Prestação de cuidados de saúde humanizados, de qualidade e em tempo oportuno;
- Aumento da eficiência e eficácia, num quadro de equilíbrio económico e financeiro sustentável;
- Desenvolvimento de áreas de diferenciação e de referência na prestação de cuidados de saúde;
- Implementação de projetos de prestação de cuidados de saúde em ambulatório e ao domicílio, para minimizar o impacto da hospitalização;
- Promoção da investigação clínica
- Formação profissional pré e pós graduada.

No desenvolvimento de todas as suas atividades, o CHLO rege-se pelos seguintes princípios gerais da Ética:

- Humanização e não discriminação;
- Respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Promoção da saúde na comunidade;

- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;
- Excelência técnico-profissional;
- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo ambiente.

4.1.2 – REGULAMENTOS INTERNOS E EXTERNOS A QUE A EMPRESA ESTÁ SUJEITA

O CHLO é um estabelecimento público do Serviço Nacional de Saúde dotado de personalidade jurídica, autonomia administrativa, financeira e patrimonial e natureza empresarial.

O CHLO rege-se pelo regime jurídico aplicável às entidades públicas empresariais, com as especificidades constantes do Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro e seus anexos I e II, pelas normas em vigor para o SNS que os não contrariem e pelo seu Regulamento Interno, homologado pelo Ministério da Saúde. Para mais esclarecimentos sobre a legislação aplicável, consultar

www.chlo.min-saude.pt/Hospital/Legislacao

4.1.3 – INFORMAÇÃO SOBRE AS TRANSAÇÕES RELEVANTES COM ENTIDADES RELACIONADAS

O CHLO orienta os processos de aquisição com respeito pelas condições de mercado e princípios administrativos aplicáveis a este sector.

A celebração de contratos de locação ou aquisição de bens e serviços e empreitadas acima dos limiares comunitários obedece ao disposto no Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, na sua redação atual. Abaixo desses limiares e na contratação ou contraentes legalmente excecionados, aplica-se o Regulamento de Compras aprovado em 2009.

O Regulamento de Compras assenta em princípios de economia e eficácia que assegurem a eficiência das transações realizadas no respeito pelos princípios gerais da atividade administrativa em geral e, em particular, dos princípios da transparência e da publicidade, cooperação e da boa fé, igualdade de tratamento e não discriminação, concorrência, qualidade e economicidade, desburocratização e da adequação formal.

4.1.4 – INFORMAÇÃO SOBRE OUTRAS TRANSAÇÕES

Lista de fornecedores que representam mais de 5% dos FSE:

	(milhares de euros)
	2011
SUCH - Serv. Utiliz Comum Hospitais	4.311,76
Instituto Português de Sangue, IP	3.446,54
ITAU - Inst. Tec. Alim. Humana, SA	2.483,84
ELECTROLIMPA SUL -Emp. Técnica Limpezas	1.933,72
Hospital Ortopédico de Santana	1.824,38

4.1.5 – IDENTIFICAÇÃO DO MODELO DE GOVERNO E IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

IDENTIFICAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Conselho de Administração:

Presidente e Diretora Clínica

Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais

Vogais Executivos

Dr. José Manuel Baptista Marques

Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva

Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enf.ª Diretora)

Fiscal Único:

BDO & Associados, Lda.

Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

Modelo de Governo

Cargo	Orgão Sociais	Eleição	Mandato
Conselho de Administração			
Presidente	Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	Despacho de 01/01/2011	2011-2013
Vogal (1)	Dr. José Manuel Baptista Marques		
Vogal (2)	Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva		
Vogal (3)	Enf.ª Fernanda Maria da Rosa		
Fiscal Único			
Efectivo	BDO & Associados, Lda (SROC n.º 29) representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias (ROC n.º 725)	Despacho n.º 111/12 - SETF de 05/02/2012	2011-2013
Suplente	Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira (ROC n.º 956)		

FUNÇÕES E RESPONSABILIDADES

O Conselho de Administração é composto pelo presidente e por três vogais, nomeados por despacho conjunto dos Ministérios das Finanças e Saúde sendo um deles o Diretor Clínico e outro o Enfermeiro Diretor.

Para além das competências próprias do Conselho de Administração previstas no artigo 7.º dos estatutos dos hospitais E.P.E. anexos ao Decreto-Lei n.º 233/2005 de 29 de Dezembro, das específicas do presidente do conselho de administração previstas no artigo 8.º e do Enfermeiro Diretor, previstas no artigo 10.º, a cada um dos membros do Conselho de Administração foram atribuídas as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

Conselho de Administração

Presidente e Diretora Clínica

Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais: Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviços Financeiros;
- Serviço de Planeamento Análise e Controlo de Gestão
- Serviço de Instalações e Equipamentos,

- Departamento de Qualidade e Secretaria Geral (inclui Gabinete de Comunicação e Imagem, Gabinete de Utente e Centro de Documentação/ Biblioteca e Reprografia).
- Departamento de Investigação Clínica
- Serviço Social.

Vogais Executivos

Dr. José Manuel Baptista Marques: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HSC e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviço de Gestão de Doentes,
- Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação.
- Serviços Farmacêuticos;
- Serviço de Nutrição e Dietética.

Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva: Para além das competências próprias, este elemento desempenha funções de Diretor Executivo do HEM e acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros :

- Serviço de Administração de Pessoal,
- Serviço de Gestão Estratégica de Recursos Humanos,
- Serviço de Gestão de Compras.
- Serviço Jurídico,
- Serviço Religioso

Enf.ª Fernanda Maria da Rosa (Enf.ª Diretora): Para além das competências próprias, este elemento acumula as competências na gestão estratégica dos seguintes pelouros:

- Serviço de Gestão Hoteleira,
- Serviço de Esterilização
- Serviço de Logística e Distribuição.

Fiscal Único

BDO & Associados, Lda.

Representada por Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias

A natureza, o regime de substituição, o tempo de mandato e o regime de exercício de funções no respetivo termo bem como as competências do fiscal único são os constantes dos artigos 15.º e 16.º dos Estatutos dos Hospitais E.P.E..

4.1.6 – REMUNERAÇÃO DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Estatuto Remuneratório Fixado

Conselho de Administração

Presidente e Diretora Clínica

Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais

Remuneração base de 5.523,24 euros, 14 vezes por ano (inclui Subsídio de Férias e Natal) menos sobretaxa extraordinária do Subsídio de Natal

Despesas de representação de 1.663,39 euros, 12 vezes por ano.

Vogais Executivos

Dr. José Manuel Baptista Marques

Remuneração base de 5.239,99 euros, 14 vezes por ano (inclui Subsídio de Férias e Natal) menos sobretaxa extraordinária do Subsídio de Natal

Despesas de representação de 1.261,25 euros, 12 vezes por ano.

Dr.ª Maria Celeste Malveiro Serra Sim-Sim dos Anjos Silva

Remuneração base de 5.285,25 euros, 14 vezes por ano (inclui Subsídio de Férias e Natal) menos sobretaxa extraordinária do Subsídio de Natal

Enf.ª Fernanda Maria da Rosa

Remuneração base de 5.285,25 euros, 14 vezes por ano (inclui Subsídio de Férias e Natal) menos sobretaxa extraordinária do Subsídio de Natal.

Mandato

01/01/2011 a 31/12/2011

REMUNERAÇÕES CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Unid: €

	Presidente	Vogal (1)	Vogal (2)	Vogal (3)
1. Remuneração				
1.1. Remuneração base/Fixa a)	77.751,02	75.191,68	72.696,22	72.696,22
1.2. Remuneração de corrente da Lei 12-A/2010	4.206,43	3.634,78	3.634,78	3.634,78
1.3. Remuneração de corrente da Lei 55-A/2010	7.355,14	7.155,76	6.906,09	6.906,09
1.4. Remuneração Anual Efectiva (1.1. - 1.2. - 1.3.)	66.189,45	64.401,14	62.155,35	62.155,35
1.5. Senha de presença				
1.6. Acumulação de funções de gestão				
1.7. Remuneração variável				
1.8. IHT (isenção de horário de trabalho)				
1.9. Outras (identificar detalhadamente)	17.530,30	13.621,44	1.362,14	1.362,14
2. Outras regalias e compensações				
2.1. Plafond Anual em comunicações móveis	778,75	778,75	778,75	778,75
2.2. Gastos na utilização de comunicações móveis	319,24	383,74	676,55	381,99
2.3. Subsídio de deslocação				
2.4. Subsídio de refeição	1.067,50	1.067,50	1.067,50	1.067,50
2.5. Outras (identificar detalhadamente)				
3. Encargos com benefícios sociais				
3.1. Regime de Protecção Social	7.280,82	7.084,13	3.408,81	3.502,40
3.2. Seguros de saúde				
3.3. Seguros de vida				
3.4. Seguro de Acidentes Pessoais				
3.5. Outros (identificar detalhadamente)				
4. Parque Automóvel				
4.1 Marca	MERCEDES	MERCEDES	MERCEDES	MERCEDES
4.2 Modelo	C200 CDI	C200 CDI	C200 CDI	C200 CDI
4.3 Matrícula	66-BE-02	33-38-XH	08-83-XI	66-BE-62
4.4 Modalidade de Utilização (Aquisição/ALD/Renting/Leasing)	Leasing Financeiro	Leasing Financeiro	Aquisição	Leasing Financeiro
4.5 Valor de referencia da viatura nova				
4.6 Ano Inicio	2006	2004	2005	2006
4.7 Ano Termo	2010	2007		2010
4.8 N.º de Prestações (se aplicável)				
4.9 Valor Residual				
4.10 Valor de renda/prestação anual da viatura de serviço				
4.11 combustível gasto com a viatura	2.448,79	1.405,10	3.240,33	1.781,16
4.12 Plafond anual combustível atribuído	3.788,75	3.788,75	3.788,75	3.788,75
4.13 Outros (identificar detalhadamente)				
5. Informações adicionais				
5.1. Opção pela remuneração do lugar de origem (s/n)	S	S	N	N
5.2. Remuneração líquida Anual pelo lugar de origem	77.751,02	75.191,68		
5.2. Regime de Protecção social				
5.2.1. Segurança social (s/n)	N	N	N	N
5.2.2. Outro (indicar)	CGA	CGA	CGA	CGA
5.4. Exercício de funções remun. fora grupo (s/n)	N	N	N	N
5.5. Outras (identificar detalhadamente)	N.A.	N.A.	N.A.	N.A.

Nota: A identificação dos Vogais do Conselho de Administração consta no Modelo de Governo.

a) Corresponde à remuneração anual bruta auferida, decorrente do estatuto remuneratório fixado ou do lugar de origem caso esta opção tenha sido

b) Caso a viatura tenha sido adquirida através de contratos Leasing, ALD, Renting, etc, deverá ser colocado o número de prestações contratualizadas;

Fiscal Único

REMUNERAÇÕES ORGÃO DE FISCALIZAÇÃO

Unid: €

Fiscal Único	2010 (a)	2011 (b)
Remuneração anual auferida	20.989,74	15.847,32

(a) Não Inclui IVA; Inclui acerto de facturação

(b) Não inclui IVA; Em 2011 foi aplicado o artigo 22º da lei 55-A/2011(Lei OE/2011) Sim ☒ Não ☐

Remuneração de 1.320,61 euros (sem Iva), 12 vezes por ano.

4.1.7 – ANÁLISE DA SUSTENTABILIDADE DA EMPRESA NOS DOMÍNIOS ECONÓMICO, SOCIAL E AMBIENTAL

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental – CHLO, EPE, em 2011 no 1º ano da responsabilidade do atual Conselho de Administração, encontra-se finalmente estabilizado após as dificuldades derivadas da centralização de três instituições e fusão de serviços com história e culturas diferentes.

Como acontece anualmente, foi estabelecida a contratualização interna com os Serviços de ação médica baseada na produção, nos custos nos seus diversos componentes, incluindo os Custos com Pessoal, Medicamentos e Material de Consumo Clínico e em objetivos de qualidade. A formação e a investigação clínica também foram objeto de contratualização. O acompanhamento do seu grau de cumprimento, feito em reuniões periódicas com direções e chefias, tem como sustentação a informação disponível na intranet atualizada diariamente e disponível on-line. Todos os Diretores de Serviço são assessorados no acompanhamento desta contratualização por um administrador que com eles interage formando uma verdadeira equipa de gestão.

O processo clínico eletrónico está instalado e em pleno funcionamento nos vários Serviços de Urgência do CHLO, aguardando-se o desenvolvimento do sistema SAM pelos serviços do Ministério da Saúde para passar à fase de instalação nos Serviços de Internamento, Consulta Externa, Hospital de Dia e Bloco Operatório, o que virá a permitir a integração de dados e mais fácil acesso à informação clínica num ambiente de maior segurança.

Apesar das fortes medidas de contenção de custos e por se verificar acentuada degradação de algumas instalações e desadequação de outras para as funções que lhes eram pedidas, foi necessário pôr em prática um plano de obras para resolver algumas das situações mais urgentes. No ano de 2011, no HSFX foi concluída a terceira fase de obras no SUG, com a criação de uma Unidade de Decisão Clínica, foram

remodeladas as instalações do Serviço de Medicina III e do Serviço de ImunoHemoterapia e Medicina Transfusional, e terminaram as obras de construção da nova Unidade de Cuidados Intensivos Cirúrgicos. No HEM concluiu-se a obra da Unidade de Técnicas Endoscópicas e foram remodeladas as áreas do Serviço de Estomatologia e das Consultas da Dor e da Voz. No HSC foi construída uma sala para instalar a nova Gama câmara no Serviço de Medicina Nuclear e foi remodelado o refeitório

Durante o ano de 2011 conseguiu-se uma plena rentabilização das camas hospitalares com a sua utilização numa perspetiva departamental, apenas separando camas médicas e camas cirúrgicas, seguindo o lema de que as camas são para os doentes que delas necessitem. A boa rentabilização das camas permitiu manter a produção durante o período de obras nas áreas de Internamento.

Foi dada continuidade à política de contenção e adequação de recursos humanos, com a distribuição das cargas horárias do pessoal às diferentes atividades dos serviços, aproveitando integralmente os horários oficialmente aprovados.

No que se refere à prestação de cuidados de saúde, manteve-se um apoio contínuo às áreas de elevada diferenciação do Centro, como nas áreas da transplantação renal e cardíaca, na cardiologia médico-cirúrgica, na área materno-infantil, nas neurociências, na doença renal crónica, no tratamento da obesidade mórbida e do HIV/SIDA, entre outras.

As linhas de atuação que foram preconizadas para o ano 2011 mantiveram-se em linha com a estratégia definida pela Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e, genericamente, traduziram-se na melhoria da acessibilidade e da qualidade dos serviços prestados, na eficiência da prestação, no controlo do equilíbrio financeiro, na renovação e remodelação das áreas mais degradadas e no reforço dos sistemas de informação.

1. Acessibilidade

Durante o ano de 2011, foi finalmente possível enquadrar a procura e a espera nos limiares do clinicamente aceitável na generalidade das especialidades das especialidades existentes no CHLO. Foi verificada uma acentuada redução no tempo médio de espera para cirurgia que se situou abaixo do tempo médio para a região.

As maiores listas de espera cirúrgicas verificaram-se nas especialidades de Ortopedia, Cirurgia Vascular e ORL. Será necessário em 2012 desenvolver uma estratégia de recuperação das listas nestas especialidades, que permita chegar ao fim do ano com a situação substancialmente melhorada.

Na área da cirurgia do ambulatório foi conseguido um grande avanço nos últimos anos, com taxas de crescimento que chegaram aos 10% ao ano. Propomo-nos continuar neste rumo, embora com um crescimento mais moderado dado em algumas especialidades, como na Oftalmologia por já não ser provável obter novos acréscimos.

O alargamento dos horários das consultas, a sua marcação por hora (e o seu cumprimento), a adesão ao programa de “Consulta a tempo e horas” (objetivos também contratualizados com os Serviços), permitirão trazer o tempo de espera na área do ambulatório para um valor clinicamente aceitável.

Serão desenvolvidos os esforços necessários para melhorar a articulação do hospital com os Centros de Saúde, tendo em vista a criação, a prazo, de um eventual Sistema Local de Saúde.

Aguarda-se com grande expectativa o desenvolvimento da rede de Cuidados Continuados na região Ocidental de Lisboa o que permitirá rentabilizar e aproveitar integralmente a capacidade instalada do CHLO.

2 . Qualidade de cuidados prestados

A criação no CHLO do Departamento de Qualidade, e as ações de planeamento e controlo por ele levadas a cabo, constituiu um processo de melhoria contínua da qualidade que passou pela certificação de alguns serviços dos três hospitais do CHLO. No âmbito da qualidade foram desenvolvidas certificações de acordo com as normas ISO 9000 na Unidade de Diálise, no Serviço de Imunohemoterapia e nos Serviços Farmacêuticos.

A Farmácia do CHLO tem desenvolvido diversos projetos na gestão do medicamento (alguns premiados) que garantem mais qualidade e segurança nesta importante área.

Foram incluídos como objetivos nos processos de contratualização a realização de auditorias clínicas. No âmbito da contratualização interna com os Serviços, o Conselho de Administração tem sempre exigido a cada Serviço, não só contratualização na vertente da produção e custos, mas também objetivos mensuráveis nos domínios da qualidade.

3 . Nível de serviço prestado e eficiência

A produtividade e a eficiência continuarão a ser medidas e estimuladas no CHLO. Para isso, serão incrementados modelos de avaliação de desempenho, suportados em níveis adequados de produtividade e eficiência funcional. Neste sentido, reveste-se de grande importância a contratualização anual de objetivos de produção assistencial e de resultados financeiros, de forma a aumentar os níveis de

eficiência e de desempenho dos serviços. Esta contratualização é acompanhada continuamente pelo Conselho de Administração e respetivas direções de serviços.

4 . O CHLO no contexto do SNS

A abertura do novo Hospital de Cascais veio colocar alguns desafios ao Centro Hospitalar nomeadamente na área materno-infantil, onde se constatou como impacto a redução das Urgências Obstétricas. Por este facto tornou-se mais difícil rentabilizar nesta área toda a capacidade instalada no CHLO, verificando-se paralelamente diminuição dos proveitos financeiros no Departamento da Mulher e da Criança sem a adequada contrapartida nos custos fixos.

A partir de 2009, e por decisão da ARSLVT, o CHLO passou a ter a responsabilidade técnica pela Oncologia Médica do novo Hospital de Cascais, obrigando ao aumento dos custos com os recursos humanos e medicamentos citostáticos, para além da dispersão geográfica com custos associados aos transportes diários e deslocação de pessoal.

O Serviço de Urgência Polivalente do CHLO, assim como todas as valências clínicas das várias especialidades, continuaram a receber todos os doentes enviados de acordo com as redes de referência, para além de múltiplos doentes de outras regiões de saúde em especialidades cuja elevada diferenciação faz ultrapassar o nível regional como a Cardiologia Pediátrica, a Cirurgia Cardíaca, a Cardiologia de intervenção, a Transplantação renal e cardíaca, a Cirurgia da Epilepsia refractária, o tratamento das Doenças Desmielinizantes e de HIV/SIDA, a Neurocirurgia e Otorrinolaringologia, entre outras.

Durante o ano de 2011 o CHLO continuou a reforçar as boas relações mantidas com os centros de saúde no sentido de oferecer a melhor colaboração possível, e tendo em vista a preparação de um eventual futuro sistema local de saúde.

Aguarda-se com grande expectativa, o desenvolvimento da rede de Cuidados Continuados na região ocidental de Lisboa, o que nos permitirá rentabilizar de forma mais adequada a capacidade instalada por gestão mais eficiente das camas.

5 . Reforço da gestão

O CHLO, tem vindo a incrementar os modelos de gestão previstos no Regulamento Interno, de forma a potenciar a descentralização e responsabilização ao nível produtivo, possibilitando verdadeiros níveis intermédios de gestão de acordo com a complexidade global e sectorial.

Também os investimentos em curso ao nível dos sistemas de informação têm vindo a permitir o desenvolvimento de um modelo automatizado de informação on-line, que facilita e permite a análise rigorosa da informação pelos órgãos de gestão e pelos serviços, e a possibilidade de serem validados os dados principais e complementares de produção, indicadores económico financeiros e de qualidade, com acompanhamento global da contratualização interna e externa do CHLO.

6 . Controlo do equilíbrio financeiro

O acentuado esforço no controlo e contenção de Custos Operacionais em 2011, bem como as renegociações levadas a cabo junto dos fornecedores, tendo em consideração o plano de redução de custos, proporcionaram, face ao período anterior, um decréscimo na ordem dos 8% de Custos Operacionais e uma evolução bastante favorável do Resultado Operacional (+24,5%), passando de 38,5 milhões de euros negativos para 29,1 milhões e euros negativos.

Obedecendo ao critério de um contributo tendencialmente nulo do valor de convergência para o equilíbrio da estrutura económica do CHLO, o valor de convergência passou de 14,1 milhões de euros em 2010 para 1,7 milhões de euros em 2011, conseguindo o CHLO manter na globalidade um desempenho positivo da sua produção.

O Resultado Líquido na ordem dos 9,5 milhões de euros negativos, influenciados pelos Proveitos Extraordinários resultantes fundamentalmente da anulação das Provisões, regista uma substancial melhoria face aos 42,1 milhões de euros negativos obtidos em Dezembro de 2010.

Para o ano de 2012 o Resultado Operacional previsto apresenta uma melhoria, passando para 9,5 milhões de euros negativos, registando um EBITDA nulo.

O total de Custos Operacionais previstos para 2012, é na ordem dos 220 milhões de euros apresentando um decréscimo de 10,3 % face ao exercício de 2011.

O total de Proveitos Operacionais previstos para 2012, de 210 milhões de euros, influenciados pela redução do financiamento do Contrato Programa e dos preços das respetivas linhas de produção, em conformidade com as orientações da tutela, registará um redução de 2,6 % face ao exercício anterior.

Face ao desequilíbrio recorrente entre as despesas suportadas pelo CHLO e as receitas, os prejuízos têm-se vindo a acumular, sendo que a 31 de dezembro de 2011, o total do Fundo Patrimonial ascende a já a apenas 40,3 milhões de euros, pelo que está perdido 68% o valor do seu Património. Para não ficar em causa o equilíbrio da estrutura financeira, nomeadamente no que respeita à capacidade do CHLO para liquidar o seu passivo, o Conselho de Administração e a tutela têm vindo a equacionar diferentes cenários económicos possíveis e mais adequados, para promover a sustentabilidade e o equilíbrio financeiro do CHLO.

As dificuldades financeiras do CHLO não serão totalmente colmatadas enquanto não lhe for atribuído um financiamento adequado que contemple, entre outros, os seguintes fatores: doentes com HIV, doentes insuficientes renais crónicos, colocação de dispositivos médicos cardíacos e medicação cedida a doentes oncológicos, de reumatologia, de neurologia e gastroenterologia.

7 . Renovação e remodelação das instalações

O elevado grau de degradação de algumas das instalações do CHLO, e a desadequação de outras constituem uma importante preocupação do Conselho de Administração, que mantêm um programa de recuperação, dentro dos limites de contenção de despesas em novos investimentos, conforme anteriormente referido e descrito na Análise de Sustentabilidade da empresa nos domínios económico, social e ambiental (página 19 e 20).

8 . Reforço dos sistemas de informação e de comunicação

Pela necessária contenção de custos, o Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação do CHLO restringiu os novos projetos previstos ou a decorrer.

Assim e exceto situações pontuais onde houve necessidade inadiável de investimento, como foi o caso do aumento da capacidade de armazenamento de imagens médicas que chegou ao seu limite em meados de 2011, e da situação do sistema de proteção a intrusão exterior indevida (vulgarmente conhecido por *firewall*), os restantes investimentos foram limitados.

No entanto verificou-se um esforço de otimização das competências do SSTI, que se traduziu na expansão da rede de dados sem fio (*wireless*) que passou a estar presente em mais locais do Centro.

Neste ano também se assistiu a uma reorientação dos serviços prestado pelo SSTI, passando este serviço a apoiar mais eficazmente as várias áreas deste Centro na utilização e parametrização dos sistemas informáticos.

4.1.8 – VIABILIDADE DO CUMPRIMENTO DOS PRINCÍPIOS DO BOM GOVERNO (RCM N.º 49/2077, DE 28 DE MARÇO)

O Centro Hospitalar tem cumprido com todos os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis.

4.1.9 – EXISTÊNCIA DO CÓDIGO DE ÉTICA

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, no cumprimento do Decreto-Lei 8 n.º 97/1995 de 10 de Maio, possui uma Comissão de Ética com as seguintes competências:

- Pronunciar-se sobre todas as questões que envolvam valores morais dentro da Instituição, nomeadamente o respeito pelos direitos e dignidade dos doentes;
- Zelar pela observância de padrões éticos no acesso aos cuidados, de diagnóstico e tratamento e no respeito pela confidencialidade;
- Pronunciar-se sobre práticas corretas de investigação e ensino que envolvam doentes ou tenham impacto nos princípios morais porque se rege a sociedade e as práticas profissionais.

Em todas as suas atividades, o CHLO respeita os princípios da Ética já enunciados anteriormente :

- Humanização e não discriminação;
- Respeito pela dignidade individual de cada doente;
- Promoção da saúde na comunidade;
- Atualização face aos avanços da investigação e da ciência;
- Excelência técnico-profissional;
- Ética profissional;
- Promoção da multidisciplinaridade;
- Respeito pelo ambiente.

4.1.10 – DIVULGAÇÃO DE INFORMAÇÃO

Informação a constar no Site do SEE	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Estatutos actualizados (PDF)	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Ficha síntese da empresa	X			
Identificação da Empresa:				
Missão, objectivos, políticas, obrig. serv. público e modelo de financiamento	X			
Modelo Governo / Ident. Órgãos Sociais:				
Modelo de Governo (identificação dos órgãos sociais)	X			
Estatuto remuneratório fixado	X			
Remunerações auferidas e demais regalias	X			
Regulamentos e Transacções:				
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções Relevantes c/ entidade(s) relacionada(s)	X			
Outras transacções	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Avaliação do cumprimento dos PBG	X			
Código de Ética		X		
Informação Financeira histórica e actual	X			
Esforço Financeiro do Estado			X	

Informação a constar no Site da Empresa	Divulgação			Comentários
	S	N	N.A.	
Existência de Site	X			
Historial, Visão, Missão e Estratégia	X			
Organigrama	X			
Órgãos Sociais e Modelo de Governo:				
Identifica dos órgãos sociais	X			
Identificação das áreas de responsabilidade do CA	X			
Identificação de comissões existentes na sociedade	X			
Identificar sistemas de controlo de riscos	X			
Remuneração dos órgãos sociais	X			
Regulamentos Internos e Externos	X			
Transacções fora das condições de mercado			X	
Transacções relevantes com entidades relacionadas	X			
Análise de sustentabilidade Económica, Social e Ambiental	X			
Código de Ética		X		
Relatório e Contas	X			
Provedor do cliente			X	

Legenda:

S - Sim

N - Não

N.A - Não Aplicável

4.2. DESCRIÇÃO DA EVOLUÇÃO DA TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

A taxa média anual de financiamento verificada no CHLO foi de 7,2%, 5,1%, 8,4% e 23,1% em 2008, 2009, 2010 e 2011 respetivamente.

TAXA MÉDIA ANUAL DE FINANCIAMENTO

(milhares de euros)

	2008	2009	2010	2011
Passivo Remunerado	1.611,9	587,8	164,3	14,4
Custos e Perdas Financeiras	115,7	30,2	13,9	3,3
Taxa média Anual de Financiamento	7,2%	5,1%	8,4%	23,1%

5 CUMPRIMENTO DAS ORIENTAÇÕES LEGAIS

Cumprimento das Orientações legais	Cumprimento			Quantificação	Justificação
	S	N	N.A.		
Objectivos de Gestão:					
Objetivo 1 - Cumprimento metas Orçamento Económico	X			100%	
Objetivo 2 - Incentivos Institucionais	X			85%	
Objetivo 3 - Redução do Custo efectivo com Trabalho Extraordinário	X			100%	
Gestão do Risco Financeiro			X		
Evolução do PMP a fornecedores	X				Ver Anexo 5
Atrasos nos Pagamentos ("Arrears")	X				Ver Anexo 5
Deveres Especiais de Informação	X				
Recomendações do acionista na aprovação de contas:					
Reduzir PMP a Fomecedores		X			Dificuldades Financeiras
Alargamento cobertura Seguros Riscos não Cobertos		X			Restrições Financeiras
Reconhecimento Patrimonio Imobiliário afecto Entidade		X			
Remunerações:					
Não atribuição de prémios de gestão	X				
Órgãos sociais - redução remuneratória nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			28.323,08 €	
Órgãos Sociais - redução de 5% por aplicação artigo 12º da Lei n.º 12-A/2010	X			15.110,34 €	
Auditor Externo - redução remuneratória nos termos do art.º 22º da Lei 55-A/2010	X			2.146,96 €	
Restantes trabalhadores - redução remuneratórios nos termos do art.º 19º da Lei 55-A/2010	X			4.151.993,48 €	
Contratação Pública					
Normas de contratação pública	X				
Normas de contratação pública pelas participadas			X		
Adesão ao Sistema Nacional de Compras Públicas	X				O CHLO é uma "entidade voluntária aderente"; a adesão à ANCP (Agência Nacional de Compras Públicas) não implica a obrigatoriedade de aquisição ao abrigo dos acordos quadro.
Limites de Crescimento do Endividamento			X		
Plano de Redução de Custos					
Gastos com pessoal	X			-11%	
Fornecimentos e Serviços Externos	X			-10%	
Princípio da Unidade de Tesouraria	X			99%	

PRAZO MÉDIO DE PAGAMENTOS A FORNECEDORES NOS TERMOS DA RCM 34/2008 COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELO DESPACHO 9870/2009 (ANEXO 5)

	(dias)	
	2011	2010
1º Trimestre	338	198
2º Trimestre	354	244
3º Trimestre	369	291
4º Trimestre	412	317

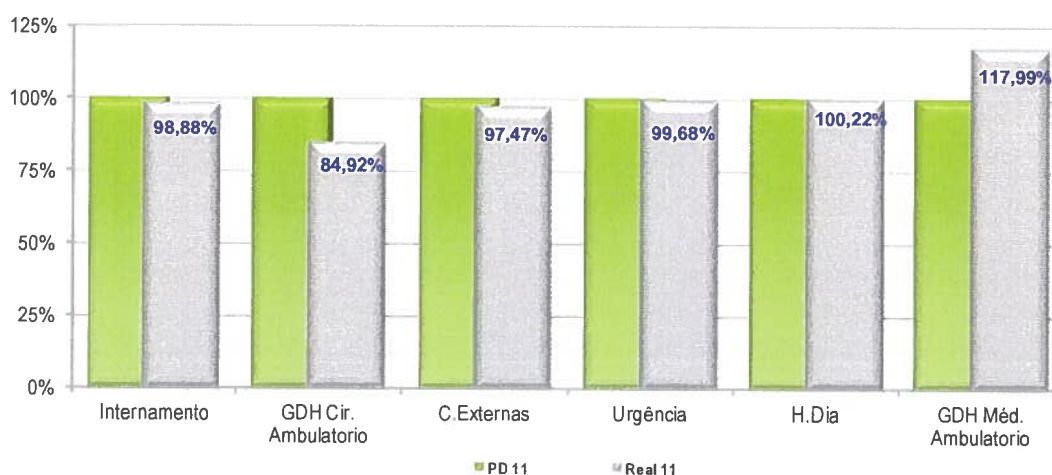
MAPA DA POSIÇÃO A 31/12/2011 DOS PAGAMENTOS EM ATRASO, NOS TERMOS DO DL 65-A/2011, DE 17/MAIO (ANEXO 5)

	(euros)				
Pagamentos em Atraso	0-90 dias	90-180 dias	180-240 dias	240-360 dias	> 360 dias
Aquisição de Bens e Serviços	24.263.053,43	22.163.036,63	12.850.656,64	28.113.211,67	4.421.482,79
Aquisições de Capital	135.073,93	349.425,58	295.640,02	413.713,03	332.436,88
Encargos com Saúde	0,00	300,00	0,00	0,00	125,48
Total	24.398.127,36	22.512.762,21	13.146.296,66	28.526.924,70	4.754.045,15

6 ACTIVIDADE GLOBAL EM 2011

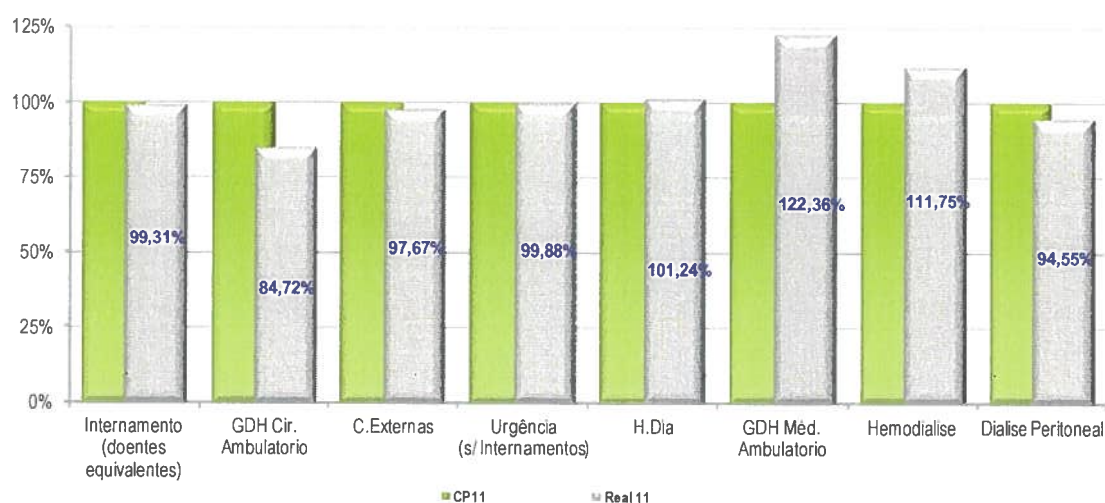
6.1. TAXA DE EXECUÇÃO 2011 FACE AO PLANO DE DESEMPENHO E CONTRATO PROGRAMA 2011

No que diz respeito aos objetivos fixados para o ano 2011 (Plano de Desempenho), da análise às linhas de produção do CHLO, verificou-se que a atividade nos GDH Médicos de Ambulatório conseguiu superar o previsto em cerca de 18% e 0,2% no Hospital de Dia. A produção prevista na Urgência, Internamento, Consultas Externas e GDH Cirúrgicos, apresenta um desvio desfavorável em 0,3%, 1,1%, 2,5% e 15,1% respetivamente.



Em relação ao previsto no Contrato Programa, GDH Médicos de Ambulatório, a Hemodiálise, e Hospital de Dia apresentam um cumprimento integral dos objetivos superando o previsto em 22%, 12% e 1% respetivamente. As restantes linhas de produção apresentam um desvio negativo na ordem dos 0,1% no caso das Urgências, 1% no Internamento, 2% nas Consultas Externas, 5% na Dialise Peritoneal e 15% nos GDH Cirúrgicos. Este último desvio está relacionado com a não realização da produção adicional (interna) durante o ano de 2011 devido a constrangimentos orçamentais.

Assim, concluímos que em relação ao Contrato Programa, o Internamento, os GDH's Cirúrgicos de Ambulatório, a Consulta Externa e a Urgência registaram, respetivamente, uma taxa de execução de 99,3%, 84,7%, 97,7% e 99,9%.



6.2. INDICADORES GLOBAIS POR LINHA DE ACTIVIDADE

No ano de 2011, a atividade do CHLO apresenta uma evolução positiva nas linhas de produção do Internamento, Consulta Externa, GDH Médicos de Ambulatório e Hospital de Dia, destacando-se o aumento destas últimas em 6,7% e 4,9% respetivamente. Verificou-se um decréscimo de 2,7% no número de doentes intervencionados e de 1,4 % no número de doentes entrados nas Urgências.

INTERNAMENTO

	2010	2011	Δ%
Lotação Média	883	894	1,2%
N.º Camas sem Berçário	855	866	1,3%
N.º Camas Berçário	28	28	0,0%
Doentes Saídos sem transf. Internas	29.361	29.422	0,2%
Doentes Saídos sem Berçário	26.691	26.993	1,1%
Doentes Saídos Berçário	2.670	2.429	-9,0%
Doentes Saídos com transf. Internas	37.587	37.780	0,5%
Doentes Saídos sem Berçário	34.824	35.269	1,3%
Doentes Saídos Berçário	2.763	2.511	-9,1%
Demora Média *	9,2	8,9	-3,1%
Taxa de Ocupação*	80,9%	78,4%	-3,1%
Doentes Saídos / Cama	31,2	31,2	-0,2%

* Não inclui berçário e doentes crónicos

BLOCO OPERATÓRIO

	2010	2011	Δ%
Total de Intervenções	23.719	23.620	-0,4%
Cirurgia Convencional	10.194	10.497	3,0%
Cirurgia de Ambulatório	8.000	7.616	-4,8%
Cirurgia Urgente	5.525	5.507	-0,3%
Total de Doentes Intervencionados	19.213	18.702	-2,7%
Cirurgia Convencional	8.295	8.322	0,3%
Cirurgia de Ambulatório	5.876	5.503	-6,3%
Cirurgia Urgente	5.042	4.877	-3,3%

CONSULTA EXTERNA

	2010	2011	Δ%
Consultas Realizadas	449.821	452.799	0,7%
N.º de Primeiras Consultas	93.788	91.525	-2,4%
Primeiras Consultas / Total	20,9%	20,2%	-3,1%

URGÊNCIA

	2010	2011	Δ%
Doentes Entrados	184.923	182.354	-1,4%
Urgência Geral	105.589	103.431	-2,0%
Urgência Pediátrica	36.514	36.160	-1,0%
Urgência Obstétrica	17.448	16.987	-2,6%
Urgência Oftalmologia	13.801	14.151	2,5%
Urgência Otorrino	11.571	11.625	0,5%

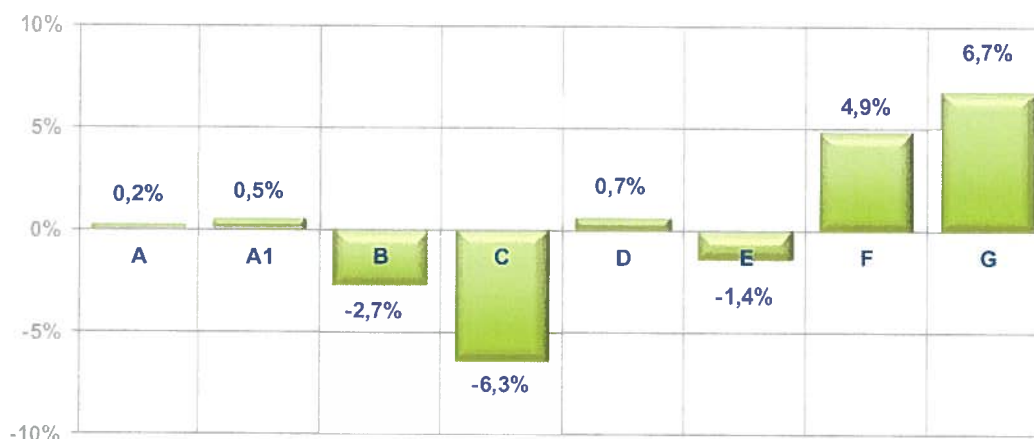
HOSPITAL DE DIA

	2010	2011	Δ%
Sessões	18.312	19.202	4,9%
Psiquiatria	5.579	5.201	-6,8%
Pedopsiquiatria	2.255	2.688	19,2%
Imunohemoterapia	2.971	3.815	28,4%
Infecçologia	834	693	-16,9%
Infecçologia Pediátrica	355	369	3,9%
Hematologia	574	740	28,9%
Pediatria	303	219	-27,7%
Pneumologia	253	236	-6,7%
Outras	5.188	5.241	1,0%
Cardiologia e Espec Médicas	874	933	6,8%
Gastroenterologia	346	573	65,6%
Reumatologia	442	531	20,1%
Neurologia	1.025	647	-36,9%
Terapêuticas Suporte	2.329	2.416	3,7%
Imunoalergologia	99	47	-52,5%
Cardiologia Pediátrica	51	65	27,5%
Outras (HDI-Polivalente HSC)	22	29	31,8%

GDH MÉDICOS AMBULATÓRIO

	2010	2011	Δ%
Total	17.594	18.780	6,7%
Oncologia/Quimioterapia	7.399	8.248	11,5%
Hemodiálise	8.201	8.364	2,0%
Cardiologia	765	769	0,5%
Urologia/Litotricia	859	912	6,2%
Outros	370	487	31,6%

Actividade Global - Var % 2011/2010



- A – Doentes Saídos do Internamento sem Transferência. Internas
A1 – Doentes Saídos do Internamento com Transferência. Internas
B – Cirurgia (*programada e Urgente.*)
C – GDH's Cirúrgicos de Ambulatório
D – Consulta Externa
E – Urgência
F – Hospital de Dia
G – GDH's Médicos Ambulatório

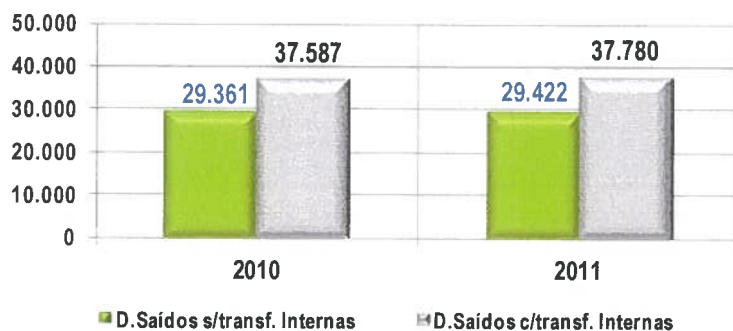
6.2.1 – INTERNAMENTO

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E ALGUNS INDICADORES DO INTERNAMENTO

	2010	2011	Δ%
Lotação	883	894	1,2%
N.º Camas sem Berçário	855	866	1,3%
N.º Camas Berçário	28	28	0,0%
Total de Doentes Saídos sem transf. Internas	29.361	29.422	0,2%
Doentes saídos sem Berçário	26.691	26.993	1,1%
Doentes Saídos Berçário	2.670	2.429	-9,0%
Total de Doentes Saídos com transf. Internas	37.587	37.780	0,5%
Doentes saídos sem Berçário	34.824	35.269	1,3%
Doentes Saídos Berçário	2.763	2.511	-9,1%
Total Dias Internamento	261.094	256.334	-1,8%
Dias de Internam. sem Berçário	253.793	249.530	-1,7%
Dias Internam. Berçário	7.301	6.804	-6,8%
<i>Demora média *</i>	9,2	8,9	-3,1%
<i>Taxa ocupação (%) *</i>	80,9%	78,4%	-3,1%
<i>Doentes Saídos / Cama</i>	31,2	31,2	-0,2%

Nota: Inclui doentes saídos que não geraram GDH's

Movimento Assistencial



Durante o ano 2011 registaram-se 29.422 altas, tendo-se verificado um acréscimo de 0,2% relativamente a 2010.

Das 29.422 altas, 2.429 dizem respeito ao Berçário que registou um decréscimo de 9% nos doentes saídos.

DOENTES SAÍDOS POR GDHS - 2010/2011

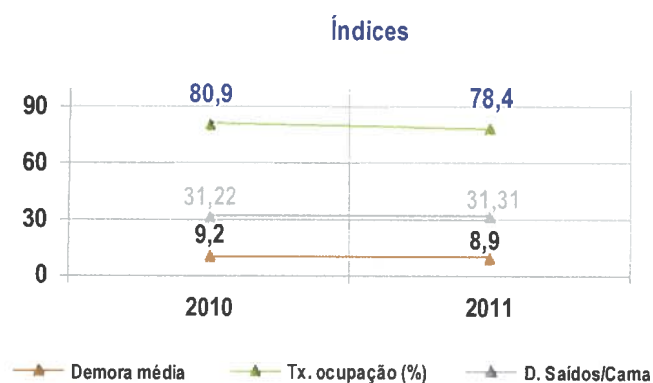
	N.º Doentes	Dias Internam.	Demora Média	N.º Doentes	Dias Internam.	Demora Média	N.º Doentes	Dias Internam.	Demora Média
	2010			2011			Δ % 2011/2010		
GDH Médicos	16.680	137.982	8,27	16.474	136.204	8,27	-1,2%	-1,3%	-0,1%
GDH Cirúrgicos	12.297	116.475	9,47	12.720	114.278	8,98	3,4%	-1,9%	-5,1%
<i>Urgentes</i>	4.359	63.107	14,48	6.552	69.632	10,63	50,3%	10,3%	-26,6%
<i>Programados</i>	7.938	53.368	6,72	6.168	44.646	7,24	-22,3%	-16,3%	7,7%
Total GDHs	28.977	254.457	8,78	29.194	250.482	8,58	0,7%	-1,6%	-2,3%

O número total de altas registadas no CHLO geraram 29.194 GDH'S, dos quais 56,4% dizem respeito a GDH'S Médicos e 43,6% a GDH'S Cirúrgicos.

LOTAÇÃO MÉDIA E TAXA DE OCUPAÇÃO 2011

Especialidades	2011	% Ocup.	Especialidades	2011	% Ocup.
Medicina Interna	173	84,2%	Urologia	23	68,5%
Ortopedia	43	89,3%	Endocrinologia	6	60,7%
Cirurgia Geral	114	79,8%	Gastroenterologia	12	83,9%
Cirurgia Cardiorádica	36	74,3%	Hematologia	13	76,1%
Cirurgia Vascular	15	96,3%	Infeciologia	26	66,5%
Pediatria	29	45,4%	Neurologia	16	83,1%
Ginecologia/Obstetria	54	66,3%	Pneumologia	18	74,0%
Psiquiatria (Agudos)	36	79,2%	Reumatologia	4	60,3%
Psiquiatria (Crónicos)	26	97,5%	Oftalmologia	3	29,2%
Nefrologia	26	82,6%	Otorrinolaringologia	9	92,8%
Cardiologia	36	80,1%	Unidade Oncológica	3	92,7%
Cardiologia Pediátrica	7	79,6%	U.C.I.C	17	79,8%
Cirurgia Plástica	24	67,7%	U.C.I.P	21	81,3%
Neurocirurgia	25	88,6%	Unid. Cuid. Intens. Coronária	6	82,1%
Neurotraumatologia	19	84,2%	Unid. Cuid. Intens. Neonatais	14	80,0%
			Unid. Cuid. Intens. Cardiorádicos	12	81,3%
Sub-total	663			203	
TOTAL GERAL 2010	855				80,9%
TOTAL GERAL 2011	866				78,4%

No que diz respeito aos Indicadores, verificou-se que a taxa de ocupação global do CHLO situou-se em 78,4%, registando um decréscimo relativamente ao ano anterior.



A demora média global, 8,9 dias, registou uma diminuição de 0,3 dias em relação a 2010.

A complexidade dos casos tratados no Internamento do CHLO pode ser verificada nos Índice *case-mix* registados nos serviços.

ÍNDICE DE CASE-MIX POR SERVIÇO

HSFX	2010	2011	Δ%	HEM	2010	2011	Δ%
Berçário	0,13	0,13	1,3%	Cardiologia	1,35	1,54	14,5%
Cardiologia	-	1,82		Cirurgia II A	1,50	1,49	-0,9%
Cirurgia Geral I	1,44	1,50	4,3%	Cirurgia II B	1,38	1,38	0,0%
Cirurgia Geral - Uc Intermédios	2,33	3,51	50,4%	Cirurgia Geral - Uc Intermédios	3,18	3,28	2,9%
Cirurgia Plástica	0,83	0,78	-6,0%	Cirurgia Cardiorácica	2,01	1,84	-8,1%
Ginecologia	0,69	0,67	-3,3%	Cirurgia Plástica	1,05	0,98	-6,7%
Hematologia	3,53	2,34	-33,8%	Cirurgia Vascular	2,07	2,32	12,0%
Medicina IV	1,29	1,40	8,9%	Endocrinologia	0,84	1,01	20,8%
Med. Unidade AVC	0,82	0,81	-1,0%	Gastroenterologia	1,44	1,55	7,6%
Uc Intermédios Médicos	2,22	1,95	-12,2%	Infeciologia	1,52	1,65	9,1%
Medicina III	1,41	1,31	-6,9%	Medicina I A	1,21	1,13	-6,2%
Medicina III/Orto	1,21	1,54	27,0%	Medicina I B	1,24	1,24	-0,2%
Obstetria	0,51	0,52	0,3%	Medicina I C	1,09	1,08	-1,0%
Ortopedia	1,95	1,92	-1,7%	Medicina II A	1,16	1,15	-1,3%
Ortopedia (HOSA)	1,64	1,64	0,3%	Medicina II B	1,16	1,16	0,3%
Unidade de Oncologia	1,80	1,71	-5,4%	Medicina II C	1,17	1,25	7,4%
Pediatria	1,08	1,09	0,8%	Neurocirurgia	2,03	2,22	9,5%
Psiquiatria Agudos Mulheres	1,31	1,31	0,1%	Neurocirurgia - Uc Intermédios	3,45	2,57	-25,5%
Psiquiatria Agudos Homens	1,27	1,21	-4,9%	Neurotraumatologia	2,23	1,91	-14,4%
UCEP	0,78	0,69	-11,6%	Neurologia	0,84	0,90	7,5%
UCI Neonatais	6,66	5,31	-20,4%	Oftalmologia	0,87	0,93	5,9%
UCIC	4,43	5,34	20,6%	Dep Cabeça e Pescoço	1,14	1,41	23,8%
UCIP	3,89	4,25	9,2%	ORL	0,82	0,79	-3,3%
Unicard	1,65	1,72	3,9%	Pneumologia A	1,13	1,00	-11,3%
HSC	2010	2011	Δ%	Urologia	0,87	0,81	-6,4%
Nefrologia	1,27	1,40	10,2%	Reumatologia	1,09	1,18	8,5%
Cirurgia Geral	2,20	2,07	-5,8%	UCIC	4,42	4,38	-0,8%
Cirurgia Cardiorácica	5,19	5,02	-3,1%	UCIP	5,20	4,52	-13,0%
Cardiologia	3,28	3,25	-1,0%				
Cardiologia Pediátrica	3,57	3,56	-0,2%				
UCIP	7,84	6,36	-18,9%				
UCI CCT	8,48	9,13	7,6%				

De referir que o aumento do ICM nas especialidade médicas, nomeadamente nas áreas de Medicina, Cardiologia, Endocrinologia, Gastroenterologia, Infeciologia, Neurologia, assim como nas áreas cirúrgicas de Cirurgia Geral, UCI CCT, Neurocirurgia, Departamento da Cabeça e Pescoço, reflete uma maior complexidade dos doentes tratados nestas especialidades.

O Índice de *case-mix* global do CHLO para a área médica é fortemente influenciado pelo peso das valências da área materno-infantil. Este Índice, visto numa perspetiva de *case-mix* médico e cirúrgico assume os valores normalizados de 0,87 e 2,23 respetivamente. Assim o *case-mix* aparentemente baixo resulta da influência da área materno - infantil e não de uma subespecialização, no conjunto global da sua produção.

O quadro seguinte inclui as 15 patologias mais frequentes no ano 2011, segundo Grupos de Diagnóstico em que se reflete o peso da área materno-infantil, logo seguido das patologias do aparelho circulatório e coração.

15 GDHS MAIS FREQUENTES - 2011

Cód.	GDH	Tipo	Descrição	N.º Doentes	Dias Internam.	Diária Média
15	629	M	Recem-nascido, peso ao nascer > 2499g, sem procedimento significativo em B.O., com diagnóstico de recém-nascido norm	2.128	5.844	2,75
14	373	M	Parto vaginal, sem diagnósticos de complicação	1.285	3.638	3,00
14	371	C	Cesariana, sem CC	600	2.536	4,00
4	541	M	Perturbações respiratórias, excepto infeções, bronquite ou asma, com CC major	477	6.601	11,38
5	127	M	Insuficiência cardíaca e/ou choque	457	4.100	7,95
1	14	M	Acidente vascular cerebral com enfarte	389	3.606	8,64
4	89	M	Pneumonia e/ou pleurisia simples, idade > 17 anos, com CC	361	4.443	16,19
5	105	C	Procedimentos nas válvulas cardíacas e/ou outros procedimentos cardiobráquicos major, sem cateterismo cardíaco	342	4.344	18,40
5	112	C	Procedimentos cardiovasculares percutâneos, sem enfarte agudo do miocárdio, insuficiência cardíaca ou choque	318	598	1,86
14	372	M	Parto vaginal, com diagnósticos de complicação	312	1.280	4,00
5	116	C	Outras implantações de pacemaker cardíaco permanente	307	837	6,07
7	494	C	Colecistectomia laparoscópica, sem exploração do coledoco, sem CC	302	1.013	2,60
19	430	M	Psicoses	273	6.822	18,00
5	853	C	Procedimentos cardiovasculares percutâneos, com stent eluidor de fármacos, com enfarte agudo do miocárdio	270	1.159	5,57
13	359	C	Procedimentos no útero e/ou seus anexos, por carcinoma in situ e/ou doença não maligna, sem CC	260	1.411	4,57

Tipo de GDH: M- Médico / C- Cirúrgico

Fonte: CHLO - Base Dados GDH

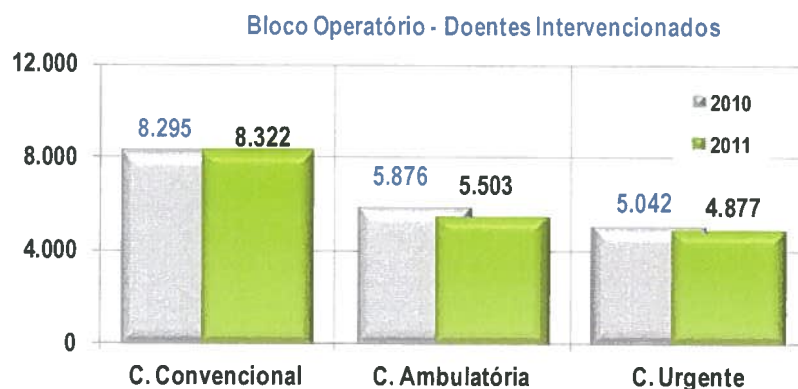
6.2.2. – BLOCO OPERATÓRIO

O Centro Hospitalar dispõe de três blocos operatórios centrais, o Bloco I com cinco salas, o Bloco II com sete salas e o Bloco III com cinco salas operatórias, que são utilizadas para a cirurgia convencional. No HEM, existe ainda a Unidade de Cirurgia do Ambulatório (UCA) com duas salas e mais duas salas que constituem o Bloco de Oftalmologia.

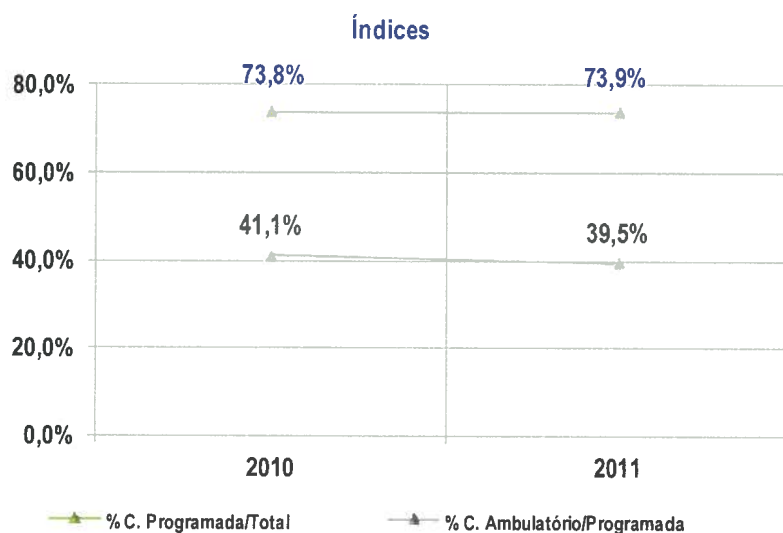
O Serviço de Urgência Geral utiliza o Bloco I.

MOVIMENTO CIRÚRGICO - N.º DE DOENTES INTERVENCIÓNADOS

	2010	2011	Δ%
Total Geral	19.213	18.702	-2,7%
Cirurgia Convencional	8.295	8.322	0,3%
Cirurgia Ambulatória	5.876	5.503	-6,3%
Cirurgia de Urgência	5.042	4.877	-3,3%



No que respeita à atividade cirúrgica, o movimento do bloco com 18.702 doentes intervencionados, registou um decréscimo de 2,7% em relação ao ano anterior. A Cirurgia Ambulatória e Urgente registaram um decréscimo de 6,3% e 3,3% respetivamente. O decréscimo da Cirurgia de Ambulatório relacionou-se em parte com a não realização de produção adicional durante 2011 devido a constrangimentos orçamentais. A Cirurgia Convencional apresentou um acréscimo de 0,2%.



Verificou-se que a taxa de ambulatorização passou de 41,1% em 2010 para 39,5% em 2011. A Cirurgia Programada constituiu 73,9% do movimento cirúrgico do CHLO, no ano 2011.

MOVIMENTO CIRÚRGICO POR ESPECIALIDADES

	N.º Intervenções			N.º Doentes Intervencionados		
	2010	2011	Δ%	2010	2011	Δ%
Especialidades	23.719	23.620	-0,4%	19.213	18.702	-2,7%
Cirurgia Geral	5.750	5.612	-2,4%	4.950	4.702	-5,0%
Cirurgia Vascular	651	554	-14,9%	621	471	-24,2%
Cirurgia Plástica	2.164	2.433	12,4%	1.812	1.904	5,1%
Cirurgia Cardiorácica	1.522	1.359	-10,7%	1.273	1.150	-9,7%
Estomatologia	309	280	-9,4%	133	129	-3,0%
Ginecologia	944	1.007	6,7%	657	706	7,5%
Obstetrícia	3.092	2.822	-8,7%	3.046	2.790	-8,4%
Neurocirurgia	1.533	1.483	-3,3%	1.395	1.379	-1,1%
Oftalmologia	4.068	4.138	1,7%	2.251	2.353	4,5%
Ortopedia	1.255	1.334	6,3%	1.042	1.072	2,9%
Otorrinolaringologia	1.171	1.189	1,5%	951	913	-4,0%
Urologia	1.260	1.409	11,8%	1.082	1.133	4,7%

Nota: Inclui Cirurgia Programada, Urgente e Ambulatória

Observando o movimento nos diferentes Serviços/Especialidades (doentes intervencionados), verifica-se acréscimo de produção nas especialidades de Ginecologia, com 7,5%, Cirurgia Plástica com 5,1%, Urologia com 4,7%, Oftalmologia com 4,5% e Ortopedia com 2,9%. De referir também que nalgumas especialidades a produção global registou um decréscimo, tais como na Cirurgia Vascular com 24,2%, Cirurgia Cardiorácica com 9,7%, Obstetrícia com 8,4%, Cirurgia Geral com 5%, Otorrinolaringologia com 4% e Estomatologia com 3%, quer por ausência de produção adicional quer por redução de alguns especialistas.

6.2.3. – BLOCO DE PARTOS

O Bloco de Partos/ Urgência Obstétrica do HSF/CHLO tem 3 salas cirúrgicas dedicadas.

O total de partos em 2011 foi de 2.621, apresentando uma diminuição de 9,7% face a 2010, tendo-se reduzido o número médio diário de partos de 8 em 2010 para 7 em 2011.

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2010	2011	Δ%
Partos ocorridos	2.902	2.621	-9,7%
Eutócicos	1.519	1.268	-16,5%
Distócicos	371	390	5,1%
Cesarianas	1.012	963	-4,8%
% Cesarianas	34,9%	36,7%	5,4%
Frequência Média/Dia	7,95	7,18	-9,7%

Verificou-se uma redução de 16,5% de partos eutócicos e um aumento de 5,1% de partos distócicos. Com uma variação homóloga de cesarianas na ordem de -4,8%, verificou-se um aumento da respetiva taxa para 36,7% em relação ao total de partos (34,9% em 2010).

Estes dados apontam para uma maior complexidade dos partos no ano de 2011.

Indicadores de Actividade - Bloco de Partos



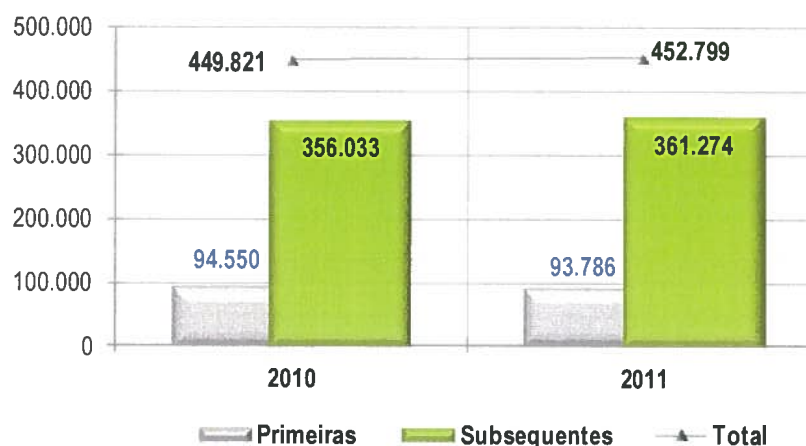
6.2.4. – CONSULTA EXTERNA

O número total de Consultas Externas realizadas em 2011 foi de 452.799, o que representa um acréscimo de 0,6% em relação ao ano de 2010. No que respeita às primeiras consultas verifica-se um decréscimo de 2,4% e um acréscimo nas subsequentes de 1,5%. O peso das primeiras consultas no total de consultas, apresenta um decréscimo de 3,1%, passando de uma percentagem de 20,9% para 20,2% em 2011.

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2010	2011	Δ%
Consultas Externas	449.821	452.799	0,7%
Primeiras	93.788	91.525	-2,4%
Subsequentes	356.033	361.274	1,5%
% Primeiras/Total	20,9%	20,2%	-3,1%

Movimento das Consultas Externas



PRODUÇÃO DA CONSULTA EXTERNA POR ESPECIALIDADE

Especialidades	2010	2011	Δ%	Especialidades	2010	2011	Δ%
Medicina	30.827	30.049	-2,5%	Pneumologia	8.799	8.739	-0,7%
Nefrologia	19.185	19.293	0,6%	Reumatologia	9.283	10.237	10,3%
Cardiologia	33.353	33.641	0,9%	C. Plást. e Reconstructiva	11.090	11.091	0,0%
Obstetrícia	10.495	10.366	-1,2%	Estomatologia	10.155	8.314	-18,1%
Ginecologia	7.026	8.392	19,4%	Neurocirurgia	9.674	9.452	-2,3%
Ortopedia	15.395	15.916	3,4%	Urologia	14.948	14.006	-6,3%
Cirurgia Geral	30.982	31.632	2,1%	Otorrinolaringologia	21.539	22.729	5,5%
Cirurgia Cardiotorácica	4.521	4.298	-4,9%	Oftalmologia	30.132	31.175	3,5%
Dermatologia	2.720	2.737	0,6%	Pediatria	10.511	10.094	-4,0%
Endocrinologia	16.710	18.498	10,7%	Anestesiologia	11.602	11.225	-3,2%
Gastroenterologia	9.367	9.007	-3,8%	Imuno-hemoterapia	2.507	2.632	5,0%
Genética Médica	505	496	-1,8%	Patologia Clínica	31.486	30.256	-3,9%
Hematologia	7.045	7.605	7,9%	MFR	8.653	7.780	-10,1%
Infeciologia	9.699	9.383	-3,3%	Psiquiatria	16.182	15.910	-1,7%
Neurologia	13.630	12.625	-7,4%	Pedopsiquiatria	7.105	8.136	14,5%
Oncologia Médica	22.306	23.354	4,7%	Cardiologia Pediátrica	4.962	5.860	18,1%
Cirurgia Vascular	5.759	5.727	-0,6%	Saúde Ocupacional	1.668	2.144	28,5%
Total Geral					449.821	452.799	0,7%

Na evolução do número de consultas por especialidade é de salientar o aumento das consultas de Ginecologia (19,4%), Cardiologia Pediátrica (18,1%), Pedopsiquiatria (14,5%), Endocrinologia (10,7%), Reumatologia (10,3%), Hematologia (7,9%), Imuno-hemoterapia (5%) e Oncologia Médica (4,7%).

Relativamente aos principais desvios negativos mencione-se que os mesmos se registaram nas especialidades de Estomatologia, MFR, Neurologia, Urologia e Cirurgia Cardiorácica em 18,1%, 10,1%, 7,4%, 6,3% e 4,9% respetivamente.

A saída de médicos por reforma e a passagem a tempo parcial de outros, explica a diminuição registada.

6.2.5. – URGÊNCIA

MOVIMENTO ASSISTENCIAL E INDICADORES DE ACTIVIDADE

	2010	2011	Δ%		2010	2011	Δ%
Doentes Entrados	184.923	182.354	-1,4%	% Doentes Internados	7,4%	7,5%	2,3%
Urgência Geral	105.589	103.431	-2,0%	Urgência Geral	9,3%	9,8%	6,0%
Pediátrica	36.514	36.160	-1,0%	Pediátrica	2,1%	2,0%	-4,2%
Obstétrica/Ginecológica	17.448	16.987	-2,6%	Obstétrica/Ginecológica	16,9%	15,9%	-5,7%
Oftalmologia	13.801	14.151	2,5%	Oftalmologia	0,2%	0,2%	14,5%
Otorrinolaringologia	11.571	11.625	0,5%	Otorrinolaringologia	0,9%	1,0%	19,4%
Doentes Internados	13.633	13.752	0,9%	Frequência Média / Dia	520,9	513,9	-1,3%
Urgência Geral	9.787	10.162	3,8%	Urgência Geral	289,3	283,4	-2,0%
Pediátrica	778	738	-5,1%	Pediátrica	100,0	99,1	-1,0%
Obstétrica/Ginecológica	2.945	2.705	-8,1%	Obstétrica/Ginecológica	47,8	46,5	-2,6%
Oftalmologia	23	27	17,4%	Oftalmologia	37,8	38,8	2,5%
Otorrinolaringologia	100	120	20,0%	Otorrinolaringologia	45,9	46,1	0,5%
TOTAL GERAL D. ENTRADOS	184.923	182.354	-1,4%				
<i>Freq. Média / Dia</i>	<i>520,9</i>	<i>513,9</i>	<i>-1,3%</i>				
<i>Doentes Internados</i>	<i>13.633</i>	<i>13.752</i>	<i>0,9%</i>				
<i>% Doentes Internados</i>	<i>7,4%</i>	<i>7,5%</i>	<i>2,3%</i>				

Urgência Geral

O número total de doentes entrados em 2011 foi de 103.431, o que representa um decréscimo de 2% em relação a 2010 e uma frequência diária de cerca de 283 doentes.

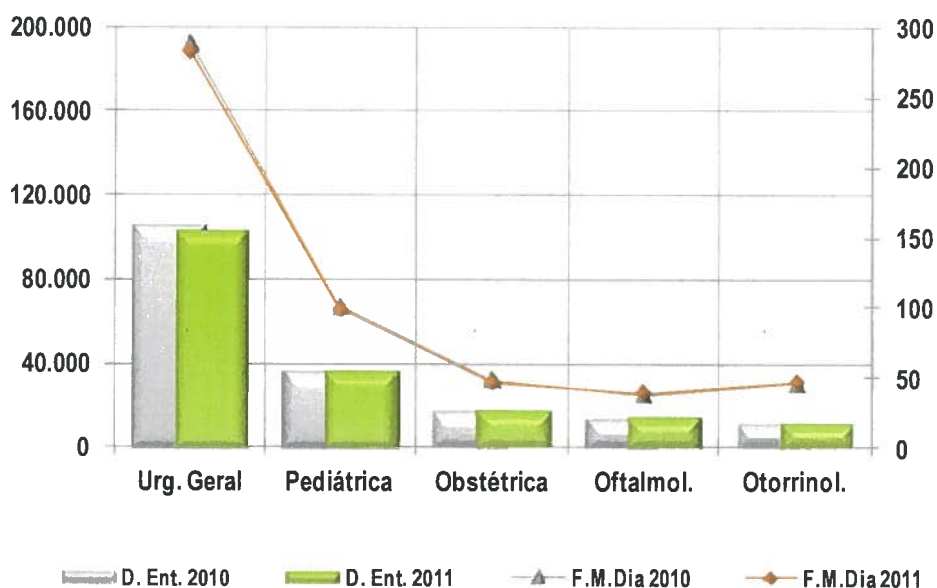
Dos 103.341 doentes entrados na Urgência Geral, 10.162 foram internados o que equivale a uma percentagem de Internamento de 9,8%.

Urgência Oftalmológica

Na Urgência Oftalmológica foram atendidos 14.151 doentes, verificando-se um aumento de 2,5% relativamente ao ano anterior. A funcionar, como já referimos, de segunda a sexta-feira entre as 08.00h e as 20.00h, foram atendidos nesta Urgência cerca de 39 doentes por dia.

Urgência de Otorrinolaringologia

Na Urgência de ORL foram atendidos 11.625 doentes, o que representa um acréscimo de 0,5% relativamente ao ano de 2010. Funciona de segunda a sexta-feira, entre as 08.00h e as 20.00h. O número de doentes socorridos por dia de funcionamento da Urgência de ORL foi cerca de 46 doentes.



Urgência Pediátrica

A Urgência Pediátrica funciona diariamente entre as 09.00h e as 22.00h. Semanalmente este serviço garante ainda uma equipa na Urgência no Hospital Dona Estefânia, às terças-feiras das 21.00h às 09.00h.

No ano de 2011 foram observadas 36.160 crianças, que geraram 738 internamentos, verificando-se um decréscimo de 1% no total de entradas na Urgência e um decréscimo de 5,1% no número de crianças com destino ao Internamento.

O número de crianças observadas na Urgência representaram um afluxo médio diário de cerca de 100 crianças.

Urgência Obstétrica/Ginecológica

Em 2011 o número de doentes observados foi de 16.987, tendo-se verificado um decréscimo de 2,6% em relação ao ano anterior. A frequência diária foi cerca de 47 urgências.

6.2.6. – HOSPITAL DE DIA

O n.º de sessões em Hospital de Dia apresenta em 2011 um aumento de 4,9% em relação ao período homólogo.

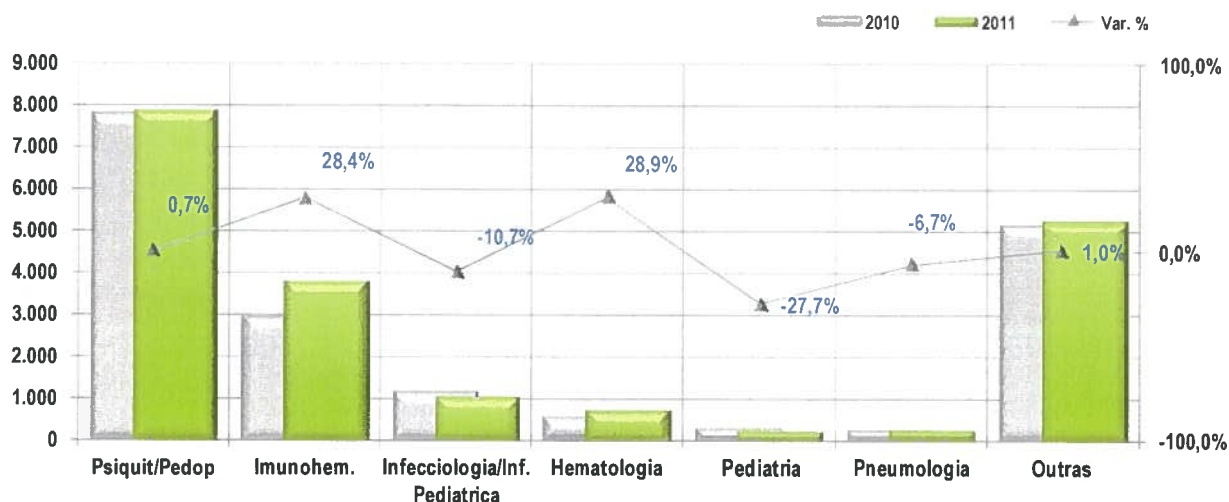
Verifica-se em 2011 o crescimento nas sessões de Hospital de Dia incluídas na linha de financiamento do Contrato Programa: incremento nas sessões de Hematologia de 28,9%, Imuno-Hemoterapia de 28,4%, Pedopsiquiatria de 19,2% e Infeciologia Pediátrica de 3,9% e o decréscimo de 16,9%, nas sessões de Infeciologia e de 6,8% na Psiquiatria.

Nas sessões de Hospital de Dia Outras, destaca-se o acréscimo nas sessões de Gastrenterologia, Cardiologia Pediátrica e Reumatologia com 65,6%, 27,5% e 20,1% respetivamente. Verifica-se o decréscimo de 52,5% nas sessões de Imunoalergologia, 36,9% na Neurologia, 27,7% na Pediatria e 6,7% na Pneumologia.

HOSPITAL DE DIA

	2010	2011	Δ%
Sessões	18.312	19.202	4,9%
Psiquiatria	5.579	5.201	-6,8%
Pedopsiquiatria	2.255	2.688	19,2%
Imunohemoterapia	2.971	3.815	28,4%
Infeciologia	834	693	-16,9%
Infeciologia Pediátrica	355	369	3,9%
Hematologia	574	740	28,9%
Pediatria	303	219	-27,7%
Pneumologia	253	236	-6,7%
Outras	5.188	5.241	1,0%
<i>Cardiologia e Espec Médicas</i>	874	933	6,8%
<i>Gastrenterologia</i>	346	573	65,6%
<i>Reumatologia</i>	442	531	20,1%
<i>Neurologia</i>	1.025	647	-36,9%
<i>Terapêuticas Suporte</i>	2.329	2.416	3,7%
<i>Imunoalergologia</i>	99	47	-52,5%
<i>Cardiologia Pediátrica</i>	51	65	27,5%
<i>Outras (HDI-Polivalente HSC)</i>	22	29	31,8%

Movimento do Hospital de Dia

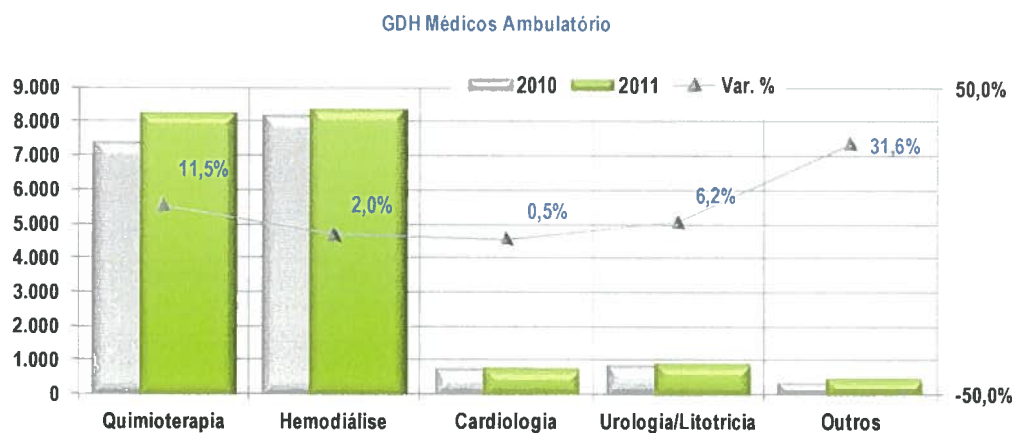


6.2.7. – GDH's MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

O ano de 2011 regista um crescimento de 6,7 % na área dos GDH's Médicos de Ambulatório, com um total de 18.780. Este aumento resulta essencialmente do aumento de 11,5% nos GDH's de Quimioterapia.

GDH MÉDICOS DE AMBULATÓRIO

	2010	2011	Δ%
TOTAL	17.594	18.780	6,7%
Quimioterapia	7.399	8.248	11,5%
Hemodiálise	8.201	8.364	2,0%
Cardiologia	765	769	0,5%
Urologia/Litotricia	859	912	6,2%
Outros	370	487	31,6%



6.2.8. – MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

Nos Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica verificaram-se no ano de 2011 acréscimos nas Técnicas de Reumatologia (26,0%), Técnicas Oftalmológicas (12,0%), Técnicas Obstetrícia/Ginecologia (11,5%) e Técnicas Gastroenterológicas (10,0%). No que diz respeito à Imagiologia registou-se em termos globais uma produção próxima do ano anterior. O número de exames realizados na Patologia Clínica registaram um decréscimo de 5%.

MEIOS COMPLEMENTARES DE DIAGNÓSTICO E TERAPÊUTICA

Especialidades	2010	2011	Δ%
Imagiologia	300.219	300.180	0,0%
RX	163.066	160.946	-1,3%
TAC	35.515	33.117	-6,8%
Ressonância Magnética	3.310	7.342	121,8%
Angiografia	1.460	1.794	22,9%
Ecografia	33.957	31.937	-5,9%
Ecodopler	4.571	4.693	2,7%
Mamografia	2.942	2.693	-8,5%
Outros	9.458	14.953	58,1%
Suplementos	45.940	42.705	-7,0%
Patologia Clínica	3.350.140	3.182.682	-5,0%
Anatomia Patológica	100.975	104.007	3,0%
Imuno Hemoterapia			
Nº análises	281.959	289.604	2,7%
Unidades transfundidas	19.999	16.213	-18,9%
Medicina Física e Reabilitação	444.667	394.952	-11,2%
Técnicas Gastroenterológicas	14.647	16.106	10,0%
Técnicas Pneumológicas	41.656	36.424	-12,6%
Técnicas Cardiológicas	74.092	71.194	-3,9%
Obstetrícia/Ginecologia	12.370	13.792	11,5%
Medicina Nuclear	3.403	2.289	-32,7%
Técnicas Neurológicas	1.810	1.901	5,0%
Técnicas Oftalmológicas	29.150	32.657	12,0%
Técnicas de ORL	12.798	11.955	-6,6%
Técnicas Urológicas	5.440	5.147	-5,4%
Técnicas Reumatologia	1.657	2.087	26,0%
Técnicas de Dermatologia	1.708	1.525	-10,7%

6.3. DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

6.3.1. ANÁLISE ECONÓMICA

Os Proveitos Totais no exercício de 2011, registam um acréscimo de 3,6 %, passando de 231,6 milhões de euros em 2010 para 239,9 milhões em 2011.

Os Custos Totais verificados em 2011 atingiram os 249,4 milhões de euros, representando um decréscimo de 8,9% em relação aos valores realizados em 2010.

O Resultado Líquido na ordem dos 9,5 milhões de euros negativos apresenta uma evolução favorável em relação a 2010.

SÍNTESE DE INDICADORES

(milhares de euros)			
SITUAÇÃO ECONÓMICA	2010	2011	Δ%
Proveitos Operacionais	227.336,7	215.650,5	-5,1%
Custos Operacionais	265.871,4	244.728,0	-8,0%
Resultados Operacionais	-38.534,7	-29.077,5	24,5%
Resultado Líquido	-42.101,7	-9.502,6	77,4%

O montante dos Proveitos Operacionais, principalmente influenciado pelas reduções dos preços do Contrato Programa e do valor de convergência atribuído em 2011, sofreu um decréscimo de 5,1% face ao exercício anterior.

Apesar da repercussão desfavorável nos resultados obtidos pelo contributo, cada vez menor, do valor de Convergência na atividade do CHLO, cuja produção, conforme já referido, tem tido na globalidade um desempenho positivo, as renegociações levadas a cabo junto dos fornecedores e, tendo em consideração o plano de redução de custos, o acentuado esforço no controlo e contenção de Custos Operacionais em 2011, traduzido num decréscimo na ordem dos 8% face ao período anterior, proporcionou uma evolução bastante favorável do Resultado Operacional (+24,5%), passando de 38,5 milhões de euros negativos para 29,1 milhões e euros negativos.

Em termos de grandes agregados, a evolução ocorrida ao nível dos proveitos sintetiza-se no quadro seguinte:

PROVEITOS TOTAIS

(euros)			
Rubrica	2010	2011	Δ%
PROVEITOS			
Proveitos Operacionais	227.336.688	215.650.478	-5,1%
Prestação de Serviços	213.877.047	200.416.769	-6,3%
Contrato Programa	204.684.253	190.465.109	-6,9%
Produção	186.957.693	184.037.960	-1,6%
Valor de Convergência + Incentivos Institucionais	17.726.560	6.427.149	-63,7%
Valor de Convergência	14.097.312	1.702.857	-87,9%
Incentivos Institucionais	3.629.248	4.724.292	30,2%
Subsistemas (inclui SNS não contemplado no CP)	9.192.794	9.951.660	8,3%
Outros Proveitos Operacionais	13.459.641	15.233.709	13,2%
Proveitos e Ganhos Financeiros	248.935	122.220	-50,9%
Proveitos e Ganhos Extraordinários	3.969.256	24.161.942	508,7%
TOTAL	231.554.879	239.934.640	3,6%

O total de Proveitos, influenciados pelos Proveitos Extraordinários, atingiu cerca de 239,9 milhões de euros representando um acréscimo na ordem dos 3,6%.

A Prestação de Serviços (incluindo o valor de convergência e Incentivos Institucionais), apresenta um decréscimo de 6,3%. A redução dos preços em 2011 na ordem dos 4% e a diminuição do montante do valor de convergência atribuído (-12,3 milhões de euros), foram a causa desta evolução desfavorável, afetando o volume da faturação.

Os Outros Proveitos Operacionais registam um acréscimo de 13,2%.

Os Proveitos e Ganhos Financeiros sofrem uma redução de 51% e os Extraordinários, em consequência da anulação de provisões, apontam um acréscimo de 509%.

No que se refere à evolução dos custos, o quadro seguinte evidencia a evolução síntese dos diversos agregados:

CUSTOS TOTAIS

(euros)			
Rubrica	2010	2011	Δ%
CUSTOS TOTAIS			
Custos Operacionais	265.871.412	244.728.021	-8,0%
<i>Cash Costs</i>	253.537.521	234.283.178	-7,6%
Amortizações / Provisões	12.333.891	10.444.843	-15,3%
Custos e Perdas Financeiras	13.868	25.752	85,7%
Custos e Perdas Extraordinárias	7.741.277	4.653.440	-39,9%
TOTAL	273.626.557	249.407.212	-8,9%

Os Custos Operacionais totalizam 244,7 milhões de euros e, conforme já referido, registam um decréscimo de 8% face ao exercício anterior. Os "Cash Costs" também apresentam um decréscimo de 7,6% e os Custos Totais de 249,4 milhões de euros sofreram uma redução de 8,9% face a 2010.

A evolução dos Custos não desembolsáveis (Amortizações e Provisões) registam uma diminuição de 15,3% passaram de 12,3 milhões de euros para 10,4 milhões de euros.

Os Resultados Extraordinários apresentam um acréscimo acentuado que, conforme já referido, resultam, fundamentalmente, da anulação das provisões.

O EBITDA regista uma evolução favorável, passando de 26,2 milhões de euros negativos para 18,6 milhões de euros negativos.

Os Resultados Líquidos negativos na ordem dos 9,5 milhões de euros negativos registam uma substancial melhoria face aos 42,1 milhões de euros negativos obtidos em Dezembro de 2010.

A conjugação dos Proveitos e Custos antes referidos conduz aos seguintes agregados de resultados:

RESULTADOS

	2010	2011	(euros) Δ%
Resultado Operacional	-38.534.724	-29.077.542	24,5%
Resultados Financeiros	235.067	96.469	-59,0%
Resultados Correntes	-38.299.657	-28.981.074	24,3%
Resultados Extraordinários	-3.772.022	19.508.502	617,2%
Resultado Líquido	-42.101.679	-9.502.572	77,4%

Seguidamente procede-se à análise dos principais agregados de custos.

CONSUMOS

	2010	2011	(euros) Δ%
Produtos Farmacêuticos	62.440.374	61.057.513	-2,2%
Material Consumo Clínico	33.444.043	31.720.026	-5,2%
Produtos Alimentares	145.174	123.895	-14,7%
Material Consumo Hoteleiro	826.241	462.269	-44,1%
Material Consumo Administrativo	898.840	882.885	-1,8%
Material Manutenção Conserv.	492.110	399.090	-18,9%
Outro Material Consumo	0	0	-
TOTAL	98.246.781	94.645.677	-3,7%

O Custo das Mercadorias Vendidas e Matérias Consumidas ascendeu em 2011 a 94,6 milhões de euros e registou uma diminuição de 3,7% em relação a 2010.

Os Produtos Farmacêuticos, representando cerca de 64,5% do total dos Consumos, registaram uma redução na ordem dos 2,2%. De referir ainda a redução de 5,2% do Material de Consumo Clínico.

O total das Compras ascendeu em 2011 a 95,4 milhões de euros registando uma diminuição de 3,3% face ao ano anterior, conforme se evidencia no quadro seguinte:

COMPRAS

(euros)			
Rubrica	2010	2011	Δ%
Produtos Farmacêuticos	63.111.602	61.852.757	-2,0%
Material Consumo Clínico	33.232.228	31.691.989	-4,6%
Produtos Alimentares	145.601	121.479	-16,6%
Material Consumo Hoteleiro	819.161	476.190	-41,9%
Material Consumo Administrativo	905.322	866.815	-4,3%
Material Manutenção Conserv.	477.649	397.107	-16,9%
Outro Material Consumo			-
TOTAL	98.691.563	95.406.338	-3,3%

Destacam-se os Produtos Farmacêuticos que registam um decréscimo de 2 % relativamente a 2010.

As compras de Material de Consumo Clínico tiveram um comportamento semelhante aos consumos deste material e apresentam um decréscimo na ordem dos 4,6%.

CONSUMOS - PRODUTOS FARMACÊUTICOS

(euros)			
Rubrica	2010	2011	Δ%
Medicamentos	56.192.444	55.497.836	-1,2%
Reagentes e Produtos Diagnóstico	5.811.009	5.118.273	-11,9%
Outros Produtos Farmacêuticos	436.921	441.404	1,0%
TOTAL	62.440.374	61.057.513	-2,2%

O montante dos consumos registados nos Medicamentos apresenta uma diminuição na ordem dos 1,2% ascendendo a cerca de 55,5 milhões de euros.

Os Reagentes apresentam um decréscimo de 11,9%.

COMPRAS - PRODUTOS FARMACÊUTICOS

(euros)

Rubrica	2010	2011	Δ%
Medicamentos	56.859.824	56.272.958	-1,0%
Reagentes e Produtos Diagnóstico	5.799.269	5.122.768	-11,7%
Outros Produtos Farmacêuticos	452.509	457.032	1,0%
TOTAL	63.111.602	61.852.757	-2,0%

CONSUMOS - MEDICAMENTOS E OUTROS PRODUTOS FARMACÊUTICOS

(euros)

Rubrica	2010	2011	Δ%
Dispensa Gratuita	33.199.658	40.262.868	21,3%
Com suporte legal	29.140.269	35.846.816	23,0%
Sem suporte legal	4.059.389	4.416.052	8,8%
Consumo interno	23.429.706	15.676.372	-33,1%
Internamento, Consulta, Urgência, Hospital de Dia e Outros	23.429.706	15.676.372	-33,1%
TOTAL	56.629.365	55.939.240	-1,2%

O consumo interno de Medicamentos, cujo peso nos consumos totais de Medicamentos se situa na ordem dos 28%, ascendendo a 15,7 milhões de euros, apresenta uma redução de 33,1% relativamente a 2010.

Os Medicamentos de distribuição gratuita registam um aumento de 21,3%, representando 72% dos consumos de Medicamentos.

As variações registadas na dispensa gratuita e consumo interno resultam da alteração do critério de registo dos valores de consumos correspondentes ao Hospital Dia de Oncologia. Assim até 2010 este valor era imputado ao consumo interno passando em 2011 para dispensa gratuita com suporte legal em ambulatório.

CONSUMOS - MEDICAMENTOS CONSUMIDOS POR PATOLOGIA EM AMBULATÓRIO (euros)

	2010	2011	Δ%
Insufic. Crónicos e Transp Renais	2.164.089	1.906.048	-11,9%
HIV	16.197.462	17.276.236	6,7%
Deficiência Hormona Crescimento	589.371	558.907	-5,2%
Síndrome Turner	37.024	30.781	-16,9%
Esclerose Lateral Amiotrófica	33.895	16.113	-52,5%
Esclerose Múltipla	2.067.859	2.336.569	13,0%
Síndrome de Lennox-Gastaut	9.671	6.673	-31,0%
Ataxias Cerebelosas Hereditárias	43	0	-100,0%
Doentes Acromegálicos	145.322	143.007	-1,6%
Profil. Rejeição Aguda Transpl. Crónico	2.752.454	2.582.430	-6,2%
Profil. Rejeição Aguda Transpl. Card. Alogénico	328.378	217.017	-33,9%
Hepatite C	596.433	729.547	22,3%
Tuberculose e Lepra	595	1.105	85,6%
Patologia Oncológica	2.997.477	8.420.234	180,9%
Planeamento Familiar	613.593	5.928	-99,0%
Outras Patologias	4.665.993	6.032.275	29,3%
TOTAL	33.199.658	40.262.868	21,3%

Destacam-se nesta área as distribuições efetuadas a doentes com HIV, com Patologias Oncológicas, com Profilaxia Rejeição Aguda, Esclerose múltipla, Insuficientes Crónicos e Transplantes renais, e com Outras patologias traduzindo-se em encargos de, 17,3 milhões de euros, 8,4 milhões de euros, 2,8 milhões de euros, 2,3 milhões de euros, 1,9 milhões de euros, e 6 milhões de euros respetivamente.

Continuamos a referir neste relatório que, enquanto não forem adotadas políticas específicas de financiamento destes medicamentos de distribuição gratuita, as significativas despesas realizadas nesta área e dificilmente inevitáveis repercutem-se negativamente na estrutura de custos das Instituições que prestam este serviço.

CONSUMOS - MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO

(euros)

Rubrica	2010	2011	Δ%
Mat. Cons. Clínico - de Penso	533.005	513.295	-3,7%
Mat. Cons. Clínico - Artigos Cir.	2.353.415	2.343.268	-0,4%
Mat. Cons. Clínico - de Tratam.	13.364.149	13.428.855	0,5%
Mat. Cons. Clínico - de Electrom.	373.869	210.445	-43,7%
Mat. Cons. Clínico - de Laboratór.	458.933	442.655	-3,5%
Mat. Cons. Clínico - Próteses	11.568.187	10.106.011	-12,6%
Mat. Cons. Clínico - Osteosintese	1.122.352	1.292.258	15,1%
Mat. Cons. Clínico - Outro M.C.	3.670.133	3.383.238	-7,8%
TOTAL	33.444.043	31.720.026	-5,2%

O Material de Consumo Clínico que representa cerca de 33,5% do total dos consumos teve uma diminuição de 5,2% face ao ano anterior. Esta evolução favorável reflete o controlo mais rigoroso na utilização de material a consignação.

Também nas compras de Material de Consumo Clínico podemos confirmar a redução deste tipo de despesa.

COMPRAS - MATERIAL DE CONSUMO CLÍNICO

(euros)

Rubrica	2010	2011	Δ%
Mat. Cons. Clínico - de Penso	525.667	519.878	-1,1%
Mat. Cons. Clínico - Artigos Cir.	2.360.328	2.270.446	-3,8%
Mat. Cons. Clínico - de Tratam.	13.219.882	13.440.790	1,7%
Mat. Cons. Clínico - de Electrom.	370.750	211.599	-42,9%
Mat. Cons. Clínico - de Laboratór.	455.084	447.622	-1,6%
Mat. Cons. Clínico - Próteses	11.540.042	10.098.777	-12,5%
Mat. Cons. Clínico - Osteosintese	1.122.352	1.292.258	15,1%
Mat. Cons. Clínico - Outro M.C.	3.638.122	3.410.619	-6,3%
TOTAL	33.232.228	31.691.989	-4,6%

Representando cerca de 13,3% dos Custos Totais, os Fornecimentos e Serviços Externos registam um decréscimo na ordem dos 7,2%, passando de 35,5 para 32,9 milhões de euros. Esta evolução é fundamentalmente o reflexo da redução dos Subcontratos (8,6%) e dos Fornecimentos e Serviços III (6,2%).

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

(euros)			
Rubrica	2010	2011	Δ%
Subcontratos	10.335.770	9.448.886	-8,6%
Fornecimentos e Serviços I	3.891.939	4.553.199	17,0%
Fornecimentos e Serviços II	3.898.196	2.892.140	-25,8%
Fornecimentos e Serviços III	16.877.944	15.828.610	-6,2%
Outros Fornecimentos e Serviços	472.239	187.011	-60,4%
TOTAL	35.476.088	32.909.845	-7,2%

SUBCONTRATOS

(euros)			
Rubrica	2010	2011	Δ%
Assistência ambulatoria	128.335	143.796	12,0%
Meios Compl. Diagnóstico	4.022.715	3.151.233	-21,7%
Patologia Clínica	1.102.936	930.258	-15,7%
Anatomia Patológica	3.591	7.548	110,2%
Imagiologia	1.165.353	1.164.694	-0,1%
Radiologia Convencional	349.158	827.452	137,0%
TAC	74.537	107.122	43,7%
Ecografias	8.459	17.809	110,5%
Ressonâncias Magnéticas	574.579	191.541	-66,7%
Mamografia	147	3.340	2177,1%
Angiografia	158.473	17.430	-89,0%
Cardiologia	39.544	60.519	53,0%
EEG	120.629	797	-99,3%
Medicina Nuclear	359.910	439.559	22,1%
Gastroenterologia	287.594	97.317	-66,2%
Pneumologia	1.512	5.085	236,3%
Outros	941.645	445.457	-52,7%
Meios Compl. Terapêutica	3.851.679	3.835.838	-0,4%
Medicina Física e Reabilitação	1.585	1.887	19,0%
Cuidados Respiratórios Domiciliares	395.119	349.326	-11,6%
Unidades Terapêuticas de Sangue	3.394.906	3.470.716	2,2%
Radioterapia	50.795	0	-100,0%
Outros	9.273	1.690	-81,8%
Internamentos	1.450.276	1.479.168	2,0%
Transporte Doentes	515.516	497.908	-3,4%
Assistência no estrangeiro	13.899	36.564	163,1%
Outr. trab. executados no exterior	540	0	-100,0%
Outros subcontratos	352.810	304.380	-13,7%
TOTAL	10.335.770	9.448.886	-8,6%

A redução dos Subcontratos é originada pela diminuição de cerca de 21,7% dos Meios Complementares de Diagnóstico requisitados ao exterior, principalmente em resultado do menor recurso ao exterior no que diz respeito à Ressonância Magnética, Angiografia, exames de Gastroenterologia e de Neurologia. A diminuição da despesa de Meios Complementares de Terapêutica regista um ligeiro decréscimo de 0,4%.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS I

(euros)			
Rubrica	2010	2011	Δ%
Electricidade	1.277.867	1.549.426	21,3%
Combustíveis	1.333.735	1.636.343	22,7%
Água	607.201	556.674	-8,3%
Ferramentas e Utensílios	25.028	11.020	-56,0%
Livros Document. Técnica	72.499	48.362	-33,3%
Material de Escritório	14.202	1.781	-87,5%
Rendas e Alugueres	561.407	749.591	33,5%
TOTAL	3.891.939	4.553.199	17,0%

O aumento de 17% nos Fornecimentos e Serviços I, tem a ver, fundamentalmente, com o custo da Eletricidade e Combustíveis. Este aumento de consumos não deverá ser considerado real, pois, o CHLO procede à faturação parcial de energia (cogeração) ao SUCH.

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS II

(euros)			
Rubrica	2010	2011	Δ%
Comunicação	593.047	464.800	-21,6%
Seguros	7.076	12.168	72,0%
Transp. de Mercadorias	20	0	-100,0%
Transporte de Pessoal	599	0	-100,0%
Deslocações e Estadas	20.060	12.201	-39,2%
Honorários	3.277.395	2.402.971	-26,7%
TOTAL	3.898.196	2.892.140	-25,8%

Nos FSE II, verifica-se um decréscimo de 25,8%, e destacam-se a redução nos custos com Honorários (26,7%) e Comunicação (21,6%).

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS III

(euros)			
Rubrica	2010	2011	Δ%
Contencioso Notariado	92.449	63.444	-31,4%
Conserv. e Reparação	3.962.338	5.071.263	28,0%
Public. e Propaganda	34.658	43.746	26,2%
Limp., Higiene e Conforto	2.898.673	2.800.930	-3,4%
Vigilância e Segurança	1.333.671	1.212.970	-9,1%
Trab. Especializ. - Informática	40.285	167.717	316,3%
Trab. Especializ. - Alimentação	2.852.947	2.485.070	-12,9%
Trab. Especializ. - Lavandaria	723.154	636.107	-12,0%
Trab. Especializ. - Serv. Tecn. RH	2.789.264	2.130.507	-23,6%
Outros Trab. Especializ.	2.150.503	1.216.857	-43,4%
TOTAL	16.877.944	15.828.610	-6,2%

Os Fornecimentos e Serviços III registaram um decréscimo de 6,2%, passando de 16,9 para 15,8 milhões de euros. Para o efeito, contribuíram a redução nos Trabalhos Especializados, designadamente, Serviços Técnicos Recursos Humanos -23,6%, Alimentação -12,9% e Lavandaria -12%. De referir ainda a poupança verificada na rubrica Limpeza, Higiene e Conforto em 3,4%.

Tendo em consideração a alteração de critérios de registos de imputações, a análise das rubricas Conservação e Reparação e Outros Trabalhos Especializados deverá ser efetuada em conjunto, resultando um acréscimo de 2,9%.

DESPESAS COM PESSOAL

(euros)			
Rubrica	2010	2011	Δ%
Remunerações Órgãos Direcção	505.899	308.294	-39,1%
Remunerações Base do Pessoal	68.285.673	64.657.842	-5,3%
Suplementos de Remunerações	19.924.558	17.573.355	-11,8%
Prestações Sociais Directas	508.298	141.154	-72,2%
Subsídios de Férias e Natal	12.096.688	6.532.034	-46,0%
Pensões	1.202.097	936.081	-22,1%
Encargos sobre Remunerações	15.746.645	15.422.198	-2,1%
Seguros e Acidentes de Trabalho	384.062	388.330	1,1%
Encargos Sociais Voluntários	293.808	333.183	13,4%
Outros Custos com Pessoal	784.313	264.169	-66,3%
TOTAL	119.732.040	106.556.640	-11,0%

As Despesas com o Pessoal que representam 43,1% dos Custos Totais tiveram uma redução de 11% face ao ano anterior. Esta evolução foi influenciada pelo imperativo legal de redução do Subsídio de Natal e a não especialização do Subsídio de Férias de 2011.

Destaca-se a evolução favorável das rubricas de maior peso: Remunerações Base de Pessoal -5,3%, Suplementos de Remunerações -11,8%.

ENCARGOS COM O DECRETO LEI 62/79

(euros)			
Rubrica	2010	2011	Δ%
1 - Ordenados e Salários (a)	68.791.572	64.966.136	-5,6%
2 - Horas Extraordinárias	8.239.498	7.249.493	-12,0%
3 - Prevenções	2.515.470	1.921.665	-23,6%
4 - Noites e Suplementos	3.526.033	3.397.165	-3,7%
5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)	14.281.002	12.568.323	-12,0%
% DL 62/79/Ord. e Salários - (5)/(1)	20,8%	19,3%	

(a) Inclui c/ 641- Remuneração dos órgãos directivos

De acordo com as disposições legais estabelecidas, os encargos com remunerações suplementares ascenderam a 12,6 milhões de euros e registaram um decréscimo de 12 %. Apresentando todas as rubricas uma redução relativamente a 2010, a despesa na rubrica Ordenados e Salários foi a que mais contribuiu para contenção neste grupo, registando uma quebra na ordem dos 6% comparativamente com o ano anterior.

DECRETO LEI 62/79 - DISTRIBUIÇÃO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

(euros)

Rubrica	2010	2011	Δ%
1 - Ordenados e Salários	68.791.572	64.966.136	-5,6%
Médicos	25.913.750	24.110.443	-7,0%
Enfermeiros	22.119.567	21.267.918	-3,9%
Outro Pessoal ^(a)	20.758.255	19.587.775	-5,6%
2 - Horas Extraordinárias	8.239.498	7.249.493	-12,0%
Médicos	7.693.432	6.673.800	-13,3%
Enfermeiros	153.343	184.188	20,1%
Outro Pessoal	392.723	391.506	-0,3%
3 - Prevenções	2.515.470	1.921.665	-23,6%
Médicos	1.864.853	1.214.299	-34,9%
Enfermeiros	382.811	417.437	9,0%
Outro Pessoal	267.807	289.928	8,3%
4 - Noites e Suplementos	3.526.033	3.397.165	-3,7%
Médicos	653.962	539.587	-17,5%
Enfermeiros	1.986.354	1.835.745	-7,6%
Outro Pessoal	885.717	1.021.833	15,4%
5 - Decreto Lei 62/79 - (2)+(3)+(4)	14.281.002	12.568.323	-12,0%
Médicos	10.212.247	8.427.686	-17,5%
Enfermeiros	2.522.507	2.437.371	-3,4%
Outro Pessoal	1.546.247	1.703.267	10,2%
6 - % Dec Lei 62/79 nos ordenados			
Médicos	39,4%	35,0%	
Enfermeiros	11,4%	11,5%	
Outro Pessoal	7,4%	8,7%	

(a) Inclui c/ 641 - Remuneração dos órgãos directivos

Os médicos foram o grupo profissional que mais peso teve nos custos com Horas Extraordinárias, auferindo cerca de 92% do seu valor total, tendo registado uma diminuição de 13,3% face ao ano transato.

Nas Prevenções, em que o encargo gerado pelos médicos atinge 63,2% do total despendido com este tipo de remuneração, verificou-se uma redução de cerca de 35%.

A rubrica Noites e Suplementos regista um decréscimo em relação a 2010 e é o pessoal de enfermagem que gera o maior encargo que atinge os 54% do total deste tipo de remuneração.

PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS

		(euros)	
Rubrica	2010	2011	Δ%
Actividade Hospitalar			
Prestações de Serviços			
Internamento	98.636.489	94.944.990	-3,7%
Consulta Externa	51.326.598	52.737.613	2,7%
Urgência	22.797.415	21.763.496	-4,5%
Hospital de Dia	1.960.665	2.171.108	10,7%
Meios Complem. de Diag. e Terap.	4.243.265	6.793.318	60,1%
Taxas Moderadoras	2.012.164	1.922.204	-4,5%
Outras Prestações de Serviços de Saúde			
GDH Ambulatório	12.479.530	11.820.326	-5,3%
GDH Cirúrgicos	8.809.048	8.149.104	-7,5%
GDH Médicos	3.670.482	3.671.222	0,0%
Programas verticais	1.835.408	903.810	-50,8%
Outras Prestações de Serviços de Saúde	843.522	842.222	-0,2%
Outras Prestações de Serviços	15.432	90.534	486,7%
Sub-total	196.150.487	193.989.620	-1,1%
Plano de Convergência	17.726.560	6.427.149	-63,7%
TOTAL	213.877.047	200.416.769	-6,3%

O montante das Prestações de Serviços registou um decréscimo de 6,3% face ao ano anterior passando de cerca de 213,9 milhões de euros para 200,4 milhões de euros. Em termos de produção faturada regista-se apenas um decréscimo de 1%. O valor global desta rubrica é afetado pelo decréscimo registado no valor de convergência incluindo os incentivos institucionais (-63,7% = -11,3 milhões de euros) e a redução dos preços em 2011 na ordem dos 4%.

O Internamento que representa 47,4% do total das Prestações de Serviço, regista uma redução de faturação na ordem de 3,7% (efeito de redução de preço de 4%). A Consulta Externa com um peso de 26,3% no total das Prestações de Serviço e com um aumento de 2,7% face ao ano de 2010, reflete a tendência de crescimento da sua produção no respetivo volume de faturação.

Os Meios Complementares de Diagnóstico e Terapêutica e o Hospital de Dia, registaram um acréscimo de 60,1%, e 10,7% respetivamente. A evolução dos Meios Complementares de Terapêutica é consequência do registo em 2011 nesta rubrica de Prestações de Serviço, da atividade no âmbito do protocolo Oncologia-Cascais.

Em conformidade com a redução da produção a Urgência regista um decréscimo de 4,5% e nas outras Prestações de Serviços há a registar o decréscimo dos GDH's Ambulatório (5,3%) e dos Programas Verticais (50,8%).

A valorização da produção associada ao Contrato Programa, que inclui Outros Proveitos Operacionais,, ascende a 201,4 milhões de euros correspondendo a uma taxa de execução na ordem dos 98 %.

O montante global do Contrato Programa celebrado com a ACSS para 2011 ascendeu a 206 milhões de euros incluindo verbas de convergência e incentivos institucionais.

O valor recebido mensalmente a título de adiantamento por conta do Contrato Programa foi de 15,3 milhões de euros, que será objeto de acerto de contas com a faturação a regularizar..

6.3.2. ANÁLISE FINANCEIRA

RUBRICAS DO BALANÇO

(milhares de euros)

	2010	2011	Δ%
Activo Total Líquido	219.559,1	230.220,4	4,9%
Imobilizado Líquido	81.618,3	77.735,3	-4,8%
Activo Circulante Líquido	137.940,8	152.485,1	10,5%
Existências Líquidas	10.234,5	10.824,7	5,8%
Créditos curto prazo	70.085,5	89.906,1	28,3%
Disponibilidades	16.869,6	18.916,4	12,1%
Acréscimos e Diferimentos			
Acréscimos de proveitos	40.741,2	32.830,7	-19,4%
Custos diferidos	9,9	7,2	-27,4%
Fundos Próprios	49.690,4	40.313,8	-18,9%
Passivo	169.868,7	189.906,6	11,8%
Provisões	4.176,9	4.354,5	4,3%
Passivo de curto prazo	142.304,8	175.698,6	23,5%
Acréscimos e Diferimentos			
Acréscimos de custos	24.622,0	11.285,2	-54,2%
Proveitos diferidos	2.941,9	2.922,8	-0,6%

O total do Ativo Líquido atingiu, em 2011 o montante de 230,2 milhões de euros, registando um aumento de 4,9% relativamente a 31 de Dezembro de 2010.

O Ativo Circulante Líquido teve um acréscimo de 10,5%, resultante do aumento dos créditos de curto prazo (28,3%) e do aumento do montante das disponibilidades (12,1%).

O Passivo de Curto Prazo apresenta um acréscimo de 23,5%, consequência do agravamento do prazo médio de pagamentos a fornecedores.

BALANÇOS COMPARADOS - ACTIVO

(euros)

	2011		2010		Δ %
	Valor	% Aplic	Valor	% Aplic	2011-2010
ACTIVO					
IMOBILIZADO					
Imobilizado Incorpóreo Bruto	1.148.888,04	0,5%	1.148.888,04	0,5%	0,0%
Amortizações Acumuladas	1.148.888,04		1.148.888,04		0,0%
Imobilizado Incorpóreo Líquido	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Imobilizado Corpóreo Bruto	178.206.778,14	77,4%	172.527.881,55	78,6%	3,3%
Imobilizado Corpóreo	177.632.580,13	77,2%	171.432.888,62	78,1%	3,6%
Imobilizado em Curso corpóreo	574.198,01	0,2%	1.094.992,93	0,5%	-47,6%
Amortizações Acumuladas	100.471.442,45		90.909.570,68		10,5%
Imobilizado Corpóreo Líquido	77.735.335,69	33,8%	81.618.310,87	37,2%	-4,8%
Total de imobilizado bruto	179.355.666,18	77,9%	173.676.769,59	79,1%	3,3%
Total de Amortizações acumuladas	101.620.330,49		92.058.458,72		10,4%
Total de imobilizado Líquido	77.735.335,69	33,8%	81.618.310,87	37,2%	-4,8%
EXISTÊNCIAS					
Matérias-primas,subsid.e consumo	11.029.839,40	4,8%	10.421.444,72	4,7%	5,8%
Provisões p/ depreciação de existências	205.138,51		186.896,27		9,8%
Total das existências Líquidas	10.824.700,89	4,7%	10.234.548,45	4,7%	5,8%
CREDITOS A TERCEIROS - Curto prazo					
Clientes	70.356.739,78	30,6%	41.073.517,48	18,7%	71,3%
Clientes e utentes cobrança duvidosa	6.698.310,78	2,9%	18.708.537,34	8,5%	-64,2%
Adiantamentos a fornecedores	193.739,71	0,1%	140.512,02	0,1%	37,9%
Estado e outros entes públicos	501.449,07	0,2%	434.009,96	0,2%	15,5%
Outros devedores	18.216.560,48	7,9%	25.842.562,64	11,8%	-29,5%
Provisões p/ Clientes Cob. Duvidosa	6.060.651,89		16.113.609,11		-62,4%
Total Créditos Curto Prazo	89.906.147,93	39,1%	70.085.530,33	31,9%	28,3%
Titulos Negociáveis	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Contas no Tesouro	18.713.260,97	8,1%	16.518.756,07	7,5%	13,3%
Depósitos em instituições financeiras	200.614,94	0,1%	345.923,79	0,2%	-42,0%
Caixa	2.522,10	0,0%	4.940,43	0,0%	-48,9%
Total de Disponibilidades	18.916.398,01	8,2%	16.869.620,29	7,7%	12,1%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de proveitos	32.830.660,79	14,3%	40.741.239,08	18,6%	-19,4%
Custos diferidos	7.163,62	0,0%	9.869,79	0,0%	-27,4%
Total acréscimos e diferimentos	32.837.824,41	14,3%	40.751.108,87	18,6%	-19,4%
TOTAL DO ACTIVO	230.220.406,93	100,0%	219.559.118,81	100,0%	4,9%

BALANÇOS COMPARADOS - FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO

(euros)

	2011		2010		Δ %
	Valor	% Aplic	Valor	% Aplic	2011-2010
FUNDO PATRIMONIAL					
Fundo Patrimonial	126.860.000,00	55,1%	126.860.000,00	57,8%	0,0%
Reservas	45.260.140,92	19,7%	45.134.149,54	20,6%	0,3%
Resultados Transitados	-122.303.774,23	-53,1%	-80.202.095,52	-36,5%	52,5%
Resultado Líquido do Exercício	-9.502.571,74	-4,1%	-42.101.678,71	-19,2%	-77,4%
Total de Fundo Patrimonial	40.313.794,95	17,5%	49.690.375,31	22,6%	-18,9%
PASSIVO					
Dividas a Terceiros M/L Prazo	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Provisões para outros riscos e encargos	4.354.477,45	1,9%	4.176.930,51	1,9%	4,3%
Adiantamentos de clientes	27.192,76	0,0%	258.473,02	0,1%	-89,5%
Fornecedores c/c	133.374.147,27	57,9%	101.979.345,15	46,4%	30,8%
Fornecedores - Facturas recepção e conferência	8.196.291,04	3,6%	7.125.873,19	3,2%	15,0%
Dividas a instituições de crédito	0,00	0,0%	0,00	0,0%	
Fornecedores de imobilizado c/c	2.067.641,80	0,9%	4.876.169,04	2,2%	-57,6%
Estado e outros entes públicos	3.084.682,24	1,3%	3.441.747,77	1,6%	-10,4%
Outros credores	24.594.122,67	10,7%	20.446.291,82	9,3%	20,3%
Total de Débitos de curto prazo	171.344.077,78	74,4%	138.127.899,99	62,9%	24,0%
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS					
Acréscimos de custos	11.285.213,88	4,9%	24.622.026,56	11,2%	-54,2%
Proveitos diferidos	2.922.842,87	1,3%	2.941.886,44	1,3%	-0,6%
Total acréscimos e diferimentos	14.208.056,75	6,2%	27.563.913,00	12,6%	-48,5%
TOTAL PASSIVO	189.906.611,98	82,5%	169.868.743,50	77,4%	11,8%
TOTAL FUNDOS PRÓPRIOS E PASSIVO	230.220.406,93	100,0%	219.559.118,81	100,0%	4,9%

APLICAÇÕES DE FUNDOS

ORIGENS DE FUNDOS

(milhares de euro s)

	2010	2011	Δ%		2010	2011	Δ%
Activo Fixo				Capital Próprio			
Imobilizado líquido	81.618,3	77.735,3	-4,8%	Fundo Patrimonial	52.622,4	43.229,5	-17,8%
Activo Circulante	137.930,9	152.477,9	10,5%	Capital Alheio			
Existencias	10.234,5	10.824,7	5,8%	Exigível de curto prazo	166.926,9	186.983,8	12,0%
Realizável a curto prazo	110.826,8	122.736,8	10,7%				
Disponível	16.869,6	18.916,4	12,1%				
Total aplicações	219.549,2	230.213,2	4,9%	Total Origens	219.549,2	230.213,3	4,9%

O Ativo Imobilizado Líquido sofreu um decréscimo de 4,8% devido ao facto do valor das aquisições do exercício não serem suficientes para compensar as Amortizações do exercício.

O Ativo Realizável a curto prazo apresenta um aumento de 10,7% devido, sobretudo, ao aumento do saldo da conta de Clientes/Instituições do Estado.

O Ativo Disponível aumentou em 12,1% resultante do aumento do montante das Disponibilidades.

O Exigível a Curto Prazo apresenta um acréscimo de cerca de 12%, proveniente do aumento do Prazo Médio de Pagamento (de 317 para 412 dias).

RÁCIOS

	2010	2011
Rácios de Liquidez		
. Liquidez Geral	0,83	0,82
. Liquidez Reduzida	0,76	0,76
. Liquidez Imediata	0,10	0,10
Rácios de Autonomia Financeira, Solvabilidade e Endividamento		
. Autonomia Financeira	0,24	0,19
. Solvabilidade	1,32	1,23
. Endividamento	0,76	0,81
Prazos Medio (dias)		
. Pagamento	317	412
Equilíbrio Financeiro		
. Fundo Maneio	-28.995,9	-34.505,9

Da análise aos rácios financeiros, é de realçar o seguinte:

- O rácio de Liquidez Geral regista uma diminuição pouco significativa. Apresenta um valor inferior à unidade, refletindo um défice do Ativo Circulante sobre o passivo de curto prazo;
- A situação de tesouraria, refletida no indicador de Liquidez Reduzida, aponta para um aumento pouco significativo do rácio e indica a possibilidade de problemas ao nível da capacidade do CHLO solver os seus compromissos de curto prazo;
- A Liquidez Imediata manteve-se, revelando que o CHLO apresenta os mesmos meios monetários disponíveis para liquidar o exigível de curto prazo;
- O rácio da Autonomia Financeira mostra que o capital próprio financiou 24% e 19% do Ativo Total em 2010 e 2011, respetivamente;
- Apesar da diminuição, a Solvabilidade revela que ainda existem ativos suficientes para liquidar o Passivo Exigível;
- O grau de Endividamento evidencia que o Passivo Exigível representa 76% e 81% do total do Ativo Líquido em 2010 e 2011, respetivamente.
- O Fundo de Maneio indica que em 2010 não existiam Capitais Permanentes suficientes para financiarem os Ativos Circulantes. Em 2011 a situação manteve-se.

6.3.3. EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

Designação	(euros)		
	Orçamento 2011	Real 2011	Δ%
CUSTOS	263.029.043	249.407.212	-5,2%
CMVMC(Consumos)	99.720.483	94.645.677	-5,1%
Fornecimentos e Serviços Externo	33.206.107	32.909.845	-0,9%
Custos c/ Pessoal	113.505.974	106.556.640	-6,1%
Outros Custos	16.596.480	15.295.049	-7,8%
Custos Operacionais Cash	246.515.176	234.283.178	-5,0%
Custos Operacionais	258.515.176	244.728.021	-5,3%
PROVEITOS	221.988.391	239.934.640	8,1%
Vendas/Prestação de Serviços	204.347.367	200.416.769	-1,9%
Outros Proveitos	17.641.024	39.517.872	124,0%
RESULTADOS OPERACIONAIS	-39.026.785	-29.077.542	25,5%
EBITDA	-27.026.785	-18.632.700	31,1%
RESULTADO LIQUIDO	-41.040.652	-9.502.572	76,8%

O montante total dos Custos suportados em 2011 apresenta um desvio de -5,2% em relação ao previsto no orçamento e os Proveitos Totais orçamentados um desvio de 8,1%.

Do acentuado esforço no controlo e contenção de custos, resultou um desvio favorável na ordem de -5% nos Custos Operacionais *Cash* e de 5,3% no total de Custos Operacionais face ao orçamentado.

A taxa de execução dos valores orçamentados para os Consumos registou um desvio favorável na ordem de 5,1%.

Em relação aos Fornecimentos e Serviços Externos também verificou ter-se conseguido despende um montante inferior ao previsto (-0,9%).

Nas Despesas com Pessoal regista-se desvio favorável de 6,1% em relação aos valores orçamentados. Esta evolução foi influenciada pelo imperativo legal de redução do Subsídio de Natal e a não especialização do Subsídio de Férias de 2011.

O desvio orçamental global de -1,9% nas Prestações de Serviços é, fundamentalmente, consequência da redução dos preços do Contrato Programa em 2011 em 4%.

As renegociações levadas a cabo junto dos principais fornecedores e o acentuado esforço no controlo e contenção de Custos Operacionais em 2011, resultaram, face ao previsto, num decréscimo dos Custos Operacionais em 5,3%, proporcionando uma evolução bastante favorável do Resultado Operacional previsto de 39,0 milhões de euros negativos para 29,1 milhões e euros negativos (+25,5%).

O EBITDA regista uma evolução favorável passando de 27,0 milhões de euros negativos para 18,6 milhões de euros negativos.

Os Resultados Líquidos negativos na ordem dos 9,5 milhões de euros, influenciados pelos Proveitos Extraordinários, registam uma substancial melhoria face aos 41,0 milhões de euros negativos previstos para 2011.

6.3.4. INVESTIMENTO

O Investimento total realizado em 2011 ascendeu 6,3 milhões de euros, com um decréscimo de 36,4% em relação a 2010.

A ação prioritária em 2011 foi o investimento em curso e em equipamento básico cujo valor atingiu cerca de 4 e 1,3 milhões de euros respetivamente, conforme se pode verificar no quadro seguinte:

INVESTIMENTO

	2010		2011		Δ %
	Valor	Peso %	Valor	Peso %	
Imobilizado Corpóreo	6.273.803	63,7%	2.213.734	35,4%	-64,7%
Edifícios e Outras construções	1.158.702	11,8%	452.992	7,2%	-60,9%
Equipamento Básico	3.970.149	40,3%	1.290.439	20,6%	-67,5%
Médico-Cirúrgico	1.337.352	13,6%	617.591	9,9%	-53,8%
de Imagiologia	638.098	6,5%	285.737	4,6%	-55,2%
de Laboratório	255.789	2,6%	27.914	0,4%	-89,1%
Mobiliário Hospitalar	756.866	7,7%	206.852	3,3%	-72,7%
Desinfecção e esterilização	43.570	0,4%	4.103	0,1%	-90,6%
de Hotelaria	475.253	4,8%	68.424	1,1%	-85,6%
Outro	463.220	4,7%	79.819	1,3%	-82,8%
Equipamento de transporte	110.150	1,1%	0	0,0%	-100,0%
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	1.045	0,0%	0	0,0%	-100,0%
Equipamento Administrativo	172.441	1,8%	342.849	5,5%	98,8%
Equipamento Informático	861.317	8,7%	127.455	2,0%	-85,2%
Taras e Vasilhame	0	0,0%	0	0,0%	-
Outras	0	0,0%	0	0,0%	-
Imobilizado em Curso corpóreo	3.571.007	36,3%	4.045.854	64,6%	13,3%
Imobilizado Incorpóreo	0	0,0%	0	0,0%	-
Despesas de instalação	0	0,0%	0	0,0%	-
Despesas investigação e desenvolvimento	0	0,0%	0	0,0%	-
TOTAL INVESTIMENTO	9.844.810	100,0%	6.259.588	100,0%	-36,4%

Destacam-se os investimentos efetuados em equipamentos médico-cirúrgicos (9,9%), equipamentos administrativos (5,5%), de imagiologia (4,6%) e mobiliário hospitalar (3,3%).

6.4. RECURSOS HUMANOS

6.4.1. EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS POR GRUPOS PROFISSIONAIS

No sentido de se conseguir o máximo de benefício dos recursos humanos disponíveis, visando uma mais eficiente cobertura dos serviços, têm vindo a ser implementadas medidas de contenção de Custos com Pessoal, nomeadamente, ao nível dos horários de trabalho e consequente redução do trabalho extraordinário e de prevenção.

Igualmente, em matéria de política salarial, foram introduzidas algumas modificações, designadamente, a não alteração remuneratória aquando das renovações ou da passagem a sem termo dos contratos de trabalho, medidas estas já implementadas em 2010.

Em 31 de Dezembro de 2011, o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, EPE, contava com 4.203 trabalhadores tendo registado uma redução de 128 elementos relativamente ao ano anterior, equivalente a menos 3%, não incluindo 57 estágios do Internato Médico que passaram pelo CHLO durante este ano.

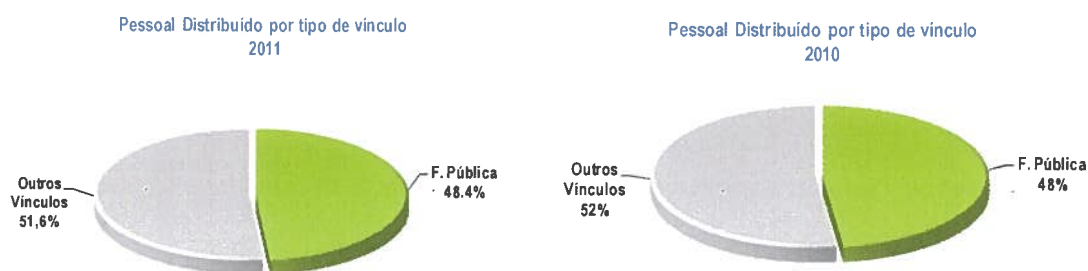
GRUPOS PROFISSIONAIS POR VÍNCULO

Grupos de Pessoal	2010				2011				Δ%			
	F.Púb.	C.I.T.	P.S.	Total	F.Púb.	C.I.T.	P.S.	Total	F.Púb.	C.I.T.	P.S.	Total
Dirigente	21	8		29	19	6		25	-10%	-25%		-13,8%
Médico	575	199	118	892	583	214	96	893	1%	8%	-19%	0,1%
Téc. Sup. Saúde	27	11		38	25	11		36	-7%	0%		-5,3%
Téc. Superior	25	65	1	91	23	63	1	87	-8%	-3%	0%	-4,4%
Enfermagem	572	782	36	1.390	560	760	33	1353	-2%	-3%	-8%	-2,7%
Informática	5	8		13	5	8		13	0%	0%		0,0%
Docente	2	1	1	4	1	2	1	4	-50%	100%		0,0%
Téc. Diag. Terap.	198	109	43	350	194	118	27	339	-2%	8%	-37%	-3,1%
Assistente Técnico	141	331		472	134	319		453	-5%	-4%		-4,0%
Assistente Operacional	510	537		1047	492	503		995	-4%	-6%		-5,0%
Religioso	1	2		3		3		3	-100%	50%		0,0%
Outro Pessoal			2	2			2	2	100%	100%		0,0%
TOTAL	2.077	2.053	201	4.331	2.036	2.007	160	4.203	-2%	-2%	-20%	-3,0%

Os grupos profissionais que mais contribuíram para esta redução foram o de Assistente Operacional, de Enfermagem e de Assistente Técnico, com menos 52, 37 e 19 elementos, respetivamente.

Verifica-se, tal como em anos anteriores, a concentração do maior número de efetivos, nos grupos de pessoal de Enfermagem, Assistente Operacional e Médico, que representam cerca de 77% do total de profissionais do CHLO.

Em matéria de regime jurídico de emprego, 2.036 colaboradores detêm uma relação jurídica de emprego público, na modalidade de contrato em funções públicas, que representa 48,4% do total de colaboradores, e 2.167 são abrangidos por outros tipos de vínculo, nomeadamente contratos individuais de trabalho e prestações de serviço em nome individual.



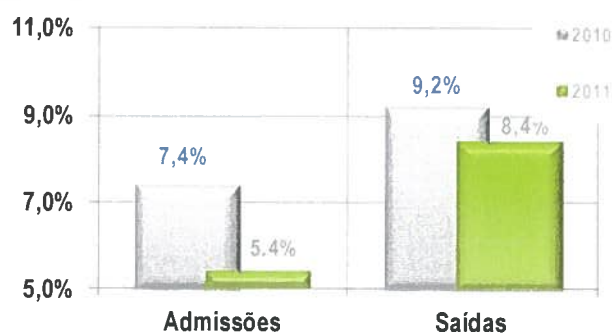
Contrariamente, à tendência de anos anteriores, em que a redução nos efetivos com Contrato em Funções Públicas originava um aumento no pessoal em regime de Contrato Individual de Trabalho, no ano 2011, como em 2010, verificou-se igualmente uma redução no pessoal com regime de Contrato Individual de Trabalho.

6.4.2. MOBILIDADE DE PESSOAL

O quadro seguinte possibilita analisar a mobilidade, por grupos profissionais:

MOBILIDADE DE PESSOAL

Grupos Profissionais	Saídas		Δ%	Admissões		Δ%
	2010	2011		2010	2011	
Dirigente	1	2	100,0%			0,0%
Médico	112	156	39,3%	140	171	22,1%
Téc. Sup. Saúde	1	2	100,0%			0,0%
Téc. Superior	9	11	22,2%	5	4	-20,0%
Enfermagem	89	63	-29,2%	71	23	-67,6%
Informática			0,0%	2		-100,0%
Docente	1		-100,0%			
Téc. Diag. Terap.	6	11	83,3%	10	1	-90,0%
Assistente Técnico	37	24	-35,1%	20	2	-90,0%
Assistente Operacional	141	85	-39,7%	74	25	-66,2%
Outro Pessoal	1		-100,0%			0,0%
TOTAL GERAL	397	354	-10,8%	322	226	-29,8%
% Admissões				7,4%	5,4%	-27,7%
% Saídas				9,2%	8,4%	-8,1%



Quanto às saídas verificou-se um decréscimo relativamente ao ano 2010 (10,8%), tendo sido acompanhado também por um decréscimo nas admissões, de 29,8%.

6.4.3. ABSENTISMO

A taxa de absentismo do CHLO foi em 2011 de 10,2%, tendo-se verificado uma redução que, embora pouco significativa, há a realçar os grupos de pessoal de Enfermagem e Assistente Operacional. Para essa taxa contribuiu, com alguma relevância, a ausência por doença e maternidade/paternidade, tendo-se contabilizado 43.366 dias e 38.854 dias, respetivamente, cerca de 80.5% do total de faltas.

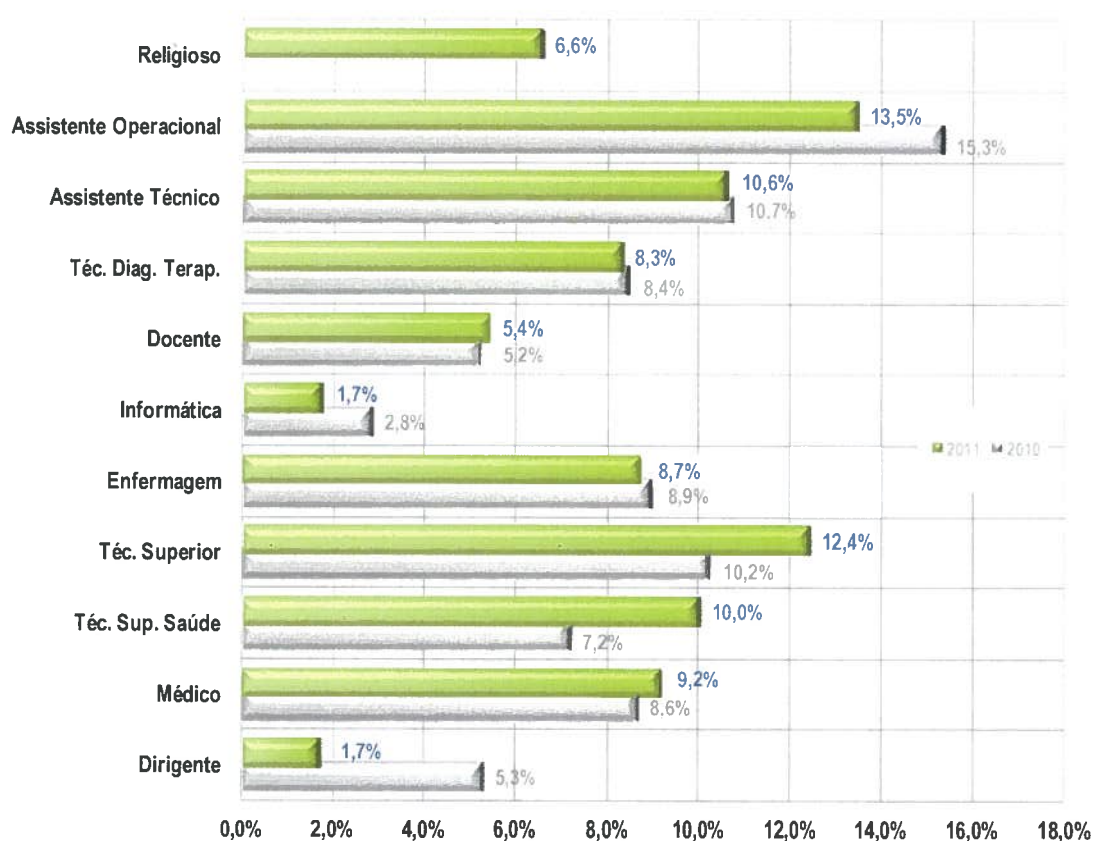
ABSENTISMO POR GRUPOS PROFISSIONAIS

Grupos de Pessoal	Dias de Ausência			Tx de Absentismo		
	2010	2011	Δ%	2010	2011	Δ%
Dirigente	394	89	-77,4%	5,3%	1,7%	-67,7%
Médico	16.036	18.030	12,4%	8,6%	9,2%	6,0%
Téc. Sup. Saúde	679	896	32,0%	7,2%	10,0%	39,3%
Téc. Superior	2.292	2.658	16,0%	10,2%	12,4%	21,4%
Enfermagem	30.104	28.634	-4,9%	8,9%	8,7%	-2,4%
Informática	92	56	-39,1%	2,8%	1,7%	-39,1%
Docente	39	27	-30,8%	5,2%	5,4%	3,8%
Téc. Diag. Terap.	6.452	6.392	-0,9%	8,4%	8,3%	-1,6%
Assistente Técnico	12.609	11.952	-5,2%	10,7%	10,6%	-1,2%
Assistente Operacional	39.989	33.372	-16,5%	15,3%	13,5%	-12,2%
Religioso		49			6,6%	
TOTAL	108.686	102.155	-6,0%	10,4%	10,2%	-2,0%

Taxa de Absentismo =

$N^{\circ} \text{ de Faltas} / (Dias \text{ de Trabalho} * N^{\circ} \text{ de Efectivos}) * 100$

Taxa de Absentismo 2010/2011



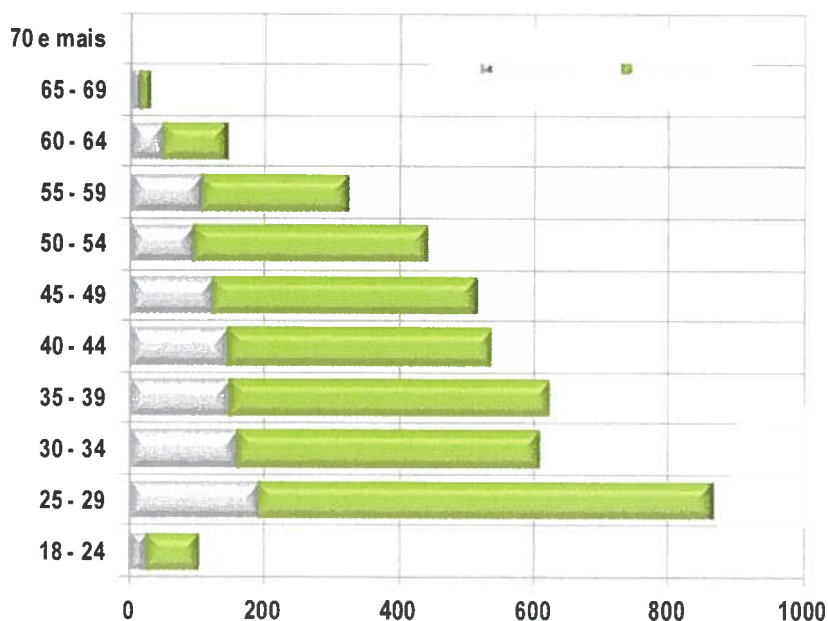
6.4.4. ESTRUTURA ETÁRIA

Da análise da distribuição etária do pessoal conclui-se que 65,3% dos colaboradores têm menos de 44 anos e que é na faixa etária entre os 25 e 29 anos, que se situa o maior número, cerca de 20,7%, por outro lado com idade superior a 59 anos, registam-se 178 colaboradores, cerca de 4,2% do total de profissionais.

DISTRIBUIÇÃO POR ESCALÕES ETÁRIOS

Escalaão Etário	Masculino			Feminino			Total			%	
	2010	2011	Δ%	2010	2011	Δ%	2010	2011	Δ%	2010	2011
18 - 24	47	26	-44,7%	151	79	-47,7%	198	105	-47,0%	4,6%	2,5%
25 - 29	214	195	-8,9%	705	673	-4,5%	919	868	-5,5%	21,2%	20,7%
30 - 34	157	161	2,5%	449	447	-0,4%	606	608	0,3%	14,0%	14,5%
35 - 39	151	148	-2,0%	503	476	-5,4%	654	624	-4,6%	15,1%	14,8%
40 - 44	140	147	5,0%	395	390	-1,3%	535	537	0,4%	12,4%	12,8%
45 - 49	124	126	1,6%	374	390	4,3%	498	516	3,6%	11,5%	12,3%
50 - 54	95	96	1,1%	344	346	0,6%	439	442	0,7%	10,1%	10,5%
55 - 59	114	106	-7,0%	205	219	6,8%	319	325	1,9%	7,4%	7,7%
60 - 64	55	51	-7,3%	86	96	11,6%	141	147	4,3%	3,3%	3,5%
65 - 69	9	15	66,7%	13	16	23,1%	22	31	40,9%	0,5%	0,7%
70 e mais										0,0%	0,0%
TOTAL	1.106	1.071	-3,2%	3.225	3.132	-2,9%	4.331	4.203	-3,0%	100,0%	100,0%

Distribuição Etária por Sexo - 2011



Quanto à distribuição etária por sexo, o grupo com maior dimensão é sem dúvida o grupo do sexo feminino. O escalão etário com maior população encontra-se entre os 25 – 29 anos.

IDADE MÉDIA POR SEXOS

	2010	2011	Δ%
Masculino	40,3	40,8	1,4%
Feminino	38,8	39,6	2,0%
TOTAL	39,2	39,9	1,8%

No que se refere à idade média dos colaboradores do CHLO, esta situa-se nos 39,9 anos, tendo o grupo feminino uma idade média inferior em 1,2 anos relativamente ao grupo masculino.

6.4.5. FORMAÇÃO

Para a formação a realizar em 2011 foi apresentado e aprovado um pedido de financiamento para formação ao Programa Operacional Potencial Humano (Tipologia 9.3.6 – Formação para Profissionais de Saúde), no âmbito do Quadro de Referência Estratégico Nacional.

Para além da formação em candidatura, realizaram-se outras ações de formação, tendo sido promovidas, no global, 126 ações de formação que abrangeram 1.744 profissionais do CHLO e 282 profissionais externos.

Estes profissionais externos são maioritariamente Médicos, Enfermeiros e Técnicos dos Centros de Saúde que integram da Unidade Coordenadora Funcional do CHLO (área materno-infantil).

ACTIVIDADE DO CENTRO DE FORMAÇÃO

	2010	2011	Δ%
N.º Acções	137	126	-8,0%
N.º Total Formandos	2.232	2.026	-9,2%
Volume Formação	26.606	18.759	-29,5%

Da formação promovida salienta-se a formação contínua na área de reanimação, tendo realizado cursos de Suporte Básico de Vida, Suporte Imediato de Vida e Suporte Avançado de Vida (cursos creditados pelo Conselho Português de Ressuscitação) e ainda Suporte de Vida Neonatal, que contaram com a participação de 268 profissionais, cerca de 15% dos formandos em 2011.

	Adm.Hosp.	Médicos	Enferm.	Tec.Sup	TDI	Ass.Tec.	Ass.Op.	Outros	TOTAL
N.º Participantes CHLO	3	130	1.105	63	83	108	234	18	1.744
Externos	0	71	100	26	3	0	1	81	282
TOTAL	3	201	1.205	89	86	108	235	99	2.026

Registamos também o investimento na área da Gestão do Risco Clínico, destinada a Médicos, Enfermeiros e Técnicos de Saúde, com participação de 152 profissionais.

Promovemos ainda formação contínua na área da Prevenção e Controlo de Infecção, Prevenção e Tratamento de Úlceras de Pressão, Dor no Adulto, Cuidados Paliativos, Hemovigilância, entre outras. Paralelamente promovemos ao longo do ano, para grupos multidisciplinares, formação na área comportamental/relacional e informática na ótica do utilizador, para cerca de 200 profissionais.

6.4.5.1 FORMAÇÃO PRÉ-GRADUADA

O CHLO participou no ensino pré-graduado, com base em protocolo de acordo com a Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Nova de Lisboa, desde o início do seu funcionamento. Participou igualmente no ensino pré-graduado de algumas Universidades Privadas sendo estabelecido um modelo de protocolo para esta articulação.

6.4.5.2 FORMAÇÃO PÓS-GRADUADA - INTERNATO

A existência de Médicos em formação é um importante contributo para a evolução técnico-científica dos cuidados de saúde prestados.

Neste âmbito, o hospital assegurou o funcionamento dos Internatos Médicos, e colaborou na formação de internos de outras instituições, nomeadamente, das Forças Armadas, e das Regiões Autónomas.

O CHLO mantém ainda protocolos com os PALOP para formação de Médicos, em estágios correspondentes às várias especialidades médicas.

6.4.5.3 FORMAÇÃO EM ENFERMAGEM

Este ano registaram-se 1.105 participações por parte dos Enfermeiros nas ações de formação promovidas pelo Núcleo de Formação, representando 63% do total de formandos. Foram 683 os Enfermeiros abrangidos.

A formação na área de Reanimação mantém-se como uma área de interesse particular dos Enfermeiros, podendo constatar no quadro seguinte a distribuição dos participantes pelos três tipos de cursos realizados e que representa 15% da totalidade de participantes deste grupo profissional.

Curso	N.º Enfermeiros
Suporte Básico de Vida	108
Suporte Imediato de Vida	37
Suporte de Vida Neonatal	16
TOTAL	161

Registaram-se apenas 43 participações em formação na área comportamental e 17 na formação em informática na ótica do utilizador, por se ter priorizado a participação de outros grupos profissionais nestas áreas, sendo as restantes participações distribuídas pelos diversos cursos do plano de formação relacionados com os seus interesses e necessidades profissionais.

Relativamente à formação em serviço, muito característica destes profissionais, formação verdadeiramente contínua que visa responder a necessidades muito específicas decorrentes das características e do tipo de atividade desenvolvida em cada um dos serviços, realizaram-se no conjunto dos três hospitais 510 sessões, num total de 668 horas de formação, abrangendo 3.983 participantes de Enfermagem.

6.5. SISTEMAS E TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO

Pela necessária contenção de custos, o Serviço de Sistemas e Tecnologias de Informação do CHLO em restringiu os novos projetos previstos ou a decorrer.

Assim, teve de ser suspenso o projeto de criação de um *datacenter* de *disaster recovery* que estava previsto terminar em 2011 no Hospital Santa Cruz. O equipamento já adquirido começou a ser incorporado no *datacenter* principal do CHLO, o que permitiu a este serviço continuar a responder minimamente às necessidades de armazenamento de dados.

Também para a situação das cópias de segurança (vulgo *backups*) que tinha a capacidade esgotada, estava previsto em 2011 uma nova solução que respondesse às atuais e futuras necessidades. Dado não ter sido possível esse investimento, passou a fazer-se um maior controle manual, minorando o impacto desta situação.

A nível de segurança foi instalado um novo equipamento *firewall*, para controlar os acessos de/e para o exterior do CHLO. Foi também disponibilizada pela ACSS uma nova ligação à internet, o que permitiu uma melhoria dos acessos a partir do CHLO.

6.6. INVESTIGAÇÃO CLÍNICA

No ano de 2011 deram entrada 47 Ensaios Clínicos, incluindo Adendas e Extensões, e foram autorizados 39. Foram autorizados 45 Ensaios Clínicos.

O Departamento de Investigação Clínica proporcionou as seguintes ações de formação:

- Formação de internos em congressos, estágios
- Reuniões no âmbito do Projeto OMA
- Publicação de artigo
- Cursos de pós graduação
- Mestrados
- Formação estatística na área da investigação, com apoio de um consultor nesta área.

6.7. COMISSÃO DE HUMANIZAÇÃO E QUALIDADE DOS SERVIÇOS

A Qualidade é uma prioridade assumida pelo Conselho de Administração do CHLO. A operacionalização das atividades normalmente atribuídas à Comissão de Humanização e Qualidade dos Serviços é assegurada no CHLO pelo Departamento de Qualidade.

Durante o ano 2011 destacaram-se as seguintes atividades:

- **“Scanner groups”**

Criados em cada Hospital como grupos multiprofissionais com o objetivo de identificar aspetos da organização que constituem obstáculos à fluidez do trabalho no dia a dia e que se constituem também como obstáculos à Qualidade (ex sinaléptica), além de deverem acompanhar áreas da Qualidade específicas de cada um dos hospitais.

- **Apoio aos serviços certificados e em vias de certificação**

Serviço de Imunohemoterapia,, Serviços Farmacêuticos. O serviço de Diálise integrado na área de Nefrologia , dada a situação de instabilidade condicionada essencialmente pelas obras do Serviço não renovou a sua certificação.

- **Apoio ao Serviço de Oncologia Médica na implantação de programas de qualidade**

Processo Prescrição/ Preparação/Administração de ciclos de Quimioterapia em Hospital de Dia no Hospital São Francisco Xavier.

- **Formação em qualidade:**

- A) Interna**

- Curso de Metodologias da Qualidade em parceria com a Associação Portuguesa para a Qualidade na Saúde. Incluiu profissionais dos três hospitais CHLO e desenvolveu projetos pedagógicos na área da Anatomia Patológica, Hemodiálise, Imunohemoterapia e Medicina Nuclear.

- Cursos teórico práticos para atualização em técnicas específicas:

1. Cuidados específicos na aplicação de DVE
2. Cuidados específicos no doente traqueostomizado
3. Cuidados específicos em doentes com drenagem torácica.
4. Cuidados específicos a doentes sob Hemodiálise ou Diálise peritoneal.

- B) Externa**

- Simulação em Obstetria

- Deslocação a Coimbra duma equipa multidisciplinar constituída por Anestesiistas, Enfermeiros de Obstetria e Obstetras para treino em Eventos Críticos.

- **Auditoria interna**

- Serviço de Urgência.
- Serviços Farmacêuticos

- **Envolvimento do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental no Ano Europeu do Voluntariado,**

Congregando os três hospitais num programa de divulgação e homenagem à sua ação

- **Abordagem diagnóstica à implementação da qualidade nas áreas de**

- a) Criação do registo tipo a aplicar na Receção e Manutenções dos DM que permita a cada serviço continuamente conhecer o seu parque tecnológico e seu estado funcional, assim como rastrear a responsabilidade dos intervenientes no ciclo de vida de cada DM, serviço a serviço.

- b) Serviço de Medicina Ocupacional – análise do Circuito dos dosímetros. Circuito de assistência aos colaboradores lesionados em serviço. Disfunções identificadas.
- c) Serviço de Gestão de compras (eg. auditoria)
- d) Cadastro/compras (eg termohigrómetros)
- e) Alimentação e Dietética – prescrição, inquéritos de satisfação

• **Metodologia “One day clinic”**

Na área da Patologia da Tireoide – em início com a colaboração do S de Endocrinologia, Imagiologia e Anatomia Patológica.

• **Início do programa da qualidade do Serviço de Medicina Nuclear**

• **Promoção do envolvimento do CHLO em programas externos da qualidade:**

A nível nacional

Programa “Safe surgery check list” – já iniciado no Hospital São Francisco Xavier em 2009 na área da Ortopedia, estendeu-se a todos os Blocos Operatórios CHLO, dando cumprimento a uma diretiva da Direcção Geral Saúde. Mantém uma expressão diferente em termos de compromisso das equipas em cada um dos três hospitais, com penetração e envolvimento diferentes.

Reunião com as áreas cirúrgicas do HSFX para divulgação das Normas de Orientação da DGS

Colaboração a nível da Direcção Geral de Saúde integrando o grupo de trabalho que promove o desenho do processo de Auditoria às Normas de Orientação Clínica que têm vindo a ser emitidas pela DGS.

Programa SINAS – acompanhamento dos serviços participantes; até ao momento todas as áreas avaliadas pelo programa têm sido também trabalhadas no nosso hospital, com alguma debilidade na sua concretização, nomeadamente na área de Ortopedia.

Envolvimento no questionário base de avaliação organizacional com enfoque na área hoteleira e da segurança para o doente, alvo potencial de auditoria externa.

Programa da Gestão do Risco da DGS – participação na sessão de Apresentação (Dezembro 2011).

A nível internacional

Programa DUQUE - participação iniciada e concluída em 2011.

Programa QUASER- participação como hospital consultor.

Programa HANDOVER – participação concluída como hospital consultor.

Programa PERISCOPE- concluído.

• **Parcerias**

Assinatura do protocolo de atuação com a Faculdade de Farmácia da Universidade de Lisboa e a Associação para a Qualidade na Saúde na perspetiva de atividades.

6.8. COMISSÃO DE ÉTICA

Durante o ano de 2011 salientam-se as seguintes atividades:

- Foram emitidos 60 pareceres: 51 registos observacionais/projetos de investigação clínica e 4 estudos conducentes a dissertação de licenciatura, mestrado ou doutoramento e 5 adendas a estudos aprovados anteriormente;
- Apreciaram-se 227 justificações para autorização de utilização de medicamentos que não fazem parte do FHNM ou cuja aplicação não está ainda aprovada pelo INFARMED;
- A Comissão reviu e aprovou a atualização das Normas de submissão de estudos à CES (Comissão de Ética para a Saúde);
- Palestra sobre “Ética e Comissões de Ética” na receção aos médicos internos;
- Participação em reunião sobre “Desafios éticos em tempo de crise”, organizada pela CES do Hospital Fernando da Fonseca;
- Colaboração na organização do II Curso Pós- Graduação “Atitudes terapêuticas em fim de vida. Conceitos e controvérsias” do CHLO;
- Participação no I Simpósio de Ética organizado pelo Hospital da Luz;
- Participação na reunião promovida pela CNECV na Fundação Calouste Gulbenkian subordinada ao tema “Fundamentos Éticos nas prioridades em saúde”.

6.9. COMISSÃO DE CONTROLO DA INFECÇÃO HOSPITALAR

No âmbito das competências que lhe são atribuídas, esta Comissão realizou diversas atividades ao longo de 2011:

- Vigilância epidemiológica da infeção associada aos cuidados de saúde: infeção nosocomial e microrganismos alerta
- Parametrização do sistema vigilância epidemiológica Vigiguard de acordo com as necessidades e baseada em orientações nacionais e internacionais
- Vigilância epidemiológica da infeção do local cirúrgico e da infeção em UCI – Hospital in Europe Link for Infection Control through Surveillance (HELICS) - Programa Nacional de Controlo de Infeção (PNCI)
- Vigilância epidemiológica na UCI Neonatal - PNCI
- Vigilância epidemiológica da infeção nosocomial da corrente sanguínea – PNCI
- Campanha Nacional para a Melhoria da Higiene das Mãos – Direcção Geral de Saúde e Organização Mundial de Saúde
- Organização e coordenação de ações de formação
- Colaboração com instituições de cursos de ensino pós-graduado, nomeadamente, Escolas Superiores de Enfermagem
- Continuação da elaboração do manual de controlo de infeção do CHLO
- Emissão de pareceres em prevenção e controlo de infeção
- Orientação das práticas clínicas
- Apresentação de dados da vigilância epidemiológica
- Auditorias
- Resposta ao inquérito da Inspeção Geral de Atividades em Saúde

6.10. SERVIÇO SOCIAL

O Serviço Social no ano 2011, como Serviço de Apoio à Ação Médica e prosseguindo a sua missão de prestação de apoio psicossocial e proteção a cidadãos em situação de fragilidade e dependência, incrementando a sua promoção e inclusão social, tendente ao seu bem-estar, prestou atividade primordialmente nas seguintes vertentes.

- Atendimento dos doentes com enfoque nos Serviços de Internamento e no Ambulatório dos Serviços de Urgência, priorizando as situações de perigo/ risco e de protelamento de alta clínica, procedendo à avaliação dos casos o mais precoce possível, na articulação com a restante equipa clínica, o doente, famílias e instituições comunitárias, procedendo quando necessário a visitas domiciliárias.

- Reforço na relação com instituições sediadas na comunidade no sentido de promover uma relação próxima com os parceiros sociais para o desenvolvimento do bem estar dos cidadãos e das localidades, contribuindo nomeadamente para a minimização da exclusão social e pobreza.

Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, Segurança Social e IPSS- Instituições de Solidariedade Social;

Rede de Cuidados Primários: Centros de Saúde, USF, UCF (Unidade Coordenadora Funcional da Costa do Sol);

Rede de Cuidados Continuados Integrados- Unidades de Internamento e ECCI (Equipas de Cuidados Comunitários Integrados);

Tribunais, Polícia e Comissões de Proteção de Crianças e Jovens em Risco;

Rede Social Inter-freguesias S. Francisco Xavier: Projeto Transporte Solidário e Projeto de Acesso aos Cuidados de Saúde.

- EGA- Equipas de Gestão de Altas/ RNCCI- Alargada a capacidade de referenciação de doentes; Manutenção na participação de recolha e organização estatística; Participação nas reuniões mensais da equipa e com a ECL (Equipa Coordenadora Local) de Oeiras.
- NHACJ- Núcleo Hospitalar de Apoio à Criança e Jovem: Exercício da função do cargo de Secretária Geral, apoio de assessoria e acompanhamento nas situações sinalizadas.
- Articulação com o Voluntariado, prestando apoio nas áreas de organização, formação e gestão de ajudas técnicas.
- Reorganização da equipa interna face à restrição do nº de recursos humanos.
- Acompanhamento de estágios curriculares do Curso Superior de Serviço Social.
- Publicações internas em artigos do Jornal do Centro, estudo sobre "caracterização de 50 utentes internados no Serviço de Medicina I", participação no estudo de "Diálise Peritoneal Assistida, Que futuro?", premiado pelo Hospital de Futuro na categoria de Serviço Social.
- Realizada formação externa e interna.
- Implementação de nova versão do SAAS- Plataforma Informática- Sistema de Apoio ao Assistente Social, que implicou nomeadamente entre outras alterações, uma reconfiguração dos resultados estatísticos ajustando-os à realidade do CHLO.

RESUMO DA PRODUÇÃO DAS EQUIPAS DE SERVIÇO SOCIAL - 2011

	Actos Sociais				Episódios Sociais	N.º Utentes atendidos	Doentes Saídos	Casos Sociais c/ Protelamento Alta	% Casos Sociais c/ Protel. Alta
	Triagem	Acto Social Isolado	Acomp. Psicossocial	Outras Actividades					
CHLO	12.830	7.866	6.178	1.176	1.291	12.830	29.422	124	0,4%

7 FACTOS MAIS RELEVANTES DURANTE O ANO DE 2011

JANEIRO

- ♦ **Abertura do Edifício Escolar de Apoio ao Ensino Clínico da Faculdade de Ciências Médicas.** Inauguração no dia 10 de Janeiro, junto ao HSFX.



- ♦ **Remodelação do Refeitório do HSC**



- ♦ **Novas instalações do Serviço de Medicina Transfusional no HSFX**



- ♦ **II Curso de Pós-Graduação “O doente em fim de vida”** Organização conjunta da Unidade de Cuidados Intensivos Polivalente do HEM e da Comissão de Ética para a Saúde do CHLO. Decorreu de 26 a 28 de Janeiro, no auditório do HEM.



MARÇO

- ♦ **Encontro Renal 2011**, organizado pelo Serviço de Nefrologia de 30 de Março a 2 de Abril.
- ♦ **Workshop de Gestão do Risco e Segurança do Doente**, decorreu nos meses de Março e Abril, nos três hospitais do CHLO, promovido pela Comissão de Gestão de Risco.



ABRIL

- ♦ **Reabertura do Serviço de Medicina III no HSFX**: ocorreu no dia 8 de Abril após obras de remodelação



- ♦ **Rastreio da Voz** organizado pelo Serviço de Otorrinolaringologia, realizou-se de 11 a 16 de Abril no HEM, para colaboradores, utentes e profissionais da voz.



- ♦ **Novas instalações da Liga dos Amigos do HEM.**



- ♦ **CHLO participou na Semana da Saúde Viva +**, pelo 7º ano consecutivo. Uma iniciativa da responsabilidade da Câmara Municipal de Oeiras que se realizou de 28 de Abril a 1 de Maio, no Jardim Municipal de Oeiras.



- ♦ Inauguração das novas instalações das Consultas da Voz e da Dor e do Serviço de Estomatologia



MAIO

- ♦ 2VRT – 3º Curso Internacional sobre Terapêutica Reparadora Endovascular e Valvular realizou-se no dia 6 de Maio, organizado pela Unidade de Intervenção Cardiovascular do HSC.



- ♦ I Congresso de Psicologia do CHLO “Criação da Identidade na Multidisciplinaridade” realizou-se de 11 a 12 de Maio, organizado pelo núcleo de psicólogos do CHLO.



- ♦ Comemorações do Dia Internacional do Enfermeiro. No dia 12 de Maio decorreu no HSFx um debate promovido pela Secção Regional do Sul da Ordem dos Enfermeiros, subordinado ao tema “Combater a desigualdade: melhorar o acesso e a equidade”.



- ♦ Espetáculo Musical na Unidade de Dia de Lisboa, realizou-se no dia 13 de Maio, nos jardins do Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental.



- ♦ **Jornadas da Dor**, organizadas pela Unidade de Terapia da Dor, decorreram no HEM, no dia 18 de Maio.



- ♦ **Visita da Ministra da Saúde ao CHLO** no dia 10 de Maio, no âmbito do Plano Nacional de Saúde Mental.



- ♦ **Semana da Alimentação no HEM**, decorreu de 16 a 20 de Maio nas Consultas Externas.



JUNHO

- ♦ **3ª Corrida do CHLO**, realizou-se pelo 3º ano consecutivo para colaboradores e familiares e contou com cerca de 100 participações.
- ♦ **Nova Unidade de Técnicas Endoscópicas do CHLO**, localizada no HEM, entrou em funcionamento no dia 14 de Junho.



- ♦ **1º Prémio no 17º Congresso Nacional de Medicina Interna, Porto 2011**, atribuído ao poster intitulado "Descentralização de um Programa de Hipocoagulação Oral: do Hospital para os Cuidados Primários" elaborado pela equipa do Hospital de Dia de Especialidades Médicas do HSFx.

SETEMBRO

- ♦ **Reabertura do Serviço de Medicina Nuclear no HSC,** com a inauguração das novas instalações em 29/09/2011.



OUTUBRO

- ♦ **Semana Mundial do Aleitamento Materno:** a equipa de enfermagem da área materno-infantil do HSFX organizou um “Encontro de Pais”, no dia 04/10/2011, subordinado ao tema “Amamentação-Experiência a 3D”.



- ♦ **24^{as} Jornadas de Cardiologia** organizadas pelo Serviço de Cardiologia decorreram de 13 a 14 de Outubro.



- ♦ **Conclusão da 3ª fase das obras de remodelação do Serviço de Urgência Geral no HSFX.** No dia 17/10/2011 abriu a nova área de decisão clínica.



- ♦ **27º Curso de Dissecção do Osso Temporal,** curso prático pós-graduado, ministrado pelo Serviço ORL e que decorreu de 17 a 21 de Outubro.



- ♦ **Atividades do Dia Mundial da Alimentação**, para assinalar a data, no dia 17/10/2011 o Serviço de Nutrição e Dietética do CHLO realizou várias atividades no HEM, no âmbito da temática “Preços dos Alimentos – da crise à estabilidade”.



NOVEMBRO

- ♦ **Estudo sobre Diálise Peritoneal premiado** na categoria de “Serviço Social” dos Prémios Hospital do Futuro, intitulado “Diálise Peritoneal Assistida Que Futuro?”, da autoria da Dra. Marta Olim.
- ♦ **Atividades da Semana da Diabetes** decorreram de 14 a 18 de Novembro, organizadas pela Consulta de Endocrinologia, em colaboração com o Serviço de Nutrição e Dietética.
- ♦ **Ano Europeu do Voluntariado** realizou-se de uma sessão intitulada “O Voluntariado no CHLO” no dia 18 de Novembro, promovida pelo Departamento da Qualidade.



- ♦ **III Seminário de Neurologia**: decorreu no HEM a 24 de Novembro (3ª edição), organizado pelo Serviço de Neurologia/Departamento Neurociências.



- ♦ **II Seminário de Neurocirurgia e Neurotraumatologia**: decorreu a 25 de Novembro no HEM, organizado pelo Departamento de Neurociências.



- ♦ **Reunião do Departamento da Cabeça e Pescoço** em a 28 de Novembro no HEM, organizado conjuntamente pelo Serviço de Cirurgia Plástica e Reconstructiva, Serviço ORL, Serviço Oftalmologia e Serviço de Estomatologia.



DEZEMBRO

- ♦ **Inauguração das novas instalações da Unidade de Cuidados Intensivos Cirúrgicos no HSFX** a 7 de Dezembro.



- ♦ **VII Jornadas da Unidade de Neuropsicologia:** decorreram no dia 16 de Dezembro no Auditório do HEM, organizadas pelo Serviço de Neurologia.



8

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Centro Hospitalar não efetuou negócios com os seus administradores nos termos do artigo 37º do Código das Sociedades Comerciais.

O Centro Hospitalar não tem dívidas em mora ao Estado nem à Segurança Social.

Cumpre-nos informar que não estão a ser utilizados instrumentos de política de cobertura financeira.

Através do Despacho Conjunto do Ministério das Finanças e da Administração Pública e da Saúde foi nomeado um novo Conselho de Administração do CHLO para o mandato 2011-2013, cuja composição é a seguinte:

Dr.ª Maria João Reis Silva de Soares Pais	Presidente
	Diretora Clínica
Dr.ª Maria Celeste Malveiro dos Anjos Silva	Vogal Executivo
Dr. José Manuel Batista Marques	Vogal Executivo
Enf.ª Fernanda Maria Rosa	Enfermeira Diretora

De acordo com o Despacho n.º 7152/2012 de 24 de Maio de 2012, são nomeados para exercer funções no Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E. P. E., o Dr. José Manuel Baptista Marques, no cargo de Diretor Clínico, cessando as anteriores funções de Vogal Executivo para que fora nomeado pelo despacho n.º 15970/2011 e o Dr. Carlos Manuel M. C. Galamba de Oliveira, no cargo de Vogal Executivo.

De acordo com o Despacho n.º 111/12 SETF é nomeado para o triénio 2011-2013 Fiscal Único Efetivo: BDO & Associados, SROC n.º 29, Lda., representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias, ROC n.º 725; Fiscal Suplemente: Dr. João Paulo Torres Cunha Ferreira, ROC n.º 725.

Não ocorreram quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício, que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar em 31 de Dezembro de 2011.

9

PROPOSTA DE APLICAÇÃO DE RESULTADOS

De acordo com o previsto nas disposições legais e estatutárias aplicáveis e tendo em consideração a exigência prevista no n.º 2 do artigo 23º dos Estatutos publicados em Anexo ao Decreto-Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro, o Conselho de Administração do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental EPE, vem propor que o resultado apurado no exercício de 2011, no montante de 9.502.571,74 euros negativos, seja transferido para resultados transitados.

Lisboa, 20 de Junho de 2012

O Conselho de Administração



Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais
(Presidente)



Dra. Maria Celeste Malveiro dos Anjos Silva
(Vogal)



Dr. José Manuel Baptista Marques
(Diretor Clínico)



Enf.ª Fernanda Maria da Rosa
(Enfermeira Diretora)

10

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

10.1 - BALANÇO (31 DE DEZEMBRO)

	2011			(euros)
	Activo Bruto	Amort. / Ajustam.	Activo Líquido	Activo Líquido
ACTIVO				
IMOBILIZADO				
BENS DE DOMÍNIO PÚBLICO	0,00	0,00	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS				
Despesas de instalação	541.854,87	541.854,87	0,00	0,00
Despesas investigação e desenvolvimento	607.033,17	607.033,17	0,00	0,00
Imobilizaç. em curso de imob. incorpóreas				
Adiantamentos por conta imob.incorpóreas				
Outras				
Total das imobilizações incorpóreas	1.148.888,04	1.148.888,04	0,00	0,00
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS				
Terrenos e recursos naturais				
Edifícios e outras construções	94.205.590,21	32.116.465,66	62.089.124,55	61.115.789,26
Equipamento básico	63.008.094,86	50.613.518,75	12.394.576,11	15.202.194,61
Equipamento de transporte	2.219.237,72	1.812.386,72	406.851,00	441.206,43
Ferramentas e utensílios	604.294,57	593.930,85	10.363,72	18.043,61
Equipamento administrativo e informático	17.434.163,22	15.244.649,91	2.189.513,31	3.655.518,56
Taras e vasilhame				
Outras imobilizações corpóreas	161.199,55	90.490,56	70.708,99	90.565,47
Imobilizaç. em curso de imobil. corpóreas	574.198,01		574.198,01	1.094.992,93
Adiantament por conta de imob.corpóreas				0,00
Total das imobilizações corpóreas	178.206.778,14	100.471.442,45	77.735.335,69	81.618.310,87
INVESTIMENTOS FINANCEIROS	0		0,00	0,00
CIRCULANTE				
EXISTÊNCIAS				
Matérias-primas,subsid.e consumo	11.029.839,40	205.138,51	10.824.700,89	10.234.548,45
Sub-produtos, desperd. resid. e refugos				
Produtos acabados intermédios				
Mercadorias				
Adiantament por conta de compras				
Total das existências	11.029.839,40	205.138,51	10.824.700,89	10.234.548,45
DIVIDAS DE TERCEIROS - Curto prazo				
Empréstimos concedidos	0,00		0,00	0,00
Clientes c/c	9.884.175,58		9.884.175,58	16.845.264,16
Utentes c/c	329.675,48		329.675,48	150.017,00
Instituições do Estado	60.142.888,72		60.142.888,72	24.078.236,32
Clientes e utentes cobrança duvidosa	6.698.310,78	6.060.651,89	637.658,89	2.594.928,23
Devedores por execução do orçamento				
Adiantamentos a fornecedores	193.739,71		193.739,71	140.512,02
Adiantamentos a fornec. imobilizado				0,00
Estado e outros entes públicos	501.449,07		501.449,07	434.009,96
Outros devedores	18.216.560,48		18.216.560,48	25.842.562,64
Total dividas de terceiros	95.966.799,82	6.060.651,89	89.906.147,93	70.085.530,33
TÍTULOS NEGOCIÁVEIS	0,00		0,00	0,00
DEPÓSITOS EM INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS / CAIXA				
Contas no tesouro	18.713.260,97		18.713.260,97	16.518.756,07
Depósitos em instituições financeiras	200.614,94		200.614,94	345.923,79
Caixa	2.522,10		2.522,10	4.940,43
Total de depósitos e caixa	18.916.398,01		18.916.398,01	16.869.620,29
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos	32.830.660,79		32.830.660,79	40.741.239,08
Custos diferidos	7.163,62		7.163,62	9.869,79
Total acréscimos e diferimentos	32.837.824,41		32.837.824,41	40.751.108,87
Total de amortizações		101.620.330,49		
Total de provisões		6.265.790,40		
TOTAL DO ACTIVO	338.106.527,82	107.886.120,89	230.220.406,93	219.559.118,81

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



10.1 - BALANÇO (31 DE DEZEMBRO)

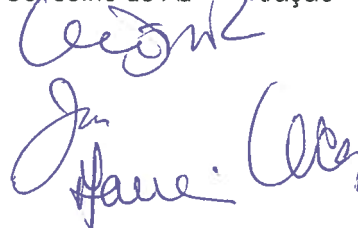
(euros)

	2011	2010
FUNDOS PRÓPRIOS		
Património	126.860.000,00	126.860.000,00
Reservas de reavaliação		
Reservas		
Reservas legais	947.288,29	947.288,29
Reservas estatutárias	58.831,59	58.831,59
Reservas Livres	12.774.118,72	12.774.118,72
Doações	1.778.503,86	1.652.512,48
Reservas decorrentes da transferência de activos	29.701.398,46	29.701.398,46
Total das reservas	45.260.140,92	45.134.149,54
Resultados transitados	-122.303.774,23	-80.202.095,52
Resultado líquido do exercício	-9.502.571,74	-42.101.678,71
TOTAL DO FUNDO PATRIMONIAL	40.313.794,95	49.690.375,31
PASSIVO		
PROVISÕES		
Provisões para riscos e encargos	4.354.477,45	4.176.930,51
Outras provisões		
Total de provisões	4.354.477,45	4.176.930,51
DIVIDAS A TERCEIROS - Médio longo prazo		
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
DIVIDAS A TERCEIROS - Curto prazo		
Adiantamentos de clientes, utentes e instt. Minist. Saúde	27.192,76	258.473,02
Fornecedores c/c	133.374.147,27	101.979.345,15
Fornecedores - Facturas recepção e conferência	8.196.291,04	7.125.873,19
Empréstimos obtidos	0,00	0,00
Credores pela execução do orçamento	0,00	0,00
Fornecedores de imobilizado c/c	2.067.641,80	4.876.169,04
Estado e outros entes públicos	3.084.682,24	3.441.747,77
Outros credores	24.594.122,67	20.446.291,82
Total dividas a terceiros	171.344.077,78	138.127.899,99
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acréscimos de custos	11.285.213,88	24.622.026,56
Proveitos diferidos	2.922.842,87	2.941.886,44
Total acréscimos e diferimentos	14.208.056,75	27.563.913,00
TOTAL DO PASSIVO	189.906.611,98	169.868.743,50
TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS E DO PASSIVO	230.220.406,93	219.559.118,81

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



10.2 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR NATUREZA (31 DE DEZEMBRO)

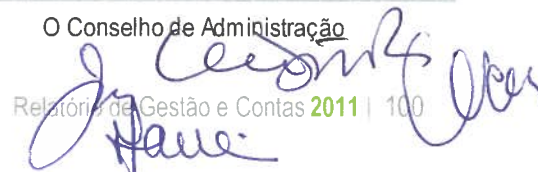
(euros)

	2011	2010
Custos e Perdas		
Custos das merc.vend.e das mat. consumidas		
Mercadorias		
Matérias de consumo	94.645.677,41	94.645.677,41
		98.246.781,07
		98.246.781,07
Fornecimentos e serviços externos	32.909.845,32	32.909.845,32
		35.476.087,96
		35.476.087,96
Custos com o pessoal		
Remunerações	89.212.679,87	101.321.115,21
Encargos Sociais		
Pensões	936.080,97	1.202.096,50
Outros	16.407.879,50	17.208.828,06
		119.732.039,77
		119.732.039,77
	234.112.163,07	253.454.908,80
Transf. correntes conc. e prest. soc.		0,00
Amortizações do exercício	10.233.478,14	9.617.033,42
Provisões do exercício	211.364,44	2.716.857,98
		12.333.891,40
		12.333.891,40
Outros custos e perdas operacionais		171.014,86
		82.612,11
	(A)	244.728.020,51
		265.871.412,31
Custos e perdas financeiras		25.751,57
	(C)	244.753.772,08
		265.885.279,86
Custos e perdas extraordinárias		4.653.440,15
	(E)	249.407.212,23
		273.626.557,34
Imposto s/ rendimento do exercício		30.000,00
	(G)	249.437.212,23
		273.656.557,34
Resultado líquido do exercício		-9.502.571,74
	Total	239.934.640,49
		231.554.878,63
Proveitos e Ganhos		
Vendas e prestação de serviços		
Vendas	0,00	635,25
Prestação de serviços	200.416.768,95	200.416.768,95
		213.877.046,80
		213.877.682,05
Impostos, taxas e outros		0,00
		0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00
		0,00
Proveitos suplementares	1.584.459,06	1.282.925,66
Transferências e sub. correntes obtidos		
Transferências - Tesouro	0,00	0,00
Transferências correntes obtidas	95.664,80	20.581,01
Subsid. correntes obt-Outentes públicos	0,00	0,00
Subsid. correntes obt-de outras entidade	23.750,00	17.850,00
Outros proveitos e ganhos operacionais	13.529.835,22	15.233.709,08
Reversões de Amortizações e Ajustamentos		12.137.649,16
		13.459.005,83
	(B)	215.650.478,03
		227.336.687,88
Proveitos e ganhos financeiros		122.220,10
	(D)	215.772.698,13
		227.585.622,69
Proveitos e ganhos extraordinários		24.161.942,36
	(F)	239.934.640,49
		231.554.878,63
Resumo		
Resultados Operacionais: (B) - (A)	-29.077.542,48	-38.534.724,43
Resultados Financeiros: (D-B) - (C-A)	96.468,53	235.067,26
Resultados Correntes: (D) - (C)	-28.981.073,95	-38.299.657,17
Resultados Antes de Impostos: (F) - (E)	-9.472.571,74	-42.071.678,71
Resultados Líquido do Exercício: (F) - (G)	-9.502.571,74	-42.101.678,71

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



10.3 - DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS POR FUNÇÕES (31 DE DEZEMBRO)

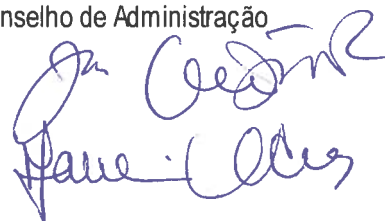
(euros)

	2011	2010
Vendas e prestação de serviços	200.416.768,95	213.877.682,05
Custo das vendas e prestação de serviços	217.676.982,30	236.896.238,98
Resultados Brutos	-17.260.213,35	-23.018.556,93
Outros Proveitos e Ganhos Operacionais	39.517.121,54	17.666.396,58
Custos Administrativos	16.435.180,77	16.558.669,82
Outros Custos e Perdas Operacionais	15.287.511,53	19.788.948,28
Resultados Operacionais	-9.465.784,11	-41.699.778,45
Custo Líquido de Financiamento	3.327,63	3.676,50
Ganhos (Perdas) em outros investimentos	0,00	0,00
Resultados Correntes	-9.469.111,74	-41.703.454,95
Impostos Sobre Resultados Correntes	30.000,00	30.000,00
Resultados Correntes Após impostos	-9.499.111,74	-41.733.454,95
Resultados Extraordinários	-3.460,00	-368.223,76
Impostos Sobre Resultados Extraordinários		
Resultado Líquido	-9.502.571,74	-42.101.678,71

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



10.4 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(euro s)

	2011	
ACTIVIDADES OPERACIONAIS		TOTAIS
Recebimentos de clientes (i)		
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	124.994.931,82	
Adiantam clientes, utentes e instituições	-136.291.310,77	
VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS	205.553.081,28	194.256.702,33
Pagamentos a fornecedores (ii)		
COMPRAS	2.779.766,01	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	19.305.490,05	
Adiantamentos a fornecedores	53.227,69	
CORRECÇÃO A COMPRAS	58.482.509,95	
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	13.179.338,70	93.800.332,40
Pagamentos ao Pessoal (iii)		
CUSTOS COM O PESSOAL	98.730.936,01	
Adiantamento a pessoal	-8.218,94	
DESPESAS COM O PESSOAL	14.348.938,73	113.071.655,80
(A) Fluxo gerado pelas operações (i - ii - iii)		-12.615.285,87
Pagamento/Recebimento do imposto s/ rendimento (B)		
Imposto s/ rendimento do exercicio (PC)	100.816,02	
	0,00	
Imposto s/ rendimento exercicio anterior	0,00	
	0,00	100.816,02
Outros recebimentos relativos à actividade operacional (C)		
Impostos e taxas	0,00	
Proveitos suplementares	1.152.686,51	
TRANSFER. E SUBS. CORRENTES OBTIDOS	119.414,80	
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	2.660.893,02	
Diferenças câmbio favorais	0,00	
Outros proveitos diferidos	0,00	
Impostos e taxas	0,00	
Proveitos suplementares	320.364,37	
Transferencias subs correntes obtidos	0,00	
OUTROS PROVEITOS E GANHOS OPERACIONAIS	19.915.142,97	
Outros	97.284,42	
Adiantamentos a fornecedores	0,00	
Retenção de impostos s/ rendimento	17.127.644,45	
Imposto s/ valor acrescentado	321.245,34	
Outros Impostos	0,00	
Contribuições p/ segurança social	9.977.050,49	
Outros	0,00	
Adiantamentos a pessoal	0,00	
Sindicatos	138.425,92	
Regularização de dividas p/ ordem Tesouro	0,00	
Devedores e credores diversos	2.440.052,85	54.270.205,14
Outros pagamentos relativos à actividade operacional (D)		
Outros custos e perdas operacionais	79.297,74	
Custos diferidos	0,00	
Acréscimos e diferimentos	0,00	
Outros custos operacionais	3.962,59	
Adiantam clientes, utentes e inst Estado	0,00	
Retenção de impostos s/ rendimento	17.341.760,38	
Imposto s/ valor acrescentado	322.488,48	
Outros Impostos	0,00	
Contribuições p/ segurança social	10.040.847,75	
Outros	0,00	
Sindicatos	138.888,72	
Regularização de dividas p/ ordem Tesouro	0,00	
Devedores e credores diversos	2.550.298,44	30.477.544,10
(E) Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias: (A) - (B) + (C) - (D)		11.076.559,15

10.4 - DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

(euros)

	2011	
Recebimento gerado com rubricas extraordinárias (F)		TOTAIS
Recuperação de dívidas	0,00	
Ganhos em existências	0,00	
Ganhos em imobilizações	10.800,00	
Benefícios penalidades contratuais	38.171,06	
Outros proveitos/ganhos extraordinários	105.811,94	154.783,00
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias (G)		
Transferências de capital concedidas	0,00	
Perdas em existências	0,00	
Perdas em imobilizações	0,00	
Multas e penalidades	4.545,20	
Outros custos e perdas extraordinárias	29.053,76	
Restituições	0,00	
Proveitos suplementares	0,00	
Outras correções	20.739,76	
Custos e perdas extraordinários	16.715,71	71.054,43
(1) Fluxo das actividades operacionais (E) + (F) - (G)		11.160.287,72
ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Recebimentos provenientes de: (H)		
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS		
Amortização de empréstimos	0,00	
SUBSIDIOS DE INVESTIMENTO		
Subsídios para investimentos	386.663,54	
JUROS E PROVEITOS SIMILARES		
Proveitos e ganhos financeiros	108.560,35	
Proveitos e ganhos financeiros	20.157,84	
OUTROS RENDIMENTOS DE ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Adiantamentos a fornecedores imobilizado	0,00	515.381,73
Pagamentos respeitantes a: (J)		
EMPRÉSTIMOS CONCEDIDOS	0,00	
Concessão de empréstimos		
INVESTIMENTOS FINANCEIROS		
Investimentos financeiros	0,00	
Investimentos financeiros	0,00	
IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS		
Imobilizações corpóreas	1.206.337,76	
Imobilizações corpóreas	3.003.681,93	
IMOBILIZAÇÕES INCORPÓREAS		
Imobilizações Incorpóreas	0,00	
Imobilizações Incorpóreas	0,00	
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO		
Imobilizações em curso	3.469.334,56	
Imobilizações em curso	1.930.349,11	
IMOBILIZAÇÕES EM CURSO		
Bens do domínio público	0,00	
Bens do domínio público	0,00	9.609.703,36
(2) Fluxo das actividades de investimento: (H) - (J)		-9.094.321,63
ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Recebimentos provenientes de: (K)		TOTAIS
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		
Empréstimos obtidos	0,00	
AUMENTOS CAPITAL PREST. SUP. E PRÉMIOS EMISSÃO		
Capital	0,00	
SUBSIDIOS E DOAÇÕES		
Subsídios	0,00	
Doações	7.000,00	7.000,00
Pagamentos respeitantes a: (L)		
EMPRÉSTIMOS OBTIDOS		
Empréstimos obtidos	0,00	
JUROS E CUSTOS SIMILARES		
Custos e perdas financeiras	24.123,99	
Custos e perdas financeiras	2.064,38	
TRANSFERENCIAS CORRENTES CONCEDIDAS		
Trans correntes conce prestaç sociais	0,00	
Trans correntes conce prestaç sociais	0,00	26.188,37
Fluxos das actividades de financiamento (3) = (K) - (L)		-19.188,37
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		2.046.777,72
Caixa e seus equivalentes no início do Período (5)		
Caixa	4.940,43	
Depósitos em inst. Financeiras	345.923,79	
Conta no Tesouro	16.518.756,07	
Títulos Negociáveis	0,00	
Outras aplicações tesouraria	0,00	16.869.620,29
Caixa e seus equivalentes no final do período (6) = (4) + (5)		18.916.398,01

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

10.5 - MAPA DOS FLUXOS FINANCEIROS - RECEITA

(euros)

Rubrica	2011		
	Valores		
	Cobrados	A cobrar	Total
Caixa	4.940,43		4.940,43
Depósitos	16.864.679,86		16.864.679,86
I - SALDO INICIAL	16.869.620,29		16.869.620,29
Títulos negociáveis			0,00
Outras aplicações de tesouraria			0,00
Total das contas 15/18	0,00	0,00	0,00
Adiantamento de clientes	217.320.545,70		217.320.545,70
Adiantamento a fornecedores	841.328,46	193.739,71	1.035.068,17
Empréstimos obtidos			0,00
Estado e outros entes públicos	27.425.940,28		27.425.940,28
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			0,00
Adiantamentos ao pessoal	127.331,88	219.108,84	346.440,72
Sindicatos	138.425,92		138.425,92
Regularização de dívidas por ordem Tesouro			0,00
Devedores e credores diversos	2.440.052,85		2.440.052,85
Total das receitas de fundos alheios	248.293.625,09	412.848,55	248.706.473,64
Subsídios de investimento	386.663,54		386.663,54
Outros proveitos diferidos			0,00
Total da conta proveitos diferidos	386.663,54	0,00	386.663,54
Empréstimos concedidos (Amortizações)			
Fundo patrimonial (capital social)			
Subsídios			
Doações	7.000,00	5.000,00	12.000,00
Total da conta reservas	7.000,00	5.000,00	12.000,00
Vendas			0,00
Prestações de serviços	124.994.931,82	75.421.837,13	200.416.768,95
Impostos e taxas			0,00
Proveitos suplementares	1.152.686,51	431.772,55	1.584.459,06
Transferências do tesouro			0,00
Transferências correntes obtidas	95.664,80		95.664,80
Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos			0,00
Subsídios correntes obtidos - de outras entidades	23.750,00		23.750,00
Outros proveitos e ganhos operacionais	2.660.893,02	10.857.045,64	13.517.938,66
Proveitos e ganhos financeiros	108.560,35	13.659,75	122.220,10
Proveitos e ganhos extraordinários	154.783,00	753,55	155.536,55
Total de proveitos do exercício	129.191.269,50	86.725.068,62	215.916.338,12
II - RECEITAS DO EXERCÍCIO	377.878.558,13	87.142.917,17	465.021.475,30
Correcções relativas a exercícios anteriores	225.906.030,88	87.277.840,65	313.183.871,53
III - RECEITAS EXERCÍCIO ANTERIORES	225.906.030,88	87.277.840,65	313.183.871,53
TOTAL GERAL	620.654.209,30	174.420.757,82	795.074.967,12

10.5 - MAPA DOS FLUXOS FINANCEIROS - DESPESA

(euros)

Rubrica	2011		
	Valores		
	Pagos	Em divida	Total
Adiantamentos de clientes	353.611.856,47	27.192,76	353.639.049,23
Adiantamentos a fornecedores	894.556,15		894.556,15
Empréstimos obtidos			0,00
Estado e outros entes públicos	27.705.096,61	1.804.885,88	29.509.982,49
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado			0,00
Adiantamentos ao pessoal	119.112,94		119.112,94
Sindicatos	138.888,72	11.084,29	149.973,01
Regularização de dívidas por ordem Tesouro			0,00
Devedores e credores diversos	2.550.298,44	274.485,25	2.824.783,69
Total da despesa de fundos alheios	385.019.809,33	2.117.648,18	387.137.457,51
Custos Diferidos			0,00
Empréstimos concedidos (Concessão)			0,00
Mercadorias			0,00
Produtos farmacêuticos	676.926,72	61.175.830,74	61.852.757,46
Material de consumo clínico	1.226.115,44	30.465.873,60	31.691.989,04
Produtos alimentares	31.383,58	90.095,79	121.479,37
Material de consumo hoteleiro	156.328,26	319.861,63	476.189,89
Material de consumo administrativo	495.364,11	371.451,30	866.815,41
Material de manutenção e conservação	193.647,90	203.458,76	397.106,66
Outro material de consumo			0,00
Total da conta de compras	2.779.766,01	92.626.571,82	95.406.337,83
Investimentos financeiros			0,00
Imobilizações corpóreas	1.206.337,76	1.007.396,62	2.213.734,38
Imobilizações incorpóreas			0,00
Imobilizações em curso	3.469.334,56	576.519,52	4.045.854,08
Bens de domínio público			0,00
Total da conta de imobilizações	4.675.672,32	1.583.916,14	6.259.588,46
Assistência ambulatoria			
Meios complementares de diagnóstico			
Meios complementares de terapêutica			
Produtos vendidos por farmácias			
Internamentos			
Transporte de doentes			
Aparelhos complementares de terapêutica			
Trabalhos executados no exterior	1.340.451,78	7.804.054,49	9.144.506,27
Outros subcontratos	212.930,00	91.450,00	304.380,00
Total da conta de subcontratos	1.553.381,78	7.895.504,49	9.448.886,27
Fornecimentos e serviços de terceiros	17.752.108,27	5.708.850,78	23.460.959,05
Transferências corrent. Conc. E prest. Sociais			0,00

10.5 - MAPA DOS FLUXOS FINANCEIROS - DESPESA

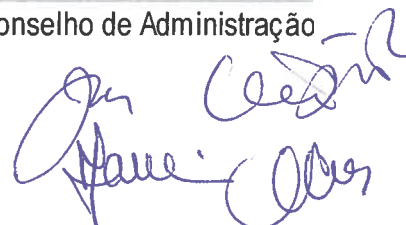
(euros)

Rubrica	2011		
	Valores		
	Pagos	Em dívida	Total
Remunerações dos órgãos directivos	289.094,13	19.200,33	308.294,46
Remunerações base do pessoal	59.286.520,47	5.371.321,31	64.657.841,78
Suplementos de remuneração	15.806.949,66	1.766.405,04	17.573.354,70
Prestações sociais directas	141.154,45		141.154,45
Subsidio de férias e natal	5.821.649,39	710.385,09	6.532.034,48
Pensões	936.080,97		936.080,97
Encargos s/ remunerações	13.113.440,20	2.308.758,16	15.422.198,36
Seg acidentes trab/Doenç profissionais	388.329,78		388.329,78
Encargos sociais voluntários	333.182,65		333.182,65
Outros custos com pessoal	263.675,11	493,60	264.168,71
Total da conta de despesas com pessoal	96.380.076,81	10.176.563,53	106.556.640,34
Outros custos e perdas operacionais	79.297,74	91.717,12	171.014,86
Custos e perdas financeiras	24.123,99	1.627,58	25.751,57
Transferências de capital concedidas			0,00
Perdas em existências			0,00
Perdas em imobilizações			0,00
Multas e penalidades	4.545,20	150,00	4.695,20
Outros custos e perdas extraordinárias	29.053,76		29.053,76
Total da conta custos/perdas extraordinárias	33.598,96	150,00	33.748,96
Imposto s/ rendimento exercicio (PC)	100.816,02		100.816,02
IV - DESPESAS DO EXERCÍCIO	508.398.651,23	120.202.549,64	628.601.200,87
C.R.E.A. - Despesas com pessoal	16.699.797,93	174.158,66	16.873.956,59
C.R.E.A. - Outros	76.639.362,13	62.395.505,70	139.034.867,83
V - DESPESAS EXERCÍC. ANTERIORES	93.339.160,06	62.569.664,36	155.908.824,42
Caixa	2.522,10		2.522,10
Depósitos	18.913.875,91		18.913.875,91
VI - SALDO FINAL	18.916.398,01	0,00	18.916.398,01
TOTAL GERAL	620.654.209,30	182.772.214,00	803.426.423,30

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



10.5 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - PROVEITOS E GANHOS

(euros)

Rubrica	2011		
	Orçamentado	Emitido	Cobrados
Vendas e Prestações de Serviços			
Vendas			
Prestações de serviços SNS Contrato Programa			
Internamento	94.477.256,53	92.659.535,06	55.892.542,29
Consulta	53.713.365,20	52.679.931,96	40.420.375,01
Urgência/SAP	21.593.523,75	21.178.069,14	17.905.378,80
Quartos particulares			
Hospital de dia	2.213.423,84	2.170.838,06	1.431.144,38
Meios complementares diagnóstico e terapêutica			
De diagnóstico			
De terapêutica	2.756.087,47	2.703.060,96	
Taxas moderadoras			
Outras prestações de serviço de saúde	20.016.059,75	19.630.955,20	6.920.401,58
Prestações de serviços Outras Entidades Responsaveis			
Internamento	2.330.288,70	2.285.454,46	194.111,78
Consulta	58.812,17	57.680,64	15.117,24
Urgência/SAP	596.911,36	585.426,92	231.775,13
Quartos particulares			
Hospital de dia	275,30	270,00	
Meios complementares diagnóstico e terapêutica			
De diagnóstico	1.285.423,02	1.260.691,77	93.680,51
De terapêutica	2.885.073,63	2.829.565,45	4.591,04
Taxas moderadoras	1.959.911,99	1.922.203,72	1.836.169,31
Outras prestações de serviço de saúde	369.663,99	362.551,74	5.972,08
Outras prestações de serviços	91.290,46	90.533,87	43.672,67
Total da conta 712	204.347.367,16	200.416.768,95	124.994.931,82
Impostos e taxas			
Proveitos suplementares	1.282.925,66	1.584.459,06	1.152.686,51
Transferências e subsídios correntes obtidos			
Transferências do tesouro			
Transferências correntes obtidas			
Da ACSS		84.304,88	84.304,88
Do PIDDAC			
EU-Fundos Comunit. Proj não co-financ.	20.581,01	11.359,92	11.359,92
Outras Transferências correntes obtidas			
Subsídios correntes obtidos - Outros entes públicos			
Subsídios correntes obtidos - de outras entidades	17.850,00	23.750,00	23.750,00
Total da conta 74	38.431,01	119.414,80	119.414,80
Trabalhos para a própria entidade			
Outros proveitos e ganhos operacionais			
Reembolsos	13.250.000,00	13.147.679,08	2.357.875,77
Produtos de fabricação interna		11.896,56	
Não especificados alheios ao valor acrescentado		357,00	357,00
Outros	569.667,32	369.902,58	302.660,25
Total da conta 76	13.819.667,32	13.529.835,22	2.660.893,02
Proveitos e ganhos financeiros		122.220,10	108.560,35
Proveitos e ganhos extraordinários	2.500.000,00	24.161.942,36	226.060.813,88
TOTAL GERAL	221.988.391,15	239.934.640,49	355.097.300,38

10.5 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - CUSTOS E PERDAS

(euros)

Rubrica	2011				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
Custos Merc. Vend. E Mat. Cons.					
Mercadorias					
Produtos Farmacêuticos	63.914.075,13			61.057.512,74	
Material de Consumo Clínico	33.444.043,33			31.720.025,56	
Produtos Alimentares	145.173,56			123.894,69	
Material Consumo Hoteleiro	826.240,65			462.269,34	
Material de Consumo Administrativo	898.840,08			882.885,17	
Material de Manutenção/Conservação	492.109,88			399.089,91	
Outro Material Consumo					
Total da conta 61	99.720.482,63	0,00	0,00	94.645.677,41	
Fornecimentos e Serviços Externos					
Subcontratos					
Trabalhos executados exterior					
Em entidades Ministério Saúde					
Assistência ambulatoria	1.356,62	1.535,61	1.535,61	715,75	1.124,71
Meios Complementares diagnóstico	2.029.330,92	1.989.411,70	1.989.411,70	1.989.411,70	217.792,87
Meios Complementares terapêutica	3.741.758,17	3.785.644,98	3.785.644,98	3.785.644,98	644.733,40
Prescrição de medicamentos					
Intern, serv.enf, part./T.doentes	33,40				
Outros					
Total da conta 62181	5.772.479,11	5.776.592,29	5.776.592,29	5.775.772,43	863.650,98
Em outras entidades					
Assistência ambulatoria	126.978,15	184.644,34	184.644,34	143.080,12	0,00
Meios Complementares diagnóstico	1.694.028,35	1.855.049,68	1.773.542,90	1.161.820,82	147.997,56
Meios Complementares terapêutica	109.920,79	50.192,95	50.192,95	50.192,95	663,83
Prescrição de medicamentos					
Intern, serv.enf, part./T.doentes	1.780.332,86	1.977.075,60	1.977.075,60	1.977.075,60	320.903,29
Aparelhos Complem. Terapêutica					
Assistência no estrangeiro	13.899,10	36.564,35	36.564,35	36.564,35	7.236,12
Termalismo social					
Outros	539,59				
Total da conta 62189	3.725.698,84	4.103.526,92	4.022.020,14	3.368.733,84	476.800,80
TOTAL DA CONTA 6218	9.498.177,95	9.880.119,21	9.798.612,43	9.144.506,27	1.340.451,78
Outros subcontratos	352.810,00	332.240,00	330.240,00	304.380,00	212.930,00
Fornecimentos e Serviços					
Fornecimentos e Serviços I	4.133.694,80	10.683.575,78	10.668.672,54	4.553.198,76	3.947.487,20
Fornecimentos e Serviços II	3.147.889,94	3.076.844,48	3.076.844,48	2.892.139,63	2.764.562,10
Fornecimentos e Serviços III	15.601.294,83	17.099.290,43	16.857.029,27	15.828.609,56	10.903.713,07
Outros Fornecimentos e Serviços	472.239,33	247.028,04	229.178,04	187.011,10	136.345,90
Total da conta 622	23.355.118,90	31.106.738,73	30.831.724,33	23.460.959,05	17.752.108,27
Total da Conta 62	33.206.106,85	41.319.097,94	40.960.576,76	32.909.845,32	19.305.490,05
Transferências corrent conced./Prest sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

10.5 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO ECONÓMICO - CUSTOS E PERDAS

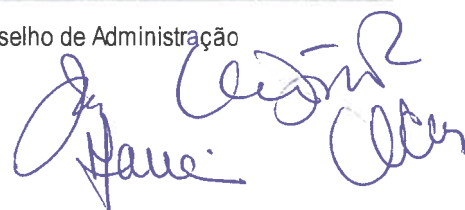
(euros)

Rubrica	2011				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
Despesas com Pessoal					
Remunerações órgãos directivos					
Remunerações base	390.984,69	248.074,51	248.074,51	248.074,51	228.874,16
Subsidio de férias e natal	23.000,00	22.833,44	22.833,44	22.833,42	22.833,44
Suplementos de remunerações	40.000,00	37.386,53	37.386,53	37.386,53	37.386,53
Prestações sociais directas					
Outras remunerações					
Total da conta 641	453.984,69	308.294,48	308.294,48	308.294,46	289.094,13
Remunerações base do pessoal					
RCTFP por tempo indeterminado	32.571.066,99	32.956.735,49	32.956.735,49	32.956.735,49	30.286.955,63
Pessoal c/ contrato a termo resolutivo	5.364.266,62	5.161.537,72	5.161.537,72	5.161.537,72	4.747.459,32
Pessoal Reg cont ind trabalho	26.781.172,28	26.189.329,98	26.189.329,98	26.189.329,98	23.927.369,36
Pessoal em qualquer outra situação	401.070,88	350.238,59	350.238,59	350.238,59	324.736,16
Total da conta 6421	65.117.576,77	64.657.841,78	64.657.841,78	64.657.841,78	59.286.520,47
Suplementos de remuneração					
Horas extraordinárias	7.621.535,38	7.569.942,39	7.569.942,39	7.249.493,45	6.257.426,37
Prevenções	2.201.036,66	2.121.328,59	2.121.328,59	1.921.665,13	1.737.139,55
Noites e Suplementos	3.526.033,32	3.397.164,80	3.397.164,80	3.397.164,80	2.807.352,42
Subsidio de turno	545.267,98	670.880,94	670.880,94	670.880,94	670.880,94
Abono para falhas	3.002,89	2.953,10	2.953,10	2.953,10	2.953,10
Subsidio de refeição	3.865.765,21	3.717.234,74	3.717.234,74	3.717.234,74	3.717.234,74
Ajudas de custo	10.000,00	12.667,14	12.667,14	12.667,14	12.667,14
Vestuário, artig pes, alim e alojamento					
SIGIC	100.000,00	92.520,72	92.520,72		
Outros suplementos	818.331,19	601.295,40	601.295,40	601.295,40	601.295,40
Total da conta 6422	18.690.972,63	18.185.987,82	18.185.987,82	17.573.354,70	15.806.949,66
Prestações sociais diversas	444.760,66	141.154,45	141.154,45	141.154,45	141.154,45
Subsidio de férias e natal	11.559.710,86	6.532.034,48	6.532.034,48	6.532.034,48	5.821.649,39
Pensões		936.080,97	936.080,97	936.080,97	936.080,97
Encargos s/ remunerações	15.818.105,72	15.422.198,36	13.113.440,20	15.422.198,36	13.113.440,20
Seg acidentes trab/Doenç profissionais	384.061,56	396.020,18	396.020,18	388.329,78	388.329,78
Encargos sociais voluntários	293.808,19	333.182,65	333.182,65	333.182,65	333.182,65
Outros custos com pessoal	742.993,00	264.455,93	264.168,71	264.168,71	263.675,11
Total da Conta 64	113.505.974,08	107.177.251,10	104.868.205,72	106.556.640,34	96.380.076,81
Outros custos operacionais	82.612,11	171.014,86	171.014,86	171.014,86	79.297,74
Amortizações do exercicio	9.500.000,00			10.233.478,14	
Provisões do exercicio	2.500.000,00			211.364,44	
Custos e perdas financeiras	13.867,55	45.846,01	40.394,65	25.751,57	24.123,99
Custos e perdas extraordinárias					
Donativos					
Dívidas incobráveis					
Perdas em existências	500.000,00			436.490,28	
Perdas em imobilizações	25.000,00	0,10		23.245,93	
Multas e penalidades	50.000,00	5.180,40	4.695,20	4.210,00	4.545,20
Aumentos de amortizações e provisões				2.539.325,97	
Correcções relativas a anos anteriores	3.895.000,00	5.704.988,33	1.949.069,26	1.621.114,21	93.339.160,06
Outros custos e perdas extraordinárias	30.000,00	29.053,76	29.053,76	29.053,76	29.053,76
Total da conta 69	4.500.000,00	5.739.222,59	1.982.818,22	4.653.440,15	93.372.759,02
TOTAL GERAL	263.029.043,22	154.452.432,50	148.023.010,21	249.407.212,23	209.161.747,61

O Técnico Oficial de Contas

Relatório de Gestão de Contas 2011 | 109

O Conselho de Administração



10.5 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE COMPRAS

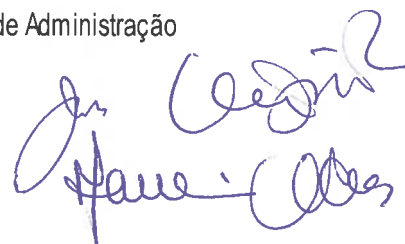
(euros)

Rubrica	2011				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas/Cobradas
Compras					
Mercadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	
Produtos Farmacêuticos					
Medicamentos	58.645.029,45	63.295.343,95	63.200.225,77	56.272.957,61	481.450,76
Reagentes e prod.diag. Rápido	5.461.814,20	5.138.137,00	5.138.137,00	5.122.767,65	179.701,22
Outros produtos farmacêuticos	500.000,00	472.345,63	472.345,63	457.032,20	15.774,74
Material de Consumo Clínico	33.232.228,08	34.815.375,67	33.187.335,33	31.691.989,04	1.226.115,44
Produtos Alimentares	145.601,06	130.215,60	130.215,60	121.479,37	31.383,58
Material Consumo Hoteleiro	819.160,82	512.903,61	512.903,61	476.189,89	156.328,26
Material de Consumo Administrativo	905.322,28	908.605,50	873.881,14	866.815,41	495.364,11
Material de Manutenção/Conservação	477.648,73	422.691,06	421.861,49	397.106,66	193.647,90
Outro Material Consumo					
Total das Compras	100.186.804,62	105.695.618,02	103.936.905,57	95.406.337,83	2.779.766,01
DEVOLUÇÃO DE COMPRAS					
DESCONTO ABATIMENTOS COMPRAS					
TOTAL GERAL	100.186.804,62	105.695.618,02	103.936.905,57	95.406.337,83	2.779.766,01

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



10.5 - MAPA DE CONTROLO DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTOS

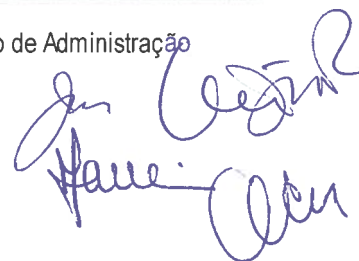
(euros)

Rubrica	2011				
	Orçamentado	Proc. Aquisição	Enc. Assumidos	Processadas	Pagas
Imobilizações Corpóreas					
Terrenos e recursos naturais					
Edifícios e outras construções	1.252.579,00	926.917,16	924.409,81	452.992,23	275.046,74
Equipamento Básico					
Médico-Cirúrgico	1.200.000,00	617.590,96	617.590,96	617.590,96	82.416,47
de Imagiologia	58.000,00	285.736,64	285.736,64	285.736,64	193.347,39
de Laboratório	25.578,85	27.913,56	27.913,56	27.913,56	3.553,75
Mobiliário Hospitalar	120.000,00	206.851,93	206.851,93	206.851,93	125.597,65
Desinfecção e esterilização	4.357,04	7.707,18	7.707,18	4.103,28	1.328,40
de Hotelaria	41.000,00	77.260,32	71.343,93	68.423,71	32.609,68
Outro	30.000,00	90.412,84	81.351,93	79.818,58	47.354,85
Total da conta 423	1.478.935,89	1.313.473,43	1.298.496,13	1.290.438,66	486.208,19
Equipamento de transporte	16.000,00				
Ferramentas e Utensílios de desgaste rápido	2.000,00				
Equipamento Administrativo e Informático					
Equipamento Administrativo	75.000,00	342.848,94	342.848,94	342.848,94	324.708,07
Equipamento Informático	16.500,00	127.454,55	127.454,55	127.454,55	120.374,76
Total da conta 426	91.500,00	470.303,49	470.303,49	470.303,49	445.082,83
Taras e Vasilhame					
Outras					
Total Imobilizações Corpóreas	2.841.014,89	2.710.694,08	2.693.209,43	2.213.734,38	1.206.337,76
Imobilizações Incorpóreas					
Imobilizações Incorpóreas					
Imobilizações Em Curso					
Imobilizações em curso	2.595.892,00	5.740.209,25	5.732.778,85	4.045.854,08	3.469.334,56
Bens de Domínio Público					
Bens de domínio público					
TOTAL GERAL	5.436.906,89	8.450.903,33	8.425.988,28	6.259.588,46	4.675.672,32

O Técnico Oficial de Contas



O Conselho de Administração



11

ANEXO AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

11.1. CARACTERIZAÇÃO DA ENTIDADE

11.1.1. - IDENTIFICAÇÃO E LEGISLAÇÃO

O **Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (CHLO)** é uma entidade pública empresarial detida a 100% pelo Estado Português, constituída de acordo com o Decreto - Lei n.º 233/2005, de 29 de Dezembro.

De acordo com o estipulado na alínea a) do nº 2 do artigo 1º daquele diploma, o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., integrou, por fusão, as seguintes entidades:

- O Hospital Egas Moniz, S.A., com sede na Rua da Junqueira, 126, 1349-019 Lisboa,
- O Hospital de Santa Cruz, S.A., com sede na Avenida Professor Reinaldo dos Santos, 2790-134 Carnaxide,
- O Hospital de São Francisco Xavier, S.A., com sede na Estrada do Forte do Alto do Duque, 1449-005 Lisboa.

Nos termos do n.º 4, artigo 1º do citado diploma, as entidades atrás referidas foram extintas com a criação do Centro Hospitalar.

11.1.2. - LEGISLAÇÃO APLICÁVEL

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., é uma pessoa coletiva de direito público, de natureza empresarial, dotada de autonomia administrativa, financeira e patrimonial, nos termos do Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de Dezembro, e do artigo 18º do anexo da Lei nº 27/2002, de 8 de Novembro. Consequentemente, é-lhe aplicável o regime jurídico do Sector Empresarial do Estado (Decreto-Lei n.º 558/99 de 17 de Dezembro, com a redação que lhe foi dada pelo Decreto-Lei nº 300/2007, de 23 de Agosto) e, subsidiariamente, o Código das Sociedades Comerciais.

11.1.3 - ESTRUTURA ORGANIZACIONAL EFETIVA

A Estrutura Organizacional do CHLO encontra-se detalhada no ponto 3 do Relatório de Gestão, dando-se aqui por integralmente reproduzida.

11.1.4 - DESCRIÇÃO SUMÁRIA DAS ATIVIDADES

O Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. está integrado no Serviço Nacional de Saúde e tem por objeto principal a prestação de cuidados de saúde à população, designadamente aos beneficiários do Serviço Nacional de Saúde e aos beneficiários dos subsistemas de saúde, ou de entidades externas que com ele contratualizarem a prestação de cuidados de saúde, e a todos os cidadãos em geral.

O CHLO tem também por objeto desenvolver atividades de investigação, formação e ensino, estando a sua participação na formação de profissionais de saúde dependente da respetiva capacidade formativa.

A atividade do CHLO é exercida de forma coordenada pelas três unidades hospitalares que o integram, em submissão às obrigações inerentes ao serviço público que presta, incluindo a sujeição a orientações das autoridades nacionais de saúde relativas à execução da política nacional de saúde. Assim, a grande maioria dos preços praticados pelo CHLO é aprovada oficialmente, sendo o volume de produção, no âmbito do Serviço Nacional de Saúde, contratualizado anualmente com o Ministério da Saúde, através da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo e da Administração Central do Sistema de Saúde, IP.

11.1.5 - RECURSOS HUMANOS

Os órgãos sociais do CHLO nomeados para o triénio 2011-2013 são compostos pelos seguintes elementos:

Conselho de Administração

Maria João Reis Silva de Soares Pais	Presidente
Maria Celeste Malveiro Serra S.S. dos Anjos Silva	Vogal Executivo
José Manuel Baptista Marques	Vogal Executivo
Fernanda Maria Rosa	Enfermeira Directora

Fiscal Único

Foi nomeado para o triénio 2011-2013:

Fiscal Único Efetivo BDO & Associados, SROC, Lda., representada pelo Dr. Pedro Manuel Aleixo Dias.

Fiscal suplente Manuel Aleixo Dias.

Pessoal ao serviço do CHLO

Em 31 de Dezembro de 2011, estavam ao serviço do CHLO 4.203 colaboradores, incluindo os membros do Conselho de Administração e outro pessoal dirigente, conforme se evidencia no quadro seguinte:

	Total
Conselho de Administração	4
Dirigentes	21
Pessoal com Contrato Individual de Trabalho	2.001
Pessoal com Vínculo à Função Pública	2.006
Pessoal em Regime de Prestação de Serviços	160
Pessoal em outra situação	11
Total	4.203

Em 31 de Dezembro de 2010 estavam ao serviço do CHLO, 4.331 colaboradores.

11.1.6 - ORGANIZAÇÃO CONTABILÍSTICA

a) Manual de procedimentos

O CHLO dispõe de procedimentos instituídos nas diversas áreas e principais rotinas, os quais estão integrados num Manual de Procedimentos por área.

b) Livros de registo

Os movimentos são lançados ou integrados, para efeitos de apuramento da informação contabilística e de gestão do CHLO com recurso às diversas aplicações informáticas disponíveis e são registados nos Diários de Movimentos e no Razão.

c) Organização do arquivo dos documentos de suporte

Os documentos de suporte ao registo das operações contabilísticas estão arquivados, por “pagos” e “cobrados”, por número sequencial de caixa e por “Faturas em Aberto por Cliente” e “Faturas em Aberto por Fornecedor”. Existe ainda o arquivo relativo ao diário de “Operações Diversas”.

Em termos contabilísticos, algumas rotinas geram um número de documento interno, com numeração sequencial de base anual.

d) Sistemas informáticos utilizados

O Centro Hospitalar mantém os seus registos contabilísticos na plataforma informática SISCONT da SHI.

Os principais sistemas informáticos utilizados no CHLO são os seguintes:

- Contabilidade Patrimonial e Analítica – SISCONT da SHI ;
- Contas Correntes – SISCONT da SHI ;
- Caixa e Bancos – SISCONT da SHI ;
- Faturação – Sonho da ACSS ;
- Gestão de Recursos Humanos – RHV da ACSS;
- Gestão do Património – GIAF da INDRA;
- Gestão de Stocks – da GLINTT.

e) Demonstrações financeiras Intercalares

São preparadas demonstrações financeiras mensais que são enviadas para a ACSS, IP.

f) Descentralização contabilística

As instalações físicas do CHLO estão dispersas pelas três Unidades Hospitalares referidas em 11.1.1. e pelo Departamento de Psiquiatria e Saúde Mental da Ajuda, pelo que algumas rotinas são descentralizadas, sendo a respetiva integração assegurada periodicamente.

11.2. NOTAS AO BALANÇO E À DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS

11.2.1 - NOTA INTRODUTÓRIA

Base de preparação das contas

O artigo 24º do Projeto de Estatutos publicado em Anexo ao Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro, estabelece que o Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. deve seguir o Plano Oficial de Contabilidade do Ministério da Saúde (POCMS), com as adaptações necessárias a estabelecer por despacho conjunto dos Ministros das Finanças e da Saúde.

Entretanto, foi publicado o Despacho nº 17164/2006, de 25 de Agosto, admitindo a possibilidade de existência de algumas contas previstas no POC – Plano Oficial de Contabilidade e a dispensa da utilização das contas de controlo orçamental e de ordem (classe 0 e contas 25), bem como os documentos previsionais e de prestação de contas inerentes.

Deste modo, as presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com o POCMS, adaptado em função do referido Despacho.

Consequentemente, as notas a seguir indicadas estão de acordo com a numeração sequencial definida no POCMS. As notas cuja numeração não consta deste anexo, não são aplicáveis ao CHLO ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras em apreciação.

Os valores indicados são expressos em euros.

11.2.2 - COMPARABILIDADE DOS EXERCÍCIOS

Nos mapas das demonstrações financeiras, os valores do exercício são comparáveis com os do exercício anterior.

11.2.3 - CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS E MÉTODOS DE CÁLCULO

As demonstrações financeiras foram preparadas a partir dos livros e registos da empresa, segundo a convenção dos custos históricos e na base da continuidade das operações do Centro, em conformidade com os princípios contabilísticos fundamentais da prudência, substância sobre a forma, materialidade e especialização dos exercícios.

11.2.3.1 - CRITÉRIOS VALORIMÉTRICOS UTILIZADOS

Os principais critérios valorimétricos adotados foram os seguintes:

a) Imobilizações incorpóreas e corpóreas

As imobilizações incorpóreas e corpóreas estão escrituradas ao custo histórico, com exceção dos bens móveis adquiridos até 31/12/2002 que foram valorizados com base numa avaliação independente, realizada por uma empresa da especialidade, nas três entidades que antecederam o CHLO.

O património imóvel, não obstante também ter sido avaliado, não foi objeto de qualquer alteração, dado que foi determinado pela ACSS o adiamento do registo contabilístico do efeito da avaliação, enquanto não estiver perfeitamente definida a solução adotar relativamente ao modelo de gestão do património imobiliário afeto às entidades públicas empresariais do sector da saúde.

O novo edifício do Hospital de S. Francisco Xavier, transferido da Direcção Geral do Património em 2005, encontra-se valorizado ao custo de aquisição.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes em regime de duodécimos.

As despesas de reparação e manutenção corrente do imobilizado são consideradas como custos do ano em que ocorrem.

b) Existências

As entradas de existências são registadas ao custo de aquisição. Como método de custeio das saídas e consumos é utilizado o custo médio ponderado.

Os saldos finais de balanço são ainda ajustados na sequência das contagens físicas efetuadas com referência ao final do exercício.

c) Provisões para clientes de cobrança duvidosa

Em face da análise dos riscos de crédito, o Centro Hospitalar adotou o critério de provisionar os créditos em mora em função do nível de risco atribuído a cada grupo de entidades (clientes e devedores diversos) e da antiguidade das respetivas dívidas, assumindo um critério semelhante ao fiscalmente definido como máximo aceitável.

Relativamente aos créditos de entidades públicas, que em alguns casos têm uma antiguidade significativa, têm, no entanto, vindo a ser progressivamente regularizados, razão pela qual se optou, já no exercício de 2006, por não efetuar quaisquer provisões para riscos de cobrança associados a estes créditos. Este critério foi mantido, de forma consistente, no decurso dos exercícios de 2006 a 2011.

Para as dívidas das Regiões Autónomas, foi entendimento do Conselho de Administração em anos anteriores que, dado a antiguidade bastante elevada da dívida e não terem ocorrido pagamentos, não era possível avaliar se, ou quando, se processaria a recuperação das dívidas destas entidades, razão pela qual o Conselho de Administração achou prudente manter e reforçar a provisão constituída em 2006 até 2010. Em 2011 foi vontade do Conselho de Administração alterar a política contabilística que vinha sendo adotada, passando a não reconhecer provisões para as dívidas das Regiões Autónomas e anulando, consequentemente, as provisões anteriormente constituídas para este fim. Esta posição do Conselho de Administração é tomada face à posição assumida pela ACSS – Administração Central dos Sistemas de Saúde, I.P., no âmbito da correspondência trocada, reitera as instruções de que “devem os estabelecimentos e serviços do Serviço Nacional de Saúde manter a faturação às Regiões Autónomas nos termos do ofício circular nº 11702, de 15/12/2006”.

A ACSS comunicou ainda, no âmbito da correspondência trocada, que “as dívidas das Regiões Autónomas aos serviços e estabelecimentos do Serviço Nacional de Saúde estão a ser objeto de análise por este instituto”.

d) Provisão para outros riscos e encargos

A provisão para outros riscos e encargos foi determinada com base na estimativa que o Centro Hospitalar e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade e os decorrentes das ações judiciais em curso movidas por terceiros a 31 de Dezembro e tendo em conta também o histórico das ações julgadas no passado.

A provisão para taxas moderadoras, é determinada tendo em conta a probabilidade da cobrança da taxa moderadora e a antiguidade.

e) Provisões para existências

Estas provisões são determinadas em função da rotatividade das existências, bem como da sua data de validade, nos casos em que não se encontra assegurada a respetiva reposição pelos fornecedores, sempre com referência à data de encerramento de cada exercício.

f) Locação financeira

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira bem como as correspondentes responsabilidades são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo é registado no imobilizado corpóreo, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas são registados como custos na demonstração dos resultados do exercício a que respeitam.

g) Especialização dos exercícios

Os custos e proveitos são reconhecidos no momento em que são gerados, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento (exceto no indicado na alíneas j) abaixo).

Consequentemente, o CHLO regista nas rubricas de Acréscimos e Diferimentos, do Ativo e do Passivo, os efeitos decorrentes das operações de especialização associadas a custos e proveitos cuja documentação de suporte ainda não estava disponível à data de 31 de Dezembro, bem como outras estimativas associadas à aplicação do princípio da especialização dos exercícios, compreendendo designadamente:

- Reconhecimento dos proveitos imputáveis ao período e ainda não faturados, relativos a Internamentos e atos médicos, com exceção dos relativos aos atos médicos em curso à data do balanço;
- As remunerações e respetivos encargos relativos a horas extraordinárias, férias e subsídio de férias, vencidos e não pagos no final de cada exercício;
- Os prémios de seguro, repartidos pelos exercícios, de acordo com o respetivo período de vigência;
- Reconhecimento de compras e custos incorridos e ainda não faturados à data de encerramento das contas, provenientes de bens e serviços prestados por terceiros ainda no exercício em análise;
- Subsídio recebido a fundo perdido para financiamento de imobilizações, os quais serão reconhecidos na demonstração dos resultados proporcionalmente às amortizações das imobilizações subsidiadas, a partir do momento em que as mesmas entrarem em funcionamento, de acordo com o referido na alínea seguinte.

h) Subsídios ao investimento

Os subsídios ao investimento são registados em proveitos diferidos aquando do seu recebimento e são transferidos para resultados na proporção das amortizações praticadas sobre os bens financiados.

i) Pensões de reforma

O Centro Hospitalar não tem responsabilidade de pagamento de complementos de Aposentações e de Pensões de sobrevivência de acordo com o estabelecido no artigo 159.º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro.

j) Registo dos proveitos correspondentes a atos médicos

Os proveitos correspondentes aos atos médicos efetuados no hospital são reconhecidos em resultados no momento em que são realizados, exceto nos casos de valorização dos atos médicos em curso à data do balanço, que só são faturados depois de codificados.

k) Imposto sobre o rendimento (IRC)

A contabilização do imposto sobre o rendimento é efetuada de acordo com o método corrente, com base na estimativa do imposto sobre o rendimento a pagar em relação ao ano a que respeita.

De acordo com o nº. 1 do artigo 52.º do CIRC, e para os prejuízos fiscais apurados a partir de 2010 inclusive os mesmos são reportáveis durante um período de quatro anos após a sua ocorrência, para os prejuízos fiscais apurados em anos anteriores ao exercício de 2010, os prejuízos fiscais continuam a poder ser deduzidos durante seis anos e suscetíveis de dedução a lucros fiscais gerados durante esse período. Em 31 de Dezembro de 2011, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam 92.538.978,35 euros.

Exercicio	Prejuízo fiscal dedutível
2006	5.392.378,03
2007	1.866.227,13
2008	9.757.202,62
2009	24.305.346,44
2010	32.742.136,08
2011	18.475.688,05
Total	92.538.978,35

Em 2011, à semelhança do sucedido em exercícios anteriores, não foram reconhecidos contabilisticamente, por uma questão de prudência, impostos diferidos ativos, não se tendo adotado os procedimentos previstos na Diretriz Contabilística nº. 28

11.2.3.2 - MÉTODOS DE CÁLCULO UTILIZADOS

a) Amortizações

Os bens do ativo imobilizado corpóreo são amortizados de acordo com as taxas do Decreto Regulamentar nº 25/2009, de 14 de Setembro, utilizando-se o método das quotas constantes a partir do dia da entrada em funcionamento dos bens, sendo calculadas numa base diária, de tal modo que os bens fiquem amortizados durante o seu período de vida útil estimada.

As principais taxas de amortização utilizadas são as seguintes:

	% Anual
Edifícios e outras construções	2% a 10%
Equipamento básico	12,5% a 33,33%
Equipamento transporte	14,28% a 25%
Ferramentas e utensílios	14,28% a 25%
Equipamento administrativo	10% a 33,33%
Outras imobilizações corpóreas	12,5% a 25%

Os bens cujo valor unitário não ultrapasse os 1.000,00 euros são amortizados integralmente no decurso do ano da aquisição.

b) Provisões

Foram constituídas as seguintes provisões:

- **Provisão de dívidas a receber**

Foram constituídas provisões para dívidas a receber, de acordo com o seguinte critério:

- Provisionadas em 25% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de seis meses e até 12 meses;

- Provisionadas em 50% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 12 meses e até 18 meses;
- Provisionadas em 75% as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 18 meses e até 24 meses;
- Provisionadas integralmente as dívidas de entidades privadas (Clientes, Utentes e Companhias de Seguros) cujos saldos estejam em mora há mais de 24 meses.

O Conselho de Administração entende que as provisões apuradas, de acordo com os critérios de avaliação de risco atrás referidos, no montante de 6.060.651,89 euros, acautelam, com razoável segurança, os riscos de crédito associados.

- **Provisão para riscos e encargos**

Foram constituídas provisões para riscos e encargos, de acordo com o seguinte critério:

- A provisão para taxas moderadoras, é determinada tendo em conta a probabilidade da cobrança da taxa moderadora e a antiguidade.
- A provisão para outros riscos e encargos é determinada com base na estimativa que o Centro Hospitalar e os seus advogados fazem dos riscos relacionados com a sua atividade e os decorrentes das ações judiciais em curso movidas por terceiros.

Face ao entendimento do Conselho de Administração, suportado na opinião expressa pelos seus Advogados, foi mantida a provisão para processos judiciais em curso que se encontrava constituída. Na opinião do Conselho de Administração, o valor de 1.891.159,10 euros que se encontra provisionado é suficiente para fazer face aos riscos potenciais que poderão ocorrer.

Foi reforçada a provisão para risco da atividade em 177.546,94 euros em virtude da possibilidade de não se conseguir cobrar as taxas moderadoras especializadas no final do exercício.

- **Responsabilidades com complementos de pensões de reforma e sobrevivência**

O CHLO assumia a responsabilidade pelo pagamento de complementos de aposentações e de pensões de sobrevivência em conformidade com o disposto no Decreto-Lei nº 498/72, de 9 de Dezembro, e no Decreto-Lei nº 141/79, de 22 de Maio.

A partir de 01 de Janeiro de 2011 e de acordo com o estabelecido no artigo 159.º da Lei 55-A/2010, de 31 de Dezembro essa responsabilidade passou a ser suportada pelas verbas de alienação dos imóveis do Estado afetos ao Ministério da Saúde e das Entidades integradas no SNS.

No exercício de 2011 foram pagos complementos de aposentação e sobrevivência no montante 936.080,97 euros. Em 2010 os pagamentos da mesma natureza ascenderam de 1.129.680,84 euros.

c) Impostos

O Centro Hospitalar encontra-se sujeito ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) . No exercício em apreço, atendendo, à existência de matéria coletável negativa, o montante de imposto apurado respeita apenas às situações sujeitas a tributação autónoma.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social).

As declarações fiscais do IVA, IRS e IRC respeitantes aos anos de 2008 a 2011 do Centro Hospitalar, poderão vir ainda a ser sujeitas a revisão, embora o Conselho de Administração considere que eventuais correções resultantes de revisões fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2011.

11.2.4 - DÍVIDAS DE E A TERCEIROS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações em moeda estrangeira relacionam-se com aquisições no mercado externo e são contabilizadas em moeda nacional aos câmbios em vigor na data das operações, sendo atualizados os saldos de balanço, de acordo com os câmbios em vigor em 31 de Dezembro.

11.2.6 – IMOBILIZADO INCORPÓREO

No imobilizado incorpóreo a conta de “Despesas de instalação” expressa o valor relativo a despesas realizadas em anos anteriores com a constituição dos três Hospitais.

A conta de “Despesas de investigação e de desenvolvimento” contém os valores despendidos em anos anteriores com projetos de investigação e desenvolvimento.

11.2.7 – MOVIMENTOS OCORRIDOS NAS RUBRICAS DO ATIVO IMOBILIZADO E NAS RESPETIVAS AMORTIZAÇÕES.

Ativo Imobilizado

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Alien.	Regular.	Transf/Abates	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas						
Despesas de Instalação	541.854,87	0,00	0,00	0,00	0,00	541.854,87
Desp. Invest. Desenvolvimento	607.033,17	0,00	0,00	0,00	0,00	607.033,17
Sub-total	1.148.888,04	0,00	0,00	0,00	0,00	1.148.888,04
Imobilizações Corpóreas						
Terrenos e recursos naturais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	89.425.751,87	452.992,23	4.986,00	0,00	4.326.846,11	94.200.604,21
Equipamentos básicos	62.110.497,69	1.391.648,95	0,00	0,00	-489.065,78	63.013.080,86
Equipamentos Transporte	2.175.173,72	0,00	0,00	0,00	44.064,00	2.219.237,72
Ferramentas e utensílios	604.294,57	0,00	0,00	0,00	0,00	604.294,57
Equipam. administ. e informático	16.955.971,22	483.084,58	0,00	0,00	-4.892,58	17.434.163,22
Outras Imobilizações corpóreas	161.199,55	0,00	0,00	0,00	0,00	161.199,55
Imob. curso de imob. corpóreas	1.094.992,93	4.045.854,08	0,00	0,00	-4.566.649,00	574.198,01
Adianta/o p/conta imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	172.527.881,55	6.373.579,84	4.986,00	0,00	-689.697,25	178.206.778,14

Amortizações Acumuladas

Rubricas	Saldo Inicial	Reforços	Regul	Saldo Final
Imobilizações Incorpóreas				
Despesas de Instalação	541.854,87	0,00	0,00	541.854,87
Desp. Invest. Desenvolvimento	607.033,17	0,00	0,00	607.033,17
Sub-total	1.148.888,04	0,00	0,00	1.148.888,04
Imobilizações Corpóreas				
Terrenos e recursos naturais		0,00	0,00	0,00
Edifícios e outras construções	28.309.962,61	3.806.503,05	0,00	32.116.465,66
Equipamentos básicos	46.908.303,08	4.278.376,08	573.160,41	50.613.518,75
Equipamentos Transporte	1.733.967,29	78.419,43	0,00	1.812.386,72
Ferramentas e utensílios	586.250,96	7.679,89	0,00	593.930,85
Equipam. administ. e informático	13.300.452,66	2.042.643,21	98.445,96	15.244.649,91
Outras Imobilizações corpóreas	70.634,08	19.856,47	0,00	90.490,55
Imob. curso de imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Adianta/o p/conta imob. corpóreas	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total	90.909.570,68	10.233.478,13	671.606,37	100.471.442,44

11.2.10 – DIPLOMAS LEGAIS UTILIZADOS NA AVALIAÇÃO DAS IMOBILIZAÇÕES CORPÓREAS

De acordo com o estipulado nos diplomas legais que transformaram em sociedade anónima as Unidades Hospitalares que antecederam o Centro, foram efetuadas, no exercício de 2003, as avaliações dos respetivos ativos imobilizados corpóreos. Conforme referido na alínea a) da Nota 11.2.3.1., encontra-se pendente de decisão tutelar o reconhecimento nas demonstrações financeiras dos efeitos da avaliação dos bens imóveis que se encontram evidenciados em balanço.

As avaliações dos restantes bens de imobilizado, afetos às Unidades Hospitalares que antecederam o CHLO, realizadas em 2003, geraram uma reserva de avaliação no montante de 10.033.112,39 euros, de acordo com a seguinte discriminação:

Designação Hospital	Valor da Reserva
Hospital de Egas Moniz	8.234.289,96
Hospital S. Francisco Xavier	3.209.123,71
Hospital Santa Cruz	-1.410.301,28
Total	10.033.112,39

11.2.13 - BENS UTILIZADOS EM REGIME DE LOCAÇÃO FINANCEIRA E OPERACIONAL

Indicação dos bens utilizados em regime de locação financeira e operacional e menção dos respetivos valores contabilísticos:

Nome do Locador		Descrição do Bem	Início	Fim	Valor aquis.
Besleasing/Siemens	LF	Upgrade para sala de Hemodinâmica	20-12-2006	20-01-2012	723.122,61
creditex	LO	Equipamento Repografia/Xerox	30-10-2009	30-09-2012	223.996,32
BPI	LO	Equipamento Ressonância Magnética	25-09-2010	25-08-2017	2.098.800,00
General Electric, SA	LO	Equipamento Camara Gama	29-09-2011	23-08-2018	786.781,80
Beltão Coelho, LDA	LO	Equipamento Repografia/Xerox	01-01-2011	31-12-2011	1.774,73
Newrent, SA	LO	Equipamento Mobiliário Hospitalar	01-01-2011	31-12-2011	415,64
Newrent, SA	LO	Equipamento Mobiliário Hospitalar	01-01-2011	31-12-2011	21.550,04
Newrent, SA	LO	Equipamento Mobiliário Hospitalar	01-01-2011	31-12-2011	22.556,67
Total					3.878.997,81

11.2.23 - DEVEDORES DE COBRANÇA DUVIDOSA

Valor global das dívidas de cobrança duvidosa incluídas em cada uma das rubricas de dívidas de terceiros constantes do balanço:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
218111 A D S E	0,00	0,00	0,00	0,00
218112 Forças Armadas	0,00	0,00	0,00	0,00
218113 Forças Militarizadas	46,39	0,00	46,39	0,00
218114 S A M S	2.831,13	41.323,82	2.831,13	41.323,82
218115 I O S C T T - A C S Portugal	0,00	110.224,05	0,00	110.224,05
218116 Serviços Socias	0,00	47.424,95	0,00	47.424,95
218119 Outros Subsistemas	0,00	9.852,39	0,00	9.852,39
21813 Companhias de Seguros	1.275.946,18	350.850,18	319.925,07	1.306.871,29
21819 Outros Clientes	1.251.535,04	310.282,55	112.626,61	1.449.190,98
2183 Utentes, c/c	2.241.607,12	201.856,28	108.466,04	2.334.997,36
2189 Outros clientes	13.936.571,48	1.398.425,87	13.936.571,41	1.398.425,94
Total	18.708.537,34	2.470.240,09	14.480.466,65	6.698.310,78

A rubrica 2189, sofreu um decréscimo de 11.922.216,56 euros devido anulação das provisões constituídas em anos anteriores referente às dívidas das Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Vide ponto 11.2.3.1 c).

11.2.24 - DÍVIDAS DO PESSOAL

O valor das dívidas relacionadas com Pessoal, era o seguinte:

Rúbricas	2011	2010
Dívidas Activas		
Reposições de Vencimento	219.108,84	227.327,78
Sub-total	219.108,84	227.327,78
Dívidas Passivas		
Remunerações a Pagar		
Despesas de Saúde	174.361,01	174.630,56
Férias e Subsídios de Férias	6.100.906,81	11.507.336,96
Encargos c/ Férias e Subsídios de Férias	1.214.196,70	2.038.893,46
Horas Extraordinárias e outros Abonos	1.766.405,04	2.508.338,48
Sub-total	9.255.869,56	16.229.199,46

Os valores a pagar referente a férias e subsídio de férias, encargos e horas extras, são valores a pagar em 2012 referente a custos incorridos no ano corrente.

11.2.26 - DÍVIDAS AO ESTADO EM SITUAÇÃO DE MORA

O CHLO não tem qualquer situação de dívida ao Estado em situação de mora.

11.2.28 - GARANTIAS BANCÁRIAS

Existe um depósito a prazo na Instituição bancária Montepio, no montante de 47.650,00 euros, cuja finalidade é a de caucionar uma garantia bancária prestada por esse banco e constituída a favor do Tribunal de Trabalho.

11.2.31 - MOVIMENTOS DAS PROVISÕES

Os movimentos ocorridos foram os seguintes, em conformidade com os critérios anteriormente referidos:

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
Provisões p/ aplicações Tesouraria				
Provisões p/ cobrança duvidosa	16.113.609,11	2.539.325,97	12.592.283,19	6.060.651,89
Provisões p/ riscos encargos	4.176.930,51	177.546,94		4.354.477,45
Provisões p/ depreciação existências	186.896,27	33.817,50	15.575,26	205.138,51
Provisões p/ investimentos financeiros				0,00
Total	20.477.435,89	2.750.690,41	12.607.858,45	10.620.267,85

11.2.32 – VARIAÇÕES NAS CONTAS DE FUNDOS PRÓPRIOS

Rubricas	Saldo Inicial	Aumentos	Reduções	Saldo Final
51 Capital	126.860.000,00	0,00	0,00	126.860.000,00
571 Reservas Legais	947.288,29	0,00	0,00	947.288,29
572 Reservas Estatutárias	58.831,59	0,00	0,00	58.831,59
574 Reservas Livres	12.774.118,72	0,00	0,00	12.774.118,72
576 Doações	1.652.512,48	125.991,38	0,00	1.778.503,86
577 Reservas dec. Transf.	29.701.398,46	0,00	0,00	29.701.398,46
59 Resultados Transitado:	-80.202.095,52	0,00	42.101.678,71	-122.303.774,23
88 Resultado Líquido do E	-42.101.678,71	32.599.106,97	0,00	-9.502.571,74
Total	49.690.375,31	32.725.098,35	42.101.678,71	40.313.794,95

O capital estatutário é detido pelo Estado Português e foi fixado no Mapa II do Anexo I do Decreto-Lei nº 233/2005, de 29 de Dezembro, em 126.860.000,00 euros, correspondendo ao somatório do capital social dos três Hospitais que o antecederam.

O montante de 125.991,38 euros na rubrica doações refere-se a donativos de equipamento e numerário, obtidos no decurso do ano.

A rubrica de resultados transitados foi debitada pelos resultados líquidos do exercício de 2010, no montante de 42.101.678,71 euros.

11.2.33 – DEMONSTRAÇÃO DO CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E MATÉRIAS CONSUMIDAS

Códigos Contas	Movimentos	Mercadorias	Matérias Primas, Subs. e Consumo
36	Existências iniciais	0,00	10.421.444,72
31	Compras	0,00	95.406.337,83
793 + 693	Regularização de existências	0,00	-152.265,74
36	Existências finais	0,00	11.029.839,40
61	Custos no exercício	0,00	94.645.677,41

11.2.35 - VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS POR ATIVIDADE E POR MERCADOS GEOGRÁFICOS

A atividade do CHLO desenvolve-se exclusivamente em Portugal, pelo que os serviços prestados ocorreram todos no País.

11.2.37 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS FINANCEIROS

Os custos e perdas financeiras no montante de 25.751,57 euros respeitam, essencialmente, ao pagamento de juros de contratos de locação financeira e serviços bancários diversos.

Custos e Perdas		Exercícios	
Cod	Designação	2011	2010
681	Juros Suportados	3.327,63	3.676,50
683	Amortizações investimentos em imóveis	0,00	0,00
684	Provisões p/ aplicações financeiras	0,00	0,00
685	Diferenças ed câmbio desfavoráveis	138,93	0,00
687	Perdas na alienação aplicações tesouraria	0,00	0,00
688	Outros custos e perdas financeiras	22.285,01	10.191,05
	Resultados financeiros (+/-)	96.468,53	235.067,26
	TOTAL	122.220,10	248.934,81

Os proveitos e ganhos financeiros respeitam essencialmente aos juros obtidos provenientes das aplicações financeiras.

Proveitos e Ganhos		Exercícios	
Cod	Designação	2011	2010
781	Juros Obtidos	122.208,66	118.067,93
783	Rendimentos de Imóveis	0,00	0,00
785	Diferenças de câmbio favoráveis	0,00	26,18
786	Descontos p/pagamentos obtidos	0,00	130.840,50
787	Outros custos e perdas financeiras	0,00	0,00
788	Outros proveitos e ganhos financeiros	11,44	0,00
TOTAL		122.220,10	248.934,61

Em consequência dos custos e proveitos financeiros gerados, o resultado financeiro do exercício ascendeu a 96.468,53 euros.

11.2.38 - DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EXTRAORDINÁRIOS

Custos e Perdas		Exercícios	
Cod	Designação	2011	2010
691	Transferências de capital concedidas	0,00	0,00
692	Dívidas incobráveis	0,00	15.326,42
693	Perdas em existências a)	436.490,28	305.734,10
694	Perdas em imobilizações b)	23.245,93	73.289,66
695	Multas e penalidades	4.210,00	9.735,14
696	Aumentos amortizações e provisões c)	2.539.325,97	0,00
697	Correcções relativas exercicios anteriores d)	1.621.114,21	7.316.580,08
698	Outros custos perdas extraordinários	29.053,76	20.612,08
Resultados extraordinários (+/-)		19.508.502,21	-3.772.021,54
TOTAL		24.161.942,36	3.969.255,94

Proveitos e Ganhos		Exercícios	
Cod	Designação	2011	2010
792	Recuperações de dívidas	0,00	0,00
793	Ganhos em existências e)	272.327,98	244.903,84
794	Ganhos em imobilizações	919,05	10.800,00
795	Benefícios e penalidades contratuais	38.171,06	5.779,38
796	Reduções de amortizações provisões f)	12.607.858,45	168.329,55
797	Correcções relativas exercicios anteriores g)	10.732.143,22	3.179.892,67
798	Outros proveitos ganhos extraordinários h)	510.522,60	359.550,50
TOTAL		24.161.942,36	3.969.255,94

Os montantes mais expressivos de cada rubrica dizem respeito ao seguinte:

- a) As perdas em existências respeitam às quebras apuradas nas conferências físicas realizadas próximo do final do exercício e outros acertos efetuados ao longo do exercício;
- b) As perdas em imobilizações decorrem essencialmente dos movimentos de abates de imobilizado ocorrido no exercício;
- c) O aumento de provisões contabilizado na rubrica de custos e perdas extraordinárias, justifica-se por em 2011 ter havido uma revisão no cálculo da estimativa para provisões de clientes de cobrança duvidosa. Estendendo-se esta provisão, aos subsistemas de saúde particulares e à rubrica outros devedores que não sejam entidades do estado. Este cálculo é mais abrangente do que o utilizado em anos anteriores, razão pelo qua, l foi levado o seu efeito à rubrica 6962;
- d) As correções relativas a exercícios anteriores respeitam, essencialmente, à correção e anulação de faturas de devedores (517.607,76 euros), bem como, à correção de proveitos especializados em excesso no ano de 2009 relativamente ao contrato programa desse ano (981.981,25 euros);
- e) Os ganhos em existências englobam as sobras apuradas nas conferências físicas realizadas próximo do final do ano e outros acertos efetuados ao longo do exercício;
- f) As correções de provisões são devidas à redução da provisão para clientes de cobrança duvidosa, mais concretamente as Regiões Autónomas e Clientes e Outros Devedores;
- g) As correções relativas a exercícios anteriores respeitam essencialmente à faturação a subsistemas de atos médicos realizados em anos anteriores (1.149.485,28 euros), emissão e correção da faturação das secções do Hospital de Dia da Oncologia de Cascais, faturados à ARS segundo o protocolo assinado entre as partes intervenientes (3.534.226,01 euros), faturação às Regiões Autónomas de atos médicos realizados em anos anteriores (989.898.88 euros), notas de crédito de fornecedores e anulações respeitantes a faturas de anos anteriores (1.218.545,90 euros) e correção da especialização de custos em anos anteriores (2.932.841,37 euros);
- h) Os Outros Ganhos e Proveitos Extraordinários englobam essencialmente o proveito imputado ao exercício da parte proporcional relacionada com o reconhecimento de subsídios ao Investimento recebidos em exercícios anteriores, destinados ao cofinanciamento de investimentos realizados.

11.2.39. OUTRAS INFORMAÇÕES RELEVANTES

11.2.39.1 - ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS

Decomposição dos saldos evidenciados no balanço em 31 de Dezembro de 2011:

Acréscimos de Proveitos		2011	2010
2711	Juros a receber	13.911,58	435,53
27191	Instituições Ministério da Saúde	27.033.932,29	35.645.533,34
27199	Outras Entidades	5.782.816,92	5.095.270,21
Total		32.830.660,79	40.741.239,08

Custos Diferidos		2011	2010
2711	Outros Custos Diferidos	7.163,62	9.869,79
Total		7.163,62	9.869,79

Acréscimos de Custos		2011	2010
2732	Remunerações a liquidar	9.081.508,55	16.054.568,90
2739	Outros acréscimos de custos	2.203.705,33	8.567.457,66
Total		11.285.213,88	24.622.026,56

Proveitos Diferidos		2011	2010
2745	Subsídios para Investimentos	2.878.121,68	2.896.165,25
2749	Outros proveitos diferidos	44.721,19	45.721,19
Total		2.922.842,87	2.941.886,44

Na rubrica acréscimos de proveitos estão registados nomeadamente, os proveitos provenientes dos atos médicos prestados em 2010 e 2011, mas ainda não faturados à ACSS no âmbito do Contrato Programa (26.836.176,99 euros) e faturação aos subsistemas, utentes e outros clientes de atos médicos, taxas moderadoras e medicamentos não emitida no valor de 5.782.816,92 euros;

Nos acréscimos de custos, remunerações a liquidar, estão registados os valores a pagar aos colaboradores no ano de 2012, mas respeitantes a 2011 e que dizem respeito a férias, subsídio de férias, trabalho extraordinário e encargos sobre remunerações relacionados com as mesmas. O decréscimo acentuado do valor de 2010 para 2011 justifica-se pela corte que ocorreu no pagamento do subsídio de férias em 2012, de acordo com a lei do Orçamento de Estado para 2012, Lei nº. 64-B de 2011, de 30 de dezembro;

Na rubrica outros acréscimos de custos estão registados custos ocorridos em 2011, relacionados com Compras e Fornecimentos e Serviços Externos, mas cujas faturas ainda não tinham sido recebidas à data do fecho das contas ou são datadas de 2012.

Os proveitos diferidos contemplam essencialmente subsídios recebidos para o investimento mas cujos proveitos serão registados na proporção das amortizações dos bens associados.

11.2.39.2 - REMUNERAÇÕES ATRIBUÍDAS AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

Órgão Sociais		2011
6411	Conselho de Administração	248.074,51
6223	Fiscal Único a)	21.331,61
Total		269.406,12

a) Inclui IVA à taxa legal

11.2.39.3 - DÍVIDAS DE TERCEIROS

Em 31 de Dezembro estas rubricas apresentavam a seguinte composição:

Activo		2011	2010
211	Cientes C/C	9.884.175,58	16.845.264,16
2111	Subsistemas	9.152.172,53	16.514.170,82
2113	Companhias de Seguros	518.884,59	246.985,38
2119	Outros Cientes	213.118,46	84.107,96
213	Utentes	329.675,48	150.017,00
215	Instituições do Estado	60.142.888,72	24.078.236,32
218	Cientes Cobrança Duvidosa	6.698.310,78	18.708.537,34
21811	Subsistemas	208.825,21	2.877,52
21813	Companhias de Seguros	1.306.871,29	1.275.946,18
21819	Outros Cientes	1.449.190,98	1.251.525,04
2183	Utentes c/c	2.334.997,36	2.241.607,12
2189	Outros Cientes	1.398.425,94	13.936.571,48
26	Outros Devedores		
262	Pessoal	219.108,84	227.327,78
268311	Instituições Ministério da Saúde	14.648.401,82	18.358.250,04
268319	Outras Instituições Públicas	1.781.421,33	1.989.859,88
26839	Outros Devedores Diversos	1.415.827,22	5.201.455,95

11.2.39.4 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Esta rubrica apresenta a seguinte desagregação, a nível de Ativo e de Passivo:

Activo		Exercicios	
Designação	2011	2010	
IRC - Pagamento Especial p/ Conta	276.214,11	210.000,00	
IRC - Retenção na Fonte	0,00	0,00	
IRC - Imposto a Recuperar	40.000,00	40.000,00	
IRS - Trabalho Dependente	185.234,96	184.009,96	
Total	501.449,07	434.009,96	

Passivo		Exercicios	
Designação	2011	2010	
IRS - Trabalho Dependente	1.085.783,79	1.280.051,00	
IRS - Trabalho Independente	36.730,08	54.363,80	
IRS - Prediais	0,00	990,00	
IVA a Pagar	211.076,86	241.548,55	
Contribuições Segurança Social	1.751.091,51	1.860.187,51	
IRC-Imposto a pagar		4.601,91	
Restantes Impostos		5,00	
Total	3.084.682,24	3.441.747,77	

11.2.39.5 - OUTROS CREDITORES

Em 31 de Dezembro esta rubrica tinha a seguinte composição:

Passivo		2011	2010
262	Pessoal	174.361,01	174.630,56
263	Sindicatos	11.084,29	11.549,09
26881	Credores Diversos Instituições Estado	22.176.813,57	17.691.536,61
26889	Outros Credores Diversos	1.797.305,44	2.109.905,89
Total		24.159.564,31	19.987.622,15

11.2.39.6 – FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS


O saldo decompõe-se principalmente das seguintes rubricas:

Rúbrica		2011	2010
621	Subcontratos	9.448.866,27	10.335.769,59
62211	Electricidade	1.549.426,11	1.277.866,57
62212	Combustível	1.636.343,31	1.333.735,03
62213	Água	556.674,15	607.201,23
62219	Rendas e Alugueres	749.591,37	561.406,67
62222	Comunicação	464.800,14	593.047,17
62229	Honorários	2.402.970,51	3.277.394,59
62232	Conservação e Reparação	5.071.263,01	3.962.338,45
62234	Limpeza, Higiene e Conforto	2.800.929,87	2.898.673,44
62235	Vigilância e Segurança	1.212.970,17	1.333.671,07
62236	Trabalhos especializados	6.636.256,58	8.556.153,78
6229	Outros Fornecimentos e serviços	187.011,10	47.239,33

11.2.39.9 – FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS TERMO DO EXERCÍCIO

Não ocorreram quaisquer outros factos relevantes após o termo do exercício, que possam vir a ter impacto nas demonstrações financeiras do Centro Hospitalar em 31 de Dezembro de 2011.

Técnico Oficial de Contas



Dr.ª Maria João Batista Ferrão
(TOC)

O Conselho de Administração



Dra. Maria João Reis Silva de Soares Pais
(Presidente)



Dra. Maria Celeste Malveiro dos Anjos Silva
(Vogal)



Dr. José Manuel Baptista Marques
(Diretor Clínico)



Enf. Fernanda Maria da Rosa
(Enfermeira Diretora)

12 CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução e responsabilidades

1. Examinámos as demonstrações financeiras do Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (adiante também designada por CHLO ou Empresa), as quais compreendem o Balanço em 31 de dezembro de 2011 (que evidencia um ativo líquido de 230 220 407 euros e um fundo patrimonial positivo de 40 313 795 euros, incluindo um resultado líquido negativo de 9 502 572 euros), as Demonstrações de Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o Anexo, referentes ao exercício findo naquela data. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do CHLO, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame que realizámos às referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

2. Exceto quanto à situação mencionada no parágrafo 3 abaixo, o nosso exame foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o exame seja planeado e executado com o objetivo de obtermos um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame incluiu: (i) a verificação, por amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a apreciação da adequacidade das políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iii) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; e (iv) a apreciação da adequacidade, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação financeira constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Reserva

3. Os diplomas legais respeitantes à transformação, em sociedades anónimas, dos Hospitais de São Francisco Xavier, Egas Moniz e Santa Cruz, estipularam a obrigatoriedade de se proceder à reavaliação dos imobilizados corpóreos destas instituições, a reconhecer contabilisticamente até ao final de 2003 por contrapartida do Património. Ao que apurámos, por orientação da Tutela, as referidas reavaliações não foram refletidas contabilisticamente, sendo que não estão disponíveis elementos que permitam quantificar o efeito desta situação nas demonstrações financeiras do CHLO em 31 de dezembro de 2011, o que configura uma limitação ao âmbito e profundidade dos nossos trabalhos.

Opinião

4. Em nossa opinião, exceto quanto aos efeitos do ajustamento que poderia ser necessário caso não existisse a limitação descrita no parágrafo 3 anterior, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira da Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E., em 31 de dezembro de 2011, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal no Sector Público da Saúde.

Relato sobre outros requisitos legais

5. É também nossa opinião que a informação constante do relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras do exercício.

Ênfases

6. Sem afetar a opinião expressa nos parágrafos anteriores, chamamos a atenção para as seguintes situações:

6.1. Tendo iniciado funções após nomeação em 5 de fevereiro de 2012, as demonstrações financeiras do exercício anterior foram examinadas por outro Revisor Oficial de Contas que emitiu a respetiva Certificação Legal das Contas a 25 de maio de 2011, com reservas e ênfases.

6.2. O total do Fundo Patrimonial ascende a 40 313 795 euros, quando o Património do CHLO é de 126 860 000 euros que assim está perdido em mais de 50%, em virtude dos resultados transitados negativos acumulados, sendo que se admite que o princípio da continuidade, como entidade pública empresarial, será assegurado pelo Estado. O Conselho de Administração contempla especificamente no seu Relatório de Gestão a análise da sustentabilidade e o controlo do equilíbrio financeiro do CHLO.

6.3. No decurso de 2011 e na sequência de orientações da Tutela no sentido de reconhecer contabilisticamente os valores a receber das Regiões Autónomas, o CHLO, atendendo à natureza pública destas entidades, considerou apropriado proceder à anulação de Provisões de cerca de 12 000 000 euros relativas a estes valores a receber, por contrapartida de Proveitos e Ganhos Extraordinários, que integram o Resultado Líquido do Exercício.

Lisboa, 25 de junho de 2012



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC

13 RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

Relatório e Parecer do Fiscal Único

No cumprimento do mandato que nos conferiram e no desempenho das nossas funções legais e estatutárias, vem o Fiscal Único emitir o seu relatório anual e parecer sobre o Relatório de Gestão e Contas de 2011 do Conselho de Administração da Centro Hospitalar de Lisboa Ocidental, E.P.E. (adiante designado também por CHLO), datado de 20 de junho de 2012.

O Fiscal Único iniciou funções após nomeação pelo Despacho nº 111/12 - SETF, de 5 de fevereiro de 2012, para o triénio 2011-2013. O acompanhamento da atividade do CHLO durante o exercício de 2011 e até à referida nomeação foi assegurado pelo anterior Revisor Oficial das Contas que nos facultou toda a informação considerada conveniente.

O Relatório de Gestão e Contas de 2011 responde, apropriadamente, às exigências legais aplicáveis em geral e, especificamente, às exigências de divulgação previstas no Decreto-Lei nº 558/99, de 17 de dezembro, na sua atual redação.

Os referidos documentos de prestação de contas foram objeto de exame, ficando a Certificação Legal das Contas a fazer parte integrante do presente relatório. O Balanço, as Demonstrações de Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo e o Relatório de Gestão, lidos em conjunto com a Certificação Legal das Contas, permitem uma adequada compreensão da situação financeira, dos resultados e dos fluxos de caixa do CHLO e satisfazem as disposições legais e estatutárias em vigor. Os critérios valorimétricos utilizados merecem a nossa concordância.

Do trabalho realizado, salientamos os seguintes aspetos:

- O CHLO tem apresentado nos últimos anos resultados negativos, estando o Património em 31 de dezembro de 2011 perdido em mais de 50%.
- Da revisão efetuada, não foi identificado qualquer incumprimento, por parte do CHLO, dos deveres especiais de informação, nos termos no Despacho nº 14277/2008, de 23 de maio. O Relatório de Gestão cumpre, nomeadamente, os princípios de bom governo previstos na Resolução do Conselho de Ministros nº 49/2007, de 28 de março.

- Nos termos do nº 17º desta Resolução do Conselho de Ministros, é positiva a avaliação do desempenho individual dos gestores executivos, bem como das estruturas e dos mecanismos de governo em vigor no CHLO, durante o exercício de 2011.
- Foi implementado um plano de redução de custos, tendo o CHLO alcançado uma redução de custos global de 9% no exercício, quando comparado com o ano de 2010.
- No que concerne às reduções remuneratórias verifica-se que ao nível dos órgãos de administração e fiscalização, bem como ao nível dos trabalhadores, o CHLO procedeu às reduções com o objetivo de cumprir o disposto no n.º 1 do Artigo 12.º da Lei n.º 12 -A/2010, de 30 de junho, bem como no Artigo 19º da Lei nº 55-A/2010, de 31 de dezembro. Assim, as reduções observadas em 2011, ao nível dos gastos com remunerações, foram de 11%, relativamente a 2010.

Face ao exposto, somos de parecer:

- Que seja aprovado o Balanço, as Demonstrações de Resultados por Natureza e por Funções, a Demonstração de Fluxos de Caixa e o respetivo Anexo e o Relatório de Gestão, apresentados pelo Conselho de Administração referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011;
- Que seja aprovada a Proposta de Aplicação de Resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 25 de junho de 2012

O Fiscal Único,



Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados - SROC